

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional  
Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

## Índice

|  |    |
|--|----|
| Alemanha: uma nova "epidemia alimentar". Flávio Aguiar – Carta Maior. 01/10/2012.....  | 5  |
| Índia discute biossegurança. Luciene de Assis– Site do MMA. 01/10/2012 .....   | 6  |
| Lobby contra rotulagem de transgênicos gera reflexão na Califórnia – Site do MST.<br>03/10/2012.....                                   | 7  |
| Comida sem ideologia. Xico Graziano – O Estado de São Paulo. 02/10/2012.....   | 8  |
| Ministérios pressionam para facilitar o comércio de transgênicos. Larissa Packer e<br>Fernando Prioste – Site do MST. 03/10/2012 ..... | 10 |
| Divulgados limites máximos de resíduos em alimentos – Site do MAPA. 03/10/2012 .....   | 11 |
| Mapa e Ibama regulamentam aplicação aérea de agrotóxico – Site do MAPA.<br>03/10/2012.....   | 12 |
| Modelo do agronegócio desperdiça 35% da produção brasileira de alimentos – Site do<br>MST (IHU). 04/10/2012.....                       | 13 |
| Autorizado uso temporário de defensivos para controle de pragas – Site do MAPA.<br>04/10/2012.....                                     | 16 |
| Mais segurança no manejo de OGM. Luciene de Assis – Site do MMA. 04/10/2012 .....  | 16 |
| Universidade Federal do Paraná é pioneira na Compra Institucional do PAA – Site do<br>MDA. 04/10/2012.....                             | 17 |
| Monteiro de Carvalho investe em fábrica de fertilizante – O Estado de São Paulo.<br>04/10/2012.....                                    | 19 |
| Movimentos pressionam para que Equador não ceda aos transgênicos. Natasha Pitts –<br>Site do MST. 05/10/2012 .....                     | 19 |
| Índice de alimentos da FAO volta a subir. Fernanda Pressinott e Fernando Lopes – Valor<br>Econômico. 05/10/2012 .....                  | 20 |
| UE refuta estudo que relaciona transgênico a câncer. Gerson Freitas Jr. – Valor<br>Econômico. 05/10/2012 .....                         | 22 |
| Agricultura familiar combate inflação: está na hora de se falar mais disso. Marcel<br>Gomes – Carta Maior. 06/10/2012.....             | 22 |
| Alimento puxa nova alta da inflação. Daniela Amorim – O Estado de São Paulo.<br>06/10/2012.....  | 24 |
| Alimento puxa alta, e setembro tem maior inflação em 9 anos – Folha de São Paulo.<br>06/10/2012.....                                   | 25 |
| Cientistas sofrem perseguições por pesquisas sobre transgênicos – Site do MST (AS-<br>PTA). 08/10/2012.....                            | 26 |
| Monsanto, seus OGM e as pesquisas científicas dos biólogos franceses – Site da<br>CONTAG. 09/10/2012.....                              | 28 |
| Agronegócio utiliza cada vez mais agrotóxicos por hectare – Site do MST (IHU).<br>09/10/2012.....                                      | 32 |
| Ações de prevenção e controle da obesidade em pauta na plenária do Consea – Site do<br>MDS. 09/10/2012.....                            | 35 |

|  |    |
|--|----|
| Representantes de cinco países visitam PAA de Brazlândia nesta quarta (10) – Site do MDS. 09/10/2012.....  | 36 |
| Pressão dos alimentos. Alberto Tamer – O Estado de São Paulo. 14/10/2012.....  | 37 |
| Debate sobre agrotóxicos marca o Dia Mundial da Alimentação em Goiás – Site do MST. 15/10/2012 .....   | 38 |
| Pepe Vargas enfatiza necessidade de ligação entre sustentabilidade e inclusão social – Site do MDA. 15/10/2012 .....                                     | 39 |
| Agrotóxicos na berlinda. Sophia Gebrim – Site do MMA. 15/10/2012 .....   | 40 |
| Alimentação escolar, agricultura familiar e agroecologia dão exemplo ao mundo – Site do MDS. 15/10/2012.....   | 42 |
| Biodiversidade é arma para garantir segurança alimentar. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 15/10/2012 .....   | 44 |
| Venda de terras em larga escala pode agravar insegurança alimentar. Luana Lourenço - Site do MST (Agência Brasil). 16/10/2012.....                       | 48 |
| Dia Mundial da Alimentação: brasileiros têm muito a comemorar – Site do MDA. 16/10/2012.....   | 50 |
| Ministro discursa na FAO e aponta agricultura familiar como estratégica – Site do MDA. 16/10/2012.....   | 51 |
| Teor de sódio varia mais de dez vezes entre marcas de alimentos. Johanna Nublat – Folha de São Paulo. 16/10/2012 .....                                   | 53 |
| No Dia Mundial da Alimentação, FAO destaca esforço do Brasil no combate à fome – Site do MDS. 16/10/2012.....  | 54 |
| Sem políticas de proteção social, não há garantia de segurança alimentar, diz secretária do MDS em reunião da ONU em Roma – Site do MDS. 16/10/2012..... | 55 |
| Ciência dos alimentos. Xico Graziano – O Estado de São Paulo. 16/10/2012 .....   | 56 |
| “A pulverização aérea é o método de aplicação mais perverso que existe”, afirma deputado. <i>José Coutinho Júnior</i> – Site do MST. 17/10/2012 .....    | 58 |
| Movimentos lançam manifesto para restringir transgênicos – Site do MST. 17/10/2012 .....   | 61 |
| Sustentabilidade à Mesa é lançado em Fortaleza – Site do MDA. 17/10/2012 .....   | 68 |
| MDA debate mudanças na inspeção sanitária para comercialização de produtos da agricultura – Site do MDA. 17/10/2012.....                                 | 69 |
| Semana Mundial da Alimentação: O cooperativismo e a segurança alimentar – Site do MDA. 17/10/2012.....   | 71 |
| Fome cai na América Latina, mas aumenta na África – Valor Econômico. 17/10/2012 .....  | 72 |
| Vendas de adubos em patamares recordes. Carine Ferreira – Valor Econômico. 17/10/2012.....   | 72 |
| MT recebe 39% mais fertilizante em setembro. Mauro Zafalon- Folha de São Paulo. 18/10/2012.....  | 73 |
| Câmara Temática de Insumos Agropecuários se reúne nesta segunda-feira – Site do MAPA. 19/10/2012 .....   | 75 |
| Venda de fertilizantes cresceu de janeiro a setembro de 2012 – Site do MAPA. 22/10/2012.....   | 75 |

|  |    |
|--|----|
| PAA do bode tem início em Pernambuco – Site da CONAB. 22/10/2012 .....   | 76 |
| Alimentos puxam alta do IPCA-15, mas pressão sobre inflação é generalizada. Sergio Lamucci, Arícia Martins e Alessandra Saraiva – Valor Econômico. 22/10/2012..... | 77 |
| Um em cada oito tem fome. José Graziano da Silva – Valor Econômico. 22/10/2012 .....   | 78 |
| Pesticidas matam abelhas e prejudicam polinização – O Estado de São Paulo. 22/10/2012.....   | 80 |
| Monsanto chega aos implementos agrícolas – Mauro Zafalon. Folha de São Paulo. 23/10/2012.....  | 81 |
| Conferência do Meio Ambiente aprova recomendações contra os agrotóxicos – Site do MST. 24/10/2012 .....  | 82 |
| A fome: desafio ético e político. Leonardo Boff- Site do MST. 25/10/2012 .....   | 84 |
| Pepe se reúne com representantes da FAO em Brasília – Site do MDA. 25/10/2012 .....  | 85 |
| Pela primeira vez, PAA compra de forma direta pescado no Amazonas – Site do MDS. 25/10/2012.....   | 85 |
| Domínio argentino na venda de soja transgênica no Sul do Brasil. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 25/10/2012 .....   | 86 |
| PAA realiza operação de compra de peixe no Amazonas – Site da CONAB. 26/10/2012 .....  | 88 |
| MMA e FAO mais próximos. Sophia Gebrim – Site do MMA. 26/10/2012 .....   | 89 |
| Ações do governo reduzem impacto da alta mundial dos preços dos alimentos entre os mais pobres – Site do MDS. 26/10/2012 .....                                     | 90 |
| Alimento puxará para cima a inflação nos emergentes, diz estudo. Assis Moreira – Valor Econômico. 26/10/2012 .....   | 91 |
| Ucrânia agita mercado global de trigo. Assis Moreira – Valor Econômico. 26/10/2012.....  | 91 |
| Seminário internacional discute desafios globais e a experiência brasileira no combate à fome – Site do MDS. 29/10/2012 .....                                      | 93 |
| Pesquisa recupera hábitos alimentares de assentados gaúchos – Site do MDA. 31/10/2012.....   | 93 |

**Alemanha: uma nova "epidemia alimentar". Flávio Aguiar – Carta Maior.  
01/10/2012**

*Doença considerada típica de terceiro mundo, a epidemia dos coliformes está abalando a auto-estima alemã. Já há mais de 8 mil crianças contaminadas por nova epidemia de origem alimentar. A fonte apontada para a contaminação são merendas escolares de baixo custo.*

No ano passado, houve o caso da Escherichia coli: a partir do Mercado Público de Hamburgo disseminou-se uma epidemia desse coliforme sobretudo pelo norte da Alemanha, mas que atingiu também outros países, com milhares de atingidos, centenas de casos considerados gravíssimos e pelo menos 35 óbitos. Curiosamente os casos mais graves apareciam em pessoas de meia idade, particularmente mulheres. Até hoje não se sabe qual a razão desta incidência.

Inicialmente se atribuiu a epidemia a pepinos importados da Espanha, o que causou 250 milhões de euros em prejuízo aos agricultores daquele país, em especial da Andaluzia. Depois se estabeleceu que a causa inicial seriam brotos de hortaliças da própria região – porém com cepas importadas do Egito.

Doença considerada típica de terceiro mundo, a epidemia dos coliformes abalou a auto-estima alemã.

Agora a história e o abalo se repetem, embora com outros personagens. Já há mais de 8 mil crianças contaminadas por nova epidemia de origem alimentar, em Berlim, Brandemburgo (estado que fica em torno da capital), Turíngia e Saxônia, todos estados que ficam no leste alemão. A fonte apontada para a contaminação são merendas escolares de baixo custo. Os sintomas são diarreia e vômitos constantes. Felizmente, ainda não há relatos de óbitos. Muitas escolas fecharam as portas já na semana passada, e nesta semana de 1 de outubro todas as escolas alemãs fecham para as “pequenas férias de outono”, o que deve aliviar a situação.

Todas as escolas envolvidas tinham por fornecedora uma empresa chamada Sodexa, cujos executivos negam a possibilidade, apesar das afirmações em contrário.

De todo modo, ainda não se sabe exatamente como teria ocorrido a contaminação. Entretanto estudos preliminares, anteriormente feitos pela Universidade de Ciências Aplicadas de Hamburgo, apontam como possível causa de fundo a redução de verbas para a aquisição de merendas escolares. Segundo os pesquisadores, citados pela revista Der Spiegel (“Stomach Bug Sweeps German Schools – Cheap Food, Sick Children” – artigo de Jane Paulick, Spiegel International, 28/09/2012), o custo de cada refeição, para ela ser considerada segura, deveria oscilar entre 3,17 e 4,25 euros. Mas em Berlim, onde o estudo foi realizado, sob encomenda do setor de educação da Prefeitura, o custo real oscila entre 2,10 e 2,50 euros por refeição, considerado muito baixo para um padrão aceitável.

## **Índia discute biossegurança. Luciene de Assis– Site do MMA. 01/10/2012**

*Meta é realizar uma revisão ampliada sobre a avaliação de riscos de organismos vivos modificados*

Começou nesta segunda-feira (01/10), no Centro de Convenções Internacional de Hyderabad, Índia, a Sexta Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-6), evento que integra a 11ª Conferência das Partes (COP-11) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovado em 29 de Janeiro de 2000, e vigorando desde 11 de Setembro de 2003, é um acordo internacional que visa garantir o manuseio, transporte e uso de organismos vivos modificados (OVMS) resultantes da biotecnologia moderna capazes de gerar efeitos adversos sobre a diversidade biológica, levando-se em conta, também, os riscos para a saúde humana.

A reunião teve início com declaração do secretário-executivo da CDB, o brasileiro Bráulio Ferreira de Souza Dias. Segundo ele, o protocolo recebeu três novos países membros - Bahrein, Marrocos e Uruguai em 2011 e 2012 e também recebeu a informação, de que a Jamaica acaba de aderir, totalizando 164 países signatários. Dias informou, ainda, que República Checa, Letônia e México também ratificaram, dentro do Protocolo de Nagoya, o Protocolo Suplementar sobre Responsabilidade e Compensação Kuala Lumpur, além do fato de vários outros países terem anunciado a intenção de fazer o mesmo.

### **DE OLHO NO FUTURO**

A MOP-6 em Hyderabad, conhecida como a "Cidade das Pérolas", visa debater um dos itens considerados fundamentais pelo secretário-executivo da CDB, que é a avaliação e a gestão de riscos sobre biossegurança, feita antecipadamente por um grupo de peritos técnicos reunidos com este objetivo. A partir dos resultados desses debates, acrescentou Dias, será possível aos participantes da MOP-6 realizarem uma revisão ampliada sobre a avaliação de riscos de organismos vivos modificados.

A partir dos estudos realizados, os especialistas propuseram a adoção de novas medidas de orientação também para temas como avaliação de risco de microorganismos vivos modificados, vírus, animais e peixes, além do que se produz a partir do uso da biologia sintética. “Como a ciência da biotecnologia continua a se desenvolver, não tenho dúvida de que vocês considerarão essas sugestões com cuidado em suas deliberações, durante esta semana”, acrescentou.

A partir do dia 8 de outubro, o desafio principal da 11ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP11) será a captação de recursos para a conservação das espécies ainda existentes no mundo. Os países partes da COP-11 defendem que as economias mais desenvolvidas contribuam financeiramente para a conservação da biodiversidade. O ponto alto será o encontro do segmento ministerial de alto nível, organizada pelo país anfitrião, a Índia, de 17 a 19 de outubro, do qual participará a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

---

## **Lobby contra rotulagem de transgênicos gera reflexão na Califórnia – Site do MST. 03/10/2012**

Está em jogo na Califórnia (EUA) um plebiscito para decidir a obrigatoriedade da rotulagem em alimentos geneticamente modificados, conhecida como Proposta 37.

Em torno do intenso debate gerado entre setores favoráveis e contrários ao plebiscito, tem-se fomentado questionamentos por parte da população californiana, sobretudo pelo desespero demonstrado pelas grandes transnacionais do agronegócio, como Monsanto e DuPont, ao gastarem milhões de dólares contra a proposta.

O forte lobby antirrotulagem dessas empresas do agronegócio fez com que a população se questionasse o que estas empresas têm a esconder sobre origem de seus produtos, reafirmando o velho ditado popular *quem não deve nada teme*.

Confira abaixo a irônica carta de um morador do estado da Califórnia à Monsanto ao observar justamente esse contraponto que instigou o povo californiano a prestar mais atenção sobre sua comida.

*Cara Monsanto,*

*Escrevo essa carta a você para agradecer por todo o seu trabalho duro, que levará a indústria alimentícia ao futuro. Tenho visto coisas incríveis ultimamente e acredito que seus esforços tem sido o motivo principal da minha alegria e de muitos outros. Sempre me importei, assim como meus amigos, em comer alimentos saudáveis. A sua recente posição como a financiadora número um da campanha contra a medida 37 tem produzido resultados tão incríveis que eu não tenho palavras para expressar minha gratidão. Abaixo eu enumerei algumas mudanças incríveis. Penso que você merecia ouvir de um consumidor, um Americano, um Californiano, o que você fez por nós.*

*1 – Meus amigos e familiares agora prestam muito mais atenção em relação ao que está na comida deles e com o que eles e seus filhos se alimentam.*

*2 – Tenho visto pessoas que sequer se conheceriam se não estivessem lutando pela causa comum da segurança alimentar e por comida saudável. Eu mesmo interagi pessoalmente com pessoas da Rússia e África do Sul, debatendo a comida que pára na mesa deles e na minha. Eu amo amigos novos.*

*3 – As vendas de alimentos orgânicos explodiram! Os mercados de fazendeiros na minha cidade natal tem crescido a uma taxa incrível. Uma nova cultura de se importar com o que nossa comida realmente é começa a existir em locais onde as pessoas nunca haviam se importado com isso antes.*

*4 – Como consumidor, eu apenas preciso olhar a lista de doadores tentando acabar com a proposição N° 37 para saber que empresas não se importam com os seres humanos e estão apenas atrás de lucro.*

*5 – As duas maiores hortas comunitárias na minha cidade costumavam ter poucos voluntários diariamente; agora, há por volta de 25 a 100 voluntários TODO DIA!!*

6 – *Mercados locais independentes estão começando a educar seus consumidores sobre quais alimentos não contem Organismos Geneticamente Modificados (OGM).*

7 – *Antes, OGMs passavam por debaixo do nosso nariz. Agora todos se preocupam com a questão.*

8 – *Fazendeiros estão percebendo que eles não tem que se sujeitar ao poder das grandes companhias, que tentam dominá-los a ponto deles não terem outra escolha em relação a que tipo de comida plantar.*

9 – *Pessoas de diferentes raças, afiliações políticas, religiões, culturas e locais no mundo se uniram sob a ideia de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”.*

10 – *Mulheres AMAM caras que se esforçam para evitar comidas falsas como as que você produz para abastecer o mundo. Se eu for para uma reunião e começar a falar dos malefícios dos OGMs, inevitavelmente conheço um monte de mulheres lindas.*

*Vejo tantos benefícios graças a você gastar tantos milhões de dólares para derrotar a proposta 37. Então em resumo, obrigado, deve ser tão frustrante ver seus esforços se voltando contra você e suas amigas Nestlé, Bayer, Hershey's, Abbott, Pepsi, Coca-Cola, e todas as outras empresas. Obrigado pela sua arrogância e falta de respeito pela espécie humana. Isso nos serve para unir e fortalecer todos nós.*

*Atenciosamente,  
Seu Amigo,*

*Benjamin Lantz*

---

### **Comida sem ideologia. Xico Graziano – O Estado de São Paulo. 02/10/2012**

O colapso do comunismo arrasou a produção agrícola da antiga União Soviética. O campo empobreceu-se e a região passou a importar comida. Passadas duas décadas, ocorreu uma reviravolta. Agora, daquelas terras advêm 15% das exportações globais de grãos alimentícios. E vai melhorar.

Sem mágica. O fenômeno econômico contou com o apoio do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Berd). Países como a Rússia, a Ucrânia e o Cazaquistão passaram a receber investimentos de grandes empresas europeias que, prejudicadas com a crise em sua origem, se tornaram ávidas por novos negócios. Acabaram encontrando, não muito distantes, fartas terras de excelente qualidade, ociosas e baratas, com mão de obra disponível ao lado. Aquecida pela Ásia, a demanda mundial de produtos agrícolas abriu a janela de oportunidade para soerguer o combalido Leste Europeu.

Essa revolução produtiva nos territórios desorganizados pelo fracasso comunista mereceu um encontro de negócios, realizado na Turquia, no início de setembro. Dele participaram executivos de empresas particulares e de instituições públicas interessados na dinamização da Europa, como o Berd e a Organização das Nações Unidas para a



Alimentação e a Agricultura (FAO). Seus dirigentes, entusiasmados com os resultados verificados na reunião, redigiram um artigo, de enorme repercussão, publicado na edição europeia do Wall Street Journal.

No texto, José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO, e Suma Chakrabarti, presidente do Berd, destacaram a importância das "dinâmicas e eficientes empresas privadas que transformaram aqueles países, após o fracasso de suas fazendas coletivas, em gigantescos exportadores de grãos". Reconheceram a realidade. Disseram mais. Afirmaram os dois altos dirigentes internacionais que "a verdade, simples, é que o mundo precisa de mais comida, e isso significa mais produção".

Tomando como base os resultados positivos verificados no Leste Europeu, a FAO e o Berd recomendaram que os países emergentes da Europa, da Ásia e do Norte da África, como também os do Ocidente, fortaleçam o papel do setor empresarial na segurança alimentar global. Adotando políticas econômicas corretas, os investimentos privados conseguirão, nas palavras deles, "fecundar a terra", tornando mais fácil a vida para os famintos do mundo.

Tudo tão óbvio. Mas a mensagem desagradou profundamente à Via Campesina, organização articulada pelo MST e seus assemelhados mundo afora. Autoproclamados defensores dos camponeses, escreveram uma nota dizendo ter recebido "com indignação e medo" o artigo conjunto do diretor-geral da FAO e do presidente do Berd. E arremataram: "O que a agricultura e o planeta necessitam atualmente é justamente o contrário do que foi proposto pelos senhores Graziano da Silva e Chakrabarti". Caramba.

Qual o motivo da polêmica? A preservação do modo de vida camponês.

Acredita a Via Campesina que somente os pequenos produtores rurais - apelidados no Brasil de "agricultores familiares" - sejam capazes de alimentar a humanidade. Argumenta ainda que o avanço da produção capitalista no campo - o chamado "agronegócio" - tem aumentado a pobreza no mundo, destruindo a capacidade de emprego, e provocado a crise alimentar das últimas décadas. Só tragédia. Conclusão: apoiar as empresas europeias, em sua expansão para o leste, significa exterminar a agricultura camponesa, promovendo o pior.

O assunto ganhou destaque na imprensa nacional pelo fato de o diretor-geral da FAO, o agrônomo brasileiro José Graziano, ser um conhecido petista, dileto amigo, e ex-ministro do Programa Fome Zero, do Lula. Para o MST, ele cometeu uma heresia ideológica, algo como uma capitulação ao grande capital. Em outras palavras, se você é, ou se julga, da "esquerda", está impedido de reconhecer a vantagem da produção empresarial, integrada e tecnológica, no campo. Precisa continuar amarrado ao passado, louvando os pobres camponeses, mesmo que isso signifique baixa produtividade e vida miserável. Coisa medieval.

Age corretamente quem se preocupa com os agricultores familiares. Despreparados, fracos financeiramente, nem sempre eles acompanham o ritmo empreendedor das novas tecnologias agrícolas. Acabam ficando para trás no processo de desenvolvimento. Por isso cabe aos governos propiciar condições adequadas de competitividade aos pequenos do campo. No Brasil, graças ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (Pronaf), lançado no governo de Fernando Henrique Cardoso, grupos importantes de produtores obtiveram, com o tempo, ganhos tecnológicos significativos. Conquistaram, geralmente integrados às grandes cooperativas, vantagens econômicas. Subiram na vida.

Comida não tem ideologia. Os estudos da FAO estimam que até 2050 a demanda mundial por alimentos aumentará, no mínimo, 60%, bem acima do crescimento populacional. Será puxado o consumo popular pelo processo de urbanização e pelo ganho de renda das famílias pobres. Sem forte aumento na oferta de alimentos, destacando-se as proteicas carnes, haverá elevação dos preços internacionais da comida. Ocorrerá, por consequência, piora nas restrições alimentares no mundo, que hoje atingem 1 bilhão de pessoas.

Cantava Cazusa: "A tua piscina está cheia de ratos/ tuas ideias não correspondem aos fatos". A contemporaneidade observada nos territórios agrícolas da ex-União Soviética assemelha-se à transformação cultural e produtiva da China. Cuba também não escapa do desiderato. Com sua atrasada ideologia, a Via Campesina/MST condena os agricultores à pobreza.

Para destrinchar de vez a polêmica talvez fosse o caso de perguntar aos próprios camponeses russos qual caminho preferem. Alguém duvida da resposta?

---

### **Ministérios pressionam para facilitar o comércio de transgênicos. Larissa Packer e Fernando Prioste – Site do MST. 03/10/2012**

Os 164 países que fazem parte do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança estão reunidos desde o dia 01 de outubro, em Hyderabad, na Índia, pela 6ª (MOP6) vez desde sua entrada em vigor, a fim de garantir o cumprimento do Protocolo e da própria Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que tem o objetivo de regulamentar a pesquisa e utilização dos transgênicos para prevenir e evitar os riscos à biodiversidade, a saúde humana e aos direitos dos povos e comunidades locais.

Ao contrário dos calorosos debates ocorridos durante a MOP5 em 2010 no Japão, os quais geraram a aprovação de um Protocolo suplementar ao Protocolo de Cartagena, definindo normas administrativas de responsabilidade para os Países e todos os membros da cadeia produtiva de transgênicos em caso de danos gerados nos movimentos de importação e exportação, esta MOP6 não enfrenta muitos debates de conteúdo.

Apesar disso, temas cruciais para o cumprimento da Convenção e do Protocolo estão em discussão neste momento, tais como os recursos financeiros para garantir a sobrevivência e aplicabilidade do Protocolo no contexto de crise das economias centrais, assim como a manutenção das pesquisas sobre avaliação e gestão de riscos à saúde e à biodiversidade e impactos socioeconômicos gerados com uso dos transgênicos, entre outros.

O Brasil fica cada vez mais pressionado nas negociações socioambientais. Isso por ser megadiverso, detentor de cerca de 13% da biodiversidade do planeta com 509 milhões de hectares de florestas nativas que ocupam cerca de 60% de seu território, assim como

um dos maiores produtores de commodities agroalimentares do mundo, com 48,7 milhões de hectares de superfície semeados, dos quais 30,3 milhões hectares de transgênicos entre soja, milho e algodão na safra 2011/2012, despontando como segundo maior em área plantada de transgênicos.

Apesar dos esforços dos negociadores do Itamaraty em manter os interesses nacionais relativos aos objetivos de conservação e uso sustentável da diversidade biológica, o Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) buscam desregulamentar ao máximo as pesquisas e facilitar as exportações e importações de transgênicos, em detrimento da biossegurança.

Embora o MAPA e MCT não se pronunciem nas reuniões abertas entre governo e sociedade civil, promovidas pelo Itamaraty para discutir a posição brasileira, os delegados destes ministérios, que podem ser facilmente vistos ao lado das empresas de biotecnologia, optam por pressionar os representantes do Itamaraty em conversas apartadas.

Em que pese estes ministérios tentarem modificar a posição equilibrada do Itamaraty nas negociações, até agora o Brasil realiza esforços no sentido de garantir recursos para a manutenção dos grupos de trabalho existentes no Protocolo, como o Grupo de Experts em avaliação de riscos, assim como se manifesta favorável a instaurar um novo grupo experts para avaliar os impactos socioeconômicos dos transgênicos, principalmente nos modos de vida dos povos indígenas e comunidades locais que vivem em estreita relação com a biodiversidade.

Apesar destes esforços para manter os grupos de trabalho ativos, o Brasil com grande capacidade de influência entre as partes, vem contribuindo para enfraquecer a força das decisões. Ao trocar termos como “Pede às partes” por “Convida ou Encoraja” as partes, o país influencia que as decisões da MOP6 tornem-se recomendações sem poder vinculante, como no caso em que apenas “convida” as partes a adotar as “Recomendações das Nações Unidas relativas ao transporte de mercadorias perigosas” para os casos em que os transgênicos considerados de alto risco à biodiversidade. Na prática, o termo “convida” desobriga o cumprimento da decisão pelas partes.

---

### **Divulgados limites máximos de resíduos em alimentos – Site do MAPA. 03/10/2012**

Valores e metodologias da resolução serão atualizados periodicamente a partir das modificações em norma internacional

A regulamentação técnica do Mercosul sobre os procedimentos para avaliar os limites de resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal foi publicada nesta quarta-feira, 3 de outubro, no Diário Oficial da União.

Os métodos de análise referem-se à ingestão diária admissível e limites máximos para esses resíduos. A aplicação da norma passa a ser exigência para a comercialização de produtos entre os membros do bloco sul-americano e às importações de outros países.

Os valores e as metodologias estabelecidos na resolução serão atualizados periodicamente de acordo com as modificações ocorridas nas Normas Codex

Alimentarius – regras, gerais e específicas, formuladas com o intuito de proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas justas no comércio alimentar.

Os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Saúde (MS) são os organismos brasileiros responsáveis por colocar em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas da resolução.

[Clique aqui para visualizar a íntegra do texto.](#)

---

### **Mapa e Ibama regulamentam aplicação aérea de agrotóxico – Site do MAPA. 03/10/2012**

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) publicaram no Diário a Oficial da União desta quarta-feira, 3 de outubro, ato que autoriza e regulamenta a aplicação aérea de produtos agrotóxicos que contenham Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina e Fipronil, de forma excepcional e temporária para as culturas de arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo, até 30 de junho de 2013.

De acordo com o coordenador-geral de Agrotóxicos e Afins do Mapa, Luís Rangel, o ato é resultado de solicitação do Ministério da Agricultura para evitar impactos na safra das quatro culturas. “Os aviões são fundamentais para o processo de produção dessas culturas. Por isso, nós construímos junto com Ibama algumas exceções. Então, desde que sejam respeitados os parâmetros que foram colocados no ato, podem ser aplicados esses produtos para a cultura de soja, cana-de-açúcar, trigo e arroz”, explicou o coordenador. “Mapa e Ibama, juntos, estão fazendo essa exceção. É uma decisão de Governo”, ressalta Rangel.

#### **Condições**

A aplicação aérea para controle de pragas agrícolas desses produtos deve seguir uma série de condições. Antes da aplicação, os produtores rurais deverão notificar os apicultores localizados em um raio de 6 km com antecedência mínima de 48h.

Para a cultura da soja, fica permitida uma aplicação durante todo o ciclo da cultura para produção de grãos e duas aplicações em áreas de produção de semente. Também há restrição de período para a soja. Na Região Centro-Oeste (MT e GO), a aplicação deve ser realizada de 20 de novembro 2012 a 1º de janeiro de 2013; no Norte, de 1º de janeiro a 20 de fevereiro de 2013; e no Sul, de 1º de dezembro a 15 de janeiro de 2013.

No caso de canaviais, a aplicação fica restrita a uma única vez, 30 dias antes da colheita, para controle de cigarrinha de raiz, quando não for possível a entrada de equipamentos terrestres. Trigo e arroz não têm restrição de período. A empresa de aviação agrícola fica responsável por comunicar o Mapa e o Ibama, mensalmente, sobre a aplicação desses produtos.

Leia na íntegra o Ato nº 1:

### **Modelo do agronegócio desperdiça 35% da produção brasileira de alimentos – Site do MST (IHU). 04/10/2012**

Vislumbrando o aumento do consumo de alimentos nos próximos vinte anos, a expansão agrícola deve considerar as áreas degradadas e investir em produtos diversificados, oriundos das florestas e biomas do país. “Só no território amazônico, existe entre 12% e 17% de áreas degradadas, que poderiam ser utilizadas para produção agrícola”, aponta o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Adalberto Val. Em sua avaliação, a agricultura brasileira ainda está “concentrada em produtos que são extremamente convencionais”, e o país “não está avançando diante da enorme biodiversidade que tem”.

O desperdício de alimentos gerado pelo atual modelo de desenvolvimento agrícola é um desafio a ser resolvido. Segundo o pesquisador, cerca de 30% dos alimentos produzidos vai para o lixo, e isso significa que de “cada R\$100,00 em produtos, perde-se cerca de R\$30,00”. E enfatiza: “Trata-se de uma perda bastante significativa dentro desse contexto. Se você imaginar que, para um produtor ou um empregado, essa proporção poderia melhorar sua qualidade de vida, podemos dizer que vale a pena investir para reduzir essas perdas”.

Segundo o entrevistado, reaproveitar as terras já desmatadas e a diminuir o desperdício de alimentos dependem do investimento em ciência e tecnologia. “Há um grande interesse do governo, mas falta pessoal qualificado para estudar as regiões que têm terras degradadas”, diz em entrevista concedida à IHU On-Line por telefone. E conclui: “Basta considerar o caso da Amazônia e dos nove estados amazônicos, ou seja, cerca de 60% do território brasileiro. Nessa área toda, tem pouco mais de quatro mil doutores, metade dos quais não está envolvida com a produção científica, pois muitos se encontram trabalhando com questões administrativas de uma maneira geral. Então, apesar de o Brasil estar formando 11 ou 12 mil doutores por ano, a quantidade desse pessoal fixada nessas áreas do país ainda é bastante frágil e reduzida”.

#### **Confira a entrevista:**

#### **Quais são as razões de 35% da produção agrícola brasileira ir para o lixo? O que isso demonstra sobre o modelo agrícola brasileiro?**

A produção agrícola brasileira está concentrada em produtos que são extremamente convencionais. Quer dizer, o Brasil não está avançando diante da enorme biodiversidade que tem. Boa parte dos produtos agrícolas é desperdiçada ainda no campo, depois em função do transporte.

Apesar disso, cabe ressaltar, por um lado, as possibilidades que o Brasil tem de avançar de forma bastante significativa no uso de novos produtos a partir da diversidade biológica. Por outro, um aspecto extremamente relevante e importante dentro deste contexto é utilizar as áreas degradadas nos diferentes biomas brasileiros para produção agrícola. Só no território amazônico, existe entre 12% e 17% de áreas degradadas, que

poderiam ser utilizadas para produção agrícola. Evidentemente que esse reaproveitamento das terras depende de informação científica. Portanto, a otimização não só para a redução das perdas agrícolas, mas também para utilização de áreas degradadas e para a busca de novos produtos na biodiversidade depende fundamentalmente de ciência e tecnologia. Por isso é preciso imediatamente direcionar recursos para que se possam utilizar novas tecnologias.

Eu não estou falando só da produção plantada no solo, mas também de outros processos de produção de proteínas, como a produção de peixes, que é uma alternativa extremamente importante e interessante para o Brasil por conta de sua vasta extensão hídrica. É possível avançar nesta área de forma significativa. O mundo aponta hoje para uma expansão de necessidade de alimentos para daqui a 20 ou 30 anos. Então, o Brasil vai precisar dobrar a produção de alimentos. Em vista disso, se fizer uma análise geral nos países do mundo que têm condições de atender a essa demanda, verá que é reduzido o número de países que são capazes de atender a essa questão e, entre eles, está o Brasil. O Brasil talvez seja um dos únicos países capaz de dobrar a produção agrícola em um curto espaço de tempo.

### **Como estão os investimentos em tecnologias para reaproveitar as áreas degradadas?**

Há um grande interesse do governo, mas falta pessoal qualificado para estudar as regiões que têm terras degradadas. Basta considerar o caso da Amazônia e dos nove estados amazônicos, ou seja, cerca de 60% do território brasileiro. Nessa área toda, tem pouco mais de quatro mil doutores, metade dos quais não está envolvida com a produção científica, pois muitos se encontram trabalhando com questões administrativas de uma maneira geral. Então, apesar de o Brasil estar formando 11 ou 12 mil doutores por ano, a quantidade desse pessoal fixada nessas áreas do país ainda é bastante frágil e reduzida.

### **Qual é o custo econômico e social desse desperdício para o Brasil?**

Em uma estimativa, o Brasil perde algo em torno de 30% de todo o processo agrícola. Isso significa que de cada R\$100,00 em produtos, perde-se cerca de R\$30,00. Trata-se de uma perda bastante significativa dentro desse contexto. Se você imaginar que, para um produtor ou um empregado, essa proporção poderia melhorar sua qualidade de vida, podemos dizer que vale a pena investir para reduzir essas perdas. Seria possível treinar melhor as pessoas em um processo de inclusão social mais efetivo, dentro de um processo educativo mais amplo.

### **Que mudanças seriam necessárias para reverter esse quadro? Seria o caso de modificar a logística do transporte ou pensar um novo modelo de desenvolvimento agrícola?**

Temos de caminhar nesses dois sentidos. A tendência geral sempre foi nos adaptarmos a um modelo pré-pronto e estudar uma melhoria do modelo. Portanto, precisamos de novos conceitos, novas modalidades para atuar na agricultura. Por isso o investimento em ciência e tecnologia no sentido de definir novas formas de transporte, novas formas de utilização e novas formas de armazenamento para os produtos agrícolas é fundamental.

## **Além do desperdício, quais são os outros gargalos que o circuito dos alimentos e a agricultura enfrentam no Brasil?**

A questão da segurança alimentar deixa o Brasil fragilizado. Na realidade, é preciso proteger melhor o processo de produção agrícola no país, principalmente no que se refere a sistemas que vulnerabilizam a agricultura. Nesse sentido, é necessário trabalhar fortemente para proteger o sistema agrícola, por um lado. Por outro, é necessário precisamos buscar novas variedades agrícolas, que sejam mais produtivas em determinados ambientes, de forma que se possa ampliar a produção de alimentos cultivados nas florestas e biomas brasileiros. Na Caatinga, no Pampa e na Mata Atlântica temos um conjunto bastante significativo de informações, que poderiam ser transformadas em novas oportunidades. Portanto, explorar, do ponto de vista da diversidade biológica, novos produtos e novas variedades é extremamente importante para melhorar a produção agrícola, inclusive dando mais competitividade a ela.

Outro aspecto extremamente importante é a questão da perspectiva desses novos cenários de mudanças climáticas que o Brasil e o mundo deverão enfrentar. Como o sistema de produção agrícola e de produção animal irão se comportar em cenários em que a temperatura será mais elevada e nos quais haverá maior concentração de dióxido de carbono na atmosfera?

## **Qual é o papel do Brasil diante da crise alimentar? E como conciliar a exportação com o consumo interno?**

Tenho insistido muito no seguinte: em algumas áreas o Brasil não pode ficar a “reboque” das agendas que são geradas em outros países. Por exemplo, no que se refere à biologia tropical, não há por que copiarmos ou executarmos uma agenda que não é nossa. O Brasil precisa ocupar o papel de protagonista nesse contexto de crise alimentar.

Em relação à questão do abastecimento interno, precisamos melhorar o processo educativo de uma maneira. Nós temos um vício cultural muito grande com relação ao desperdício de alimentos, e a solução desse problema depende de uma mudança de postura, que deverá vir a partir de mudanças profundas nos processos educativos do país.

## **Na última década o Brasil triplicou o uso de agrotóxicos na agricultura. É possível desenvolver uma agricultura sem a utilização desses produtos?**

É possível, principalmente com base no manejo biológico, que é fundamental nesse processo. Em um ambiente natural não é utilizado agrotóxico. Por que se usa o agrotóxico? Porque estamos trabalhando com uma variabilidade genética menor. Toda vez que trabalhamos com uma variabilidade genética menor, tornamos o organismo cultivado muito mais frágil, e aí a necessidade de usar o agrotóxico é cada vez maior. Na realidade, precisamos de um processo adaptativo de manejo biológico no sentido de manter a rusticidade dos organismos, plantas e animais, diante de um processo de produção que é diferente daquele que tem um ambiente natural.

## **Como compreender a crise alimentar do mundo, considerando a quantidade de alimentos produzidos? A raiz deste problema é econômica e política?**

É mais política do que econômica, e está fortemente relacionada ao processo educativo. Precisamos melhorar todo processo educativo no sentido de otimizar o uso dos produtos agrícolas de uma maneira geral. Se observarmos dentro da nossa própria casa, o volume de alimentos que desperdiçamos é muito grande. Talvez pudéssemos alimentar pelo menos mais um terço dos habitantes com os alimentos que desperdiçamos. Como eu disse, trata-se de uma questão cultural. Precisamos trabalhar essa questão ao longo do tempo, para que se possa ter uma postura diferenciada no futuro.

---

### **Autorizado uso temporário de defensivos para controle de pragas – Site do MAPA. 04/10/2012**

Medida libera utilização por 24 meses de agrotóxicos para culturas de manga, uva, acerola e goiaba

Para controlar o crescimento gradual das pragas conhecidas como mosca-das-frutas (*Ceratitidis capitata* e *Anastrepha spp*), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) autorizou o uso por 24 meses de defensivos à base de Espinosade para as culturas da manga, uva, acerola e goiaba. A medida foi definida pelo Ato nº 49, publicado nesta quinta-feira, 4 de outubro, no Diário Oficial da União (DOU).

A necessidade de medidas emergenciais se baseia em parecer técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para que leve a redução dos níveis populacionais dessas pragas na região do Vale do São Francisco. As ações envolvem controle cultural e monitoramento.

As empresas interessadas em comercializar os agroquímicos deverão requerer o registro para uso emergencial do produto junto aos órgãos competentes, acompanhado de modelo de rótulo e bula e de comprovante de cadastro nos Estados, no Distrito Federal e na Coordenação de Agrotóxicos e Afins do Mapa.

Também deve ser apresentado termo de compromisso para geração e apresentação dos estudos necessários à realização do registro definitivo. A licença será cancelada caso seja constatado problemas de ordem agrônômica, toxicológica ou ambiental.

---

### **Mais segurança no manejo de OGM. Luciene de Assis – Site do MMA. 04/10/2012**

*Um dos maiores produtores e exportadores de organismos geneticamente modificados, o Brasil tem interesse direto no tema.*

O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de organismos geneticamente modificados (OGM), tema dos debates da Sexta Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-6), que se iniciou dia 1º de outubro e termina nesta sexta-feira em Hyderabad, Índia. A reunião antecede a 11ª Conferência das Partes



(COOP-11) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a se realizar de 8 a 19 de outubro no Centro de Convenções Internacional de Hyderabad. Os participantes da MOP-6 estão discutindo, entre outros aspectos, as questões socioeconômicas, a avaliação e o manejo de risco, e as questões financeiras correspondentes.

De acordo com o analista ambiental da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Lídio Coradin, que participa das discussões, “as decisões emanadas desta reunião visam garantir a implementação do protocolo, bem como assegurar sua adequada aplicação pelos países partes”. Ele esclarece que isto significa, inclusive, “prevenir ou minimizar, ou manejar os riscos potenciais à conservação da biodiversidade advindos da liberação dos organismos vivos modificados”.

## **ESPÉCIES CRIOULAS**

O Protocolo de Cartagena é considerado um dos principais acordos internacionais da atualidade, “já que trata da biossegurança relativa aos organismos geneticamente modificados”, diz Lídio Coradin. E esclarece: “Para o Brasil, o tema se reveste de particular importância, pois o protocolo busca garantir, entre outros aspectos, que o uso e a produção de OGM não impliquem na contaminação das variedades crioulas nem dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas”.

O documento, aprovado em janeiro de 2000 no âmbito da CDB, visa contribuir para assegurar um nível adequado de proteção na área de transferência, manipulação e utilização segura de organismos vivos modificados pela moderna biotecnologia. A preocupação, segundo Coradin, é com os possíveis efeitos adversos decorrentes da conservação e do uso sustentável da diversidade biológica, levando-se em consideração, ainda, os riscos para a saúde humana, com particular enfoque no movimento transfronteiriço.

---

## **Universidade Federal do Paraná é pioneira na Compra Institucional do PAA – Site do MDA. 04/10/2012**

Nesta sexta-feira (5), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) assina o primeiro edital de chamada pública para aquisição de alimentos pela nova modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Compra Institucional. A instituição será a primeira a aderir a esta forma de compra que permite que órgãos públicos adquiram alimentos diretamente do agricultor familiar, com dispensa de licitação.

A adesão da universidade ao modelo abre uma nova possibilidade de comercialização para os agricultores familiares da região. A UFPR mantém quatro restaurantes universitários, que funcionam sete dias por semana, servindo café da manhã, almoço e jantar. Em média, são servidas mais de 7,5 mil refeições por dia no almoço, chegando a um volume de aproximadamente 2,5 milhões de refeições ao ano. São consumidas cerca de 70 toneladas de arroz, 60 toneladas de feijão e 180 toneladas de carne por ano, além de hortifrutigranjeiros, cereais, frutas, leite e derivados.

O vice-reitor da UFPR, Rogério Mulinari, diz que a universidade se articulou para participar do Programa desde o anúncio da criação da modalidade. Por isso, estava preparada logo que a Compra Institucional foi regularizada. A aquisição de suprimentos

pelo PAA permitirá ampliar as ações de responsabilidade socioambientais da universidade, com foco na qualidade e na sustentabilidade.

“Temos que destacar a importância de trabalhar a integralidade das relações com a comunidade que nos cerca. A agricultura familiar tem um papel extremamente relevante na criação de opções de trabalho e renda, e a universidade é partícipe da melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos”, pontua Rogério Mulinari.

Para o coordenador de Comercialização da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Pedro Bavaresco, a nova modalidade do PAA é mais uma perspectiva de mercado para os agricultores comercializarem seus produtos na região. “Isso vai contribuir para dinamização da economia local dos municípios do entorno onde a instituição compradora vai fazer a aquisição de alimentos.”, afirma.

Há também vantagens para os órgãos que aderirem à Compra Institucional. “Para os compradores é a possibilidade de conseguirem comprar de uma maneira mais rápida e fácil produtos no entorno de suas instituições. Além de não ter que passar pelo processo licitatório em que, às vezes, quem fornece não necessariamente é da região”, acrescenta Bavaresco.

### **Compra Institucional**

A modalidade Compra Institucional, anunciada este ano, foi regularizada na última semana pela Resolução 50/2012. Com isso, quaisquer órgão público das esferas federal, estadual ou municipal, que tenham necessidade de gêneros alimentícios de forma regular e continuada – como redes de ensino, forças armadas, unidades de saúde e sistema prisional –, poderão adquirir produtos diretamente dos produtores familiares, com dispensa de licitação.

O órgão responsável pela compra necessita realizar, no mínimo, três pesquisas de preço no mercado local ou regional e lançar os editais de chamada pública, que devem estar em locais de fácil acesso às organizações de agricultores familiares. No caso de produtos orgânicos ou agroecológicos, caso haja impossibilidade de pesquisa de preço, é sugerido acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais.

Para acessar este mercado, os agricultores familiares, definidos pela Lei 11.326/2006, devem estar organizados em cooperativas ou outras organizações que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) especial de pessoa jurídica. Cada unidade familiar tem um limite anual de R\$ 8 mil em vendas, independentemente da participação em outras modalidades do PAA, observando o disposto no Artigo 19, inciso 1, do Decreto nº 7.757, de 2012. Os alimentos vendidos devem ser de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos na norma vigente.

---

## **Monteiro de Carvalho investe em fábrica de fertilizante – O Estado de São Paulo. 04/10/2012**

Tudo começou há sete anos, com uma fórmula que prometia transformar lodo em fertilizantes. A receita não deu certo, mas a ideia foi adiante. Depois de cinco anos de estudos e R\$ 30 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o empresário Olavo Monteiro de Carvalho, dono da Geociclo, conseguiu encontrar a chave para converter resíduos sólidos orgânicos em fertilizantes, que pode elevar em até 64% a produtividade da safra agrícola. A primeira fábrica começou a operar recentemente e outras 10 ou 15 unidades já são planejadas para os próximos anos. "Somos a primeira empresa a produzir esse tipo de insumo em larga escala no mundo", disse Monteiro de Carvalho, também presidente do conselho do grupo Monteiro Aranha, acionista da Klabin e Ultrapar. A Geociclo é um projeto à parte dos negócios da família, que trouxe a Volkswagen para o País. A fórmula desenvolvida pela empresa permite transformar resíduos de diferentes tipos de indústria em fertilizantes. Mas, a princípio, a empresa usará a "torta de filtro de cana", um subproduto obtido na fabricação do açúcar, e a cama de frango - espécie de forro que serve para absorver a urina e as fezes das aves. É o caso da primeira unidade, inaugurada em Uberlândia (MG), que usa resíduos da cana de açúcar. A fábrica foi planejada em duas etapas, com capacidade de 100 mil toneladas de fertilizantes. No primeiro ciclo, serão produzidas 50 mil toneladas, sendo que metade já está totalmente contratada com o próprio fornecedor da matéria-prima. O cliente entrega os resíduos e recompra o fertilizante. O preço é semelhante ao do produto tradicional comercializado no mercado, mas a produtividade aumenta 21% no caso da cana, segundo os testes feitos pela empresa em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, a Epamig e a Emater. No caso da soja, o ganho chega a 64%. "Na minha área, apesar da forte seca nos últimos meses, percebi uma diferença grande da plantação com esse fertilizante (organomineral) e com o tradicional. É visível o efeito do produto", afirmou o produtor de soja Oswaldo Alani.

---

## **Movimentos pressionam para que Equador não ceda aos transgênicos. Natasha Pitts – Site do MST. 05/10/2012**

A Via Campesina Internacional, movimento que une trabalhadores/as agrícolas do mundo todo em defesa da agricultura sustentável em pequena escala como modo de promover a justiça social e a dignidade, fez, na última semana, um apelo ao presidente equatoriano Rafael Correa. Os integrantes da organização pedem que o mandatário não se renda aos transgênicos e que respeite as decisões tomadas pelo povo equatoriano.

Em carta para Correa, assinada por Henry Saragih, coordenador internacional da Via Campesina, em nome da Comissão Coordenadora Internacional da organização, os/as ativistas se dizem preocupados com as afirmações públicas dadas pelo mandatário sobre a necessidade de abrir o Equador para o cultivo e as sementes transgênicas.

Também foi repreendida e causou indignação a declaração feita pelo presidente que os cultivos transgênicos poderiam quadruplicar a produção. Com base em estudos científicos, a Via Campesina garante que as variedades transgênicas, na verdade, são menos produtivas que as variedades normais. "Seria de grande utilidade, para informar melhor o debate, se o senhor pudesse informar-nos das fontes que asseveram que os cultivos transgênicos poderiam quadruplicar a produção", solicitaram, lembrando que os

cultivos transgênicos não alimentam o povo, pois são mais frequentemente destinados à produção de agrocombustíveis.

"Os cultivos transgênicos não são resposta alguma aos problemas de pobreza que milhões de famílias e comunidades camponesas enfrentam no Equador e no resto do mundo. Pelo contrário: aumentam a dependência, nos expulsam da terra, nos deixam sem trabalho, depreciam o valor da produção e destroem as economias locais", explicaram, deixando claro que o problema da alimentação pode ser resolvido com proteção, fortalecimento e expansão da agricultura camponesa.

Na carta, também chamam atenção ao fato que mais de 80% dos cultivos transgênicos são resistentes a herbicidas, mas diferente dos cultivos normais, desenvolvidos pela agricultura camponesa, não são resistentes ao frio, à seca ou a outras condições adversas. Esta característica dos cultivos transgênicos foi o que causou o incremento do uso desenfreado de herbicidas e outros pesticidas, deixando em países como Brasil - o maior consumidor mundial de agrotóxicos -, Argentina, Chile e Paraguai um rastro de danos como o aumento dos casos de câncer, de doenças graves de pele, malformações, aumento das taxas de aborto e intoxicações agudas.

Diante deste quadro, pedem que o presidente relembre suas promessas. "Apelamos aos compromissos assumidos pelo senhor ao inaugurar o V Congresso da Cloc, na cidade de Quito, Equador, em 12 de outubro de 2012, quando assegurou que no Equador não se necessita de uma reforma agrária, mas de uma revolução agrária, com uma radicalização em função dos mais pobres", rememoraram.

Para além do que foi prometido por Rafael Correa, a Via Campesina acentua na carta que a nova Constituição equatoriana estabelece que 'A soberania alimentar constitui um objeto estratégico e uma obrigação do Estado para garantir que as pessoas, comunidades, povos e nacionalidades, alcancem auto-suficiência de alimentos são e culturalmente apropriados de forma permanente'. Além disso, no artigo 401, se declara o Equador livre de cultivos e sementes transgênicas.

A Via Campesina reafirma a disposição para dialogar com Rafael Correa, mas antes disso pede que o mandatário respeite as decisões tomadas pela população a fim de que seja assegurada uma convivência digna, pacífica e democrática no país.

---

### **Índice de alimentos da FAO volta a subir. Fernanda Pressinott e Fernando Lopes – Valor Econômico. 05/10/2012**

Após dois meses de estabilidade, o índice de preços globais de alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) voltou a subir em setembro, o que mantém vivas as preocupações em torno de uma eventual crise "agroinflacionária" como as de 2008 ou 2010.

Levantamento divulgado ontem mostrou que o indicador subiu para 216 pontos, ante os 213 de julho e agosto. O repique de 1,4% foi puxado sobretudo pelas valorizações de carnes e lácteos, ainda que os cereais também tenham colaborado para o movimento observado.

## Em alta

Índice de preços de alimentos da FAO (pontos)

| Mês         | Índice de Preços |         |         |                |
|-------------|------------------|---------|---------|----------------|
|             | Carnes           | Lácteos | Cereais | Óleos Vegetais |
| Setembro/11 | 177              | 215     | 244     | 239            |
| Outubro     | 176              | 204     | 231     | 224            |
| Novembro    | 181              | 201     | 229     | 235            |
| Dezembro    | 179              | 202     | 218     | 227            |
| Janeiro/12  | 174              | 207     | 223     | 234            |
| Fevereiro   | 178              | 202     | 226     | 239            |
| Março       | 178              | 197     | 228     | 245            |
| Abril       | 180              | 186     | 223     | 251            |

Com a alta, o índice consolidado de alimentos voltou ao maior patamar observado neste ano, o mesmo de fevereiro e março. Em relação a setembro de 2011, porém, há queda de 4% (*ver gráficos*). Na comparação com a média do ano passado (228 pontos), a maior já registrada pela FAO, os 216 pontos de setembro representam queda de 5,3%.

Entre os grupos que compõem o indicador, o que mais subiu em termos absolutos foram os lácteos. O índice específico do segmento passou de 176 pontos, em agosto, para 188 em setembro, ainda abaixo do pico de 2012, alcançado em janeiro (207), e de setembro de 2011 (215). Segundo a FAO, aumento de custos e demanda aquecida explicam a alta.

Já o índice das carnes subiu de 171 pontos, em agosto, para 175 em setembro, abaixo do maior nível do ano, em abril (180), e de setembro de 2011 (177). O salto mensal foi provocado pelas carnes suína e de frango, que embutiram em seus preços parte da alta de custos causada pela recente disparada dos grãos decorrente da quebra da produção nos EUA, prejudicada pela mais severa seca no país em mais de 50 anos.

Por causa dessa estiagem, o índice de cereais que ajuda a compor o de alimentos havia subido de 222 pontos, em junho, para 260 em julho e agosto. Em setembro, ainda por conta dos reflexos do problema climático, chegou a 263 pontos. Trata-se, até agora, do teto de 2012, 7,8% superior ao resultado de setembro de 2011.

Também ontem, a FAO divulgou que a produção global de cereais deverá alcançar 2,286 bilhões de toneladas nesta temporada 2012/13, 0,4% menos que o previsto em setembro e 2,6% abaixo da colheita de 2011/12. A safra atual está em fase de colheita no Hemisfério Norte e de plantio no Hemisfério Sul.

A FAO até prevê queda da demanda mundial em 2012/13 sobre 2011/12, mas como a retração apontada é levíssima (0,1%), a relação entre estoques e consumo estimada pelo órgão cai de 22,8% para 20,7%, e é essa queda que está no âmago dos temores de uma nova crise "agroinflacionária".

De volta ao índice de preços de alimentos, houve refrescos nos grupos de óleos e gorduras e açúcar. O indicador do primeiro recuou de 226 pontos, em agosto, para 225 em setembro, enquanto o do segundo caiu de 296 para 284.

## **UE refuta estudo que relaciona transgênico a câncer. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 05/10/2012**

A americana Monsanto obteve ontem uma importante vitória no debate sobre a segurança de uma de suas variedades transgênicas de milho. Em um pronunciamento preliminar, a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA, na sigla em inglês) desqualificou o estudo segundo o qual o consumo do grão geneticamente modificado oferece riscos à saúde humana.

O estudo em questão, publicado há três semanas na revista científica "Food and Chemical Toxicology", apontou que ratos alimentados com a variedade de milho NK 603, da Monsanto, e expostos ao herbicida glifosato apresentaram maior incidência de câncer e outras doenças graves. O grão é geneticamente modificado para resistir à aplicação do glifosato, uma substância usada no combate a ervas daninhas.

A conclusão teve grande repercussão na União Europeia, sobretudo na França, país que lidera a oposição ao plantio de transgênicos no bloco. Também sob influência da publicação, a Rússia anunciou a suspensão das importações do milho transgênico.

A EFSA declarou, porém, que o estudo liderado por um pesquisador da Universidade de Caen, na França, não é "cientificamente sólido" e que sua qualidade é "insuficiente para ser considerado como válido para avaliação de risco". Por isso, não vê necessidade de reavaliar o status de segurança da variedade.

Segundo a EFSA, o trabalho possui problemas metodológicos, que invalidam seus achados. O órgão vai publicar uma nova análise em breve, levando em consideração informações adicionais fornecidas pelos autores.

---

## **Agricultura familiar combate inflação: está na hora de se falar mais disso. Marcel Gomes – Carta Maior. 06/10/2012**

*Inflação dos alimentos medida pelo IPCA já subiu quase 10% em dozes meses, impulsionada por produtos como grãos e legumes. É sinal de que os formuladores da política econômica precisam reforçar o apoio às políticas para a agricultura familiar, principal origem de nossos alimentos. Quanto mais batata e arroz nas gôndolas dos supermercados, menos a inflação corroerá o bolso dos brasileiros.*

São Paulo – Ir ao supermercado virou motivo de chateação. Prova disso é que, mês após mês, quando saem os índices de preços, as pessoas se assustam com a alta dos alimentos.

Em setembro não foi diferente. O IBGE divulgou nesta sexta-feira (5) que o IPCA, o índice de inflação mais importante do país, que guia a política monetária, subiu 0,57% no mês passado e ficou 0,16 ponto percentual acima da taxa registrada em agosto.

Ainda que setores como habitação tenham pressionado o índice, mais uma vez a alimentação foi campeã, respondendo por 52% da alta. É quase o mesmo impacto apurado no mês anterior, quando os alimentos foram responsáveis por 51% da elevação do índice.

Um primeiro comentário é que não há nenhum motivo para alarde, como fazem crer alguns. O IPCA segue distante do centro da meta, que é de 4,5% no ano, mas, aos 5,28% no acumulado de 12 meses, está “dentríssimo” da margem de tolerância, de dois pontos percentuais.

Um segundo, e mais importante comentário, é que a principal razão para a alta é sazonal e/ou climática, e, portanto, tem data para acabar. Logo mais, é quase certo que alimentos que subiram muito agora, como a batata (+21%), despenquem de preço. Foi o que ocorreu em setembro com o tomate, cuja cotação caiu 13% no mês.

Mas isso também não significa que não se possa fazer nada para aliviar a chateação do consumidor. E ela não deve ser pequena. A alta dos alimentos já alcança 6,43% entre janeiro e setembro, próximo aos 7,18% verificados em todo o ano de 2011. Nos 12 meses anteriores de setembro, os alimentos já subiram 9,51%.

Uma estratégia que pouco se comenta em nosso país, pelo menos no caso dos alimentos, é atacar essa inflação pelo lado da oferta. Mais produção de batata ajudaria a segurar o IPCA em níveis suportáveis.

E quem poderia fazer isso?

Não há outra resposta que não a agricultura familiar.

Esse setor da economia, formado por propriedades de até quatro módulos fiscais e gerido pelas próprias famílias, é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o último disponível, vieram de propriedades familiares 87% da mandioca do país, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café e 34% do arroz.

O surpreendente é que os agricultores e as agricultoras familiares fazem tudo isso ocupando apenas 24% da área agrícola do país, e empregando mais, 74% total de trabalhadores e trabalhadoras do campo. São 12,2 milhões de pessoas.

Diante desse cenário, resta pouca dúvida de que uma maneira de combater a inflação no país é investir na agricultura familiar – com crédito, seguro agrícola, tecnologia e infraestrutura de escoamento – para que esse setor aumente sua produção e reduza os períodos de gargalo dos produtos.

É preciso que se reconheça que a gestão que comanda o governo federal há dez anos tem o que mostrar. Quem diz isso não é só o próprio governo, mas pesquisadores do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (Oppa) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Eles lembram que foi apenas em 2012 que completou uma década de Plano Safra da Agricultura Familiar. Só a linha de crédito do Pronaf aportará R\$ 18 bilhões neste ano no setor, três vezes mais do que em 2003.

Mas é preciso mais. O grande agronegócio, por exemplo, receberá R\$ 115 bilhões na atual safra, seis vezes mais do que o destinado aos agricultores familiares.

A amplitude das variações dos preços dos alimentos no IPCA indica que os formuladores da política econômica precisam reforçar seu apoio às políticas para a agricultura familiar. Afinal, se houvesse mais batata no supermercado em setembro, a inflação não teria chateado tanto os brasileiros.

---

**Alimento puxa nova alta da inflação. Daniela Amorim – O Estado de São Paulo.  
06/10/2012**

A inflação oficial acelerou para 0,57% em setembro puxada, mais uma vez, pelo encarecimento dos alimentos. Os aumentos de preços, que começaram por itens agrícolas atingidos pela seca ou pela redução de área plantada, foram mais disseminados desta vez, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A elevação do IPCA se deve, principalmente, aos produtos alimentícios, em função da menor oferta de itens básicos na alimentação das famílias. A alta atingiu grande parte dos produtos”, disse Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE.

Em setembro, o IPCA acumulado em 12 meses afastou-se um pouco mais do centro da meta estipulada pelo governo, ao atingir 5,28%. Apesar da inflação em alta, aumentaram as apostas no mercado futuro de um novo corte de 0,25 ponto porcentual na taxa básica de juros, para 7,25% ao ano, na reunião do Comitê de Política Monetária da próxima semana.

“Os números estão dentro do que o mercado acha que é o objetivo do Banco Central”, justificou Luis Otávio Leal, economista-chefe do banco ABC Brasil. No Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), os alimentos e bebidas subiram 1,26% em setembro.

O grupo já acumula alta de 9,51% em 12 meses e pode continuar a pressionar o IPCA até o fim do ano, segundo analistas. “O grande vilão nesse fim de ano será o complexo carnes. É ele que vai continuar pressionando a inflação. O fim do ano é entressafra de bovinos. O aumento da carne acaba puxando também os preços de frangos e suínos, que são produtos substitutos”, previu Leal.

O aumento recente nos preços de grãos como a soja, o milho e o trigo, por causa da redução na oferta causada por problemas climáticos, encareceu a ração animal. Como resultado, frangos, suínos e bovinos ficaram mais caros. Mas a expectativa é de uma descompressão gradual nos preços das commodities agrícolas no mercado internacional para os próximos meses, o que já aparece no atacado.

“Os alimentos devem subir até o início de 2013, mas não devem acelerar nem preocupar”, avaliou Carlos Thadeu de Freitas Filho, economista sênior da Franklin Templeton Investimentos Brasil. No IPCA de setembro, as carnes subiram 2,27%, o maior impacto sobre a inflação do mês. Entretanto, também pesaram mais no bolso do consumidor o arroz, pão francês, batata inglesa, cebola, farinha de mandioca, alho e cerveja.



Embora os alimentos tenham sido destaque na inflação oficial, houve ainda aumento nas despesas das famílias com habitação, graças ao encarecimento da energia elétrica, água e esgoto, aluguel, condomínio e gás de botijão.

Entre os produtos não alimentícios, o principal aumento foi verificado nas passagens aéreas, que passaram de uma queda de 4,55% em agosto para uma alta de 4,99% em setembro.

“As passagens aéreas têm um preço diferenciado. As empresas oferecem tarifas a valores mais altos ou baixos em função da expectativa de faturamento. Se você não tem feriado nenhum, como em agosto, a tendência é de tarifas mais baixas, explicou Eulina. Ela lembrou que no mês passado teve o feriado da Independência, no dia 7 de setembro. “Então, a tendência era de que aumentasse um pouco.”

Preocupação. Na avaliação do coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), Emerson Marçal, a inflação começa a preocupar. A expectativa é que o índice encerre o ano ao redor de 5,5%.

“Dizer que a inflação está fora de controle é muito forte, mas ela subiu um degrau. Tem de prestar atenção para ver o que vai acontecer”, declarou Marçal. “A atividade econômica está retomando, então, se o IPCA chegar a 6%, o governo terá de tomar alguma medida para corrigir o rumo.”

---

### **Alimento puxa alta, e setembro tem maior inflação em 9 anos – Folha de São Paulo. 06/10/2012**

*Preços sobem 0,57% no mês passado, com impacto dos aumentos de commodities como soja, trigo e milho. Para economista, reaquecimento do consumo explica aumento de itens como serviços e vestuário*

Num cenário de juros em níveis historicamente baixos e de retomada da economia neste segundo semestre, a inflação voltou a preocupar com um choque dos preços dos alimentos e a persistência da alta de serviços.

O sinal de alerta veio do IPCA, índice oficial do país, do mês passado: a taxa de 0,57% foi a maior para o mês desde 2003.

Desde junho, a inflação está em aceleração, mas a tendência se intensificou em setembro, quando especialistas creem que os alimentos chegaram em seu "pico" de alta.

A subida decorreu do repasse do aumento das cotações internacionais de importantes produtos como soja, milho, trigo e arroz, que sobem por problemas climáticos no Brasil e no exterior.

Esses produtos são matérias-primas de vários itens e insumo de rações animais -o que impulsionou preços de carnes e aves. Em setembro, a alta dos alimentos (1,26%) foi a mais intensa para o mês desde 2002.

Com o estímulo de juros declinantes desde agosto de 2011 (que turbinam a economia com mais força a partir de agora) e novas pressões de alimentos nos próximos meses, analistas dizem que a inflação mensal deve ficar na faixa de 0,50% até dezembro, patamar tido como elevado.

Mantido esse ritmo, a expectativa é de uma inflação neste ano de 5,5%, superior ao centro da meta do governo (4,5%, com teto de 6,5%).

"O receio é iniciar 2013 com a inflação em alta, o que pode obrigar o BC dar um 'freio de arrumação' e retomar a subida dos juros", diz Emerson Marçal, economista da FGV.

Para a reunião do BC na semana que vem, ganha força no mercado a aposta de queda de 0,25 ponto na Selic, mas outra parcela ainda crê que a taxa vai permanecer em 7,5%.

Ainda que mais da metade da inflação de setembro tenha como origem em alimentos, diz, os reajustes estão disseminados em muitos itens, como serviços e vestuário.

Esse comportamento, afirma Marçal, sinaliza que o consumo se reanima e já puxa a inflação para cima.

Para Thiago Curado, economista da Tendências Consultoria, o mercado de trabalho aquecido (baixo desemprego e renda em expansão) é "um combustível adicional" para aumentos.

Segundo analistas, o crescimento mais intenso da economia em 2013 (previsão de 3,5%, ante de 1,5% neste ano) elevaria o IPCA. Mas a redução da tarifa de energia anunciada pelo governo vai compensar essa alta, e o índice deve ficar no mesmo patamar deste ano (5,5%).

---

### **Cientistas sofrem perseguições por pesquisas sobre transgênicos – Site do MST (AS-PTA). 08/10/2012**

Acadêmicos de todo o mundo estão firmando uma carta aberta em defesa da ciência e da equipe do pesquisador francês Gilles-Eric Seralini, que publicou no mês passado os resultados de uma pesquisa que avaliou, em 200 ratos de laboratório, os efeitos de uma dieta contendo milho transgênico NK603, tolerante ao herbicida Roundup, com e sem o herbicida, bem como contendo o herbicida sozinho (ver Boletins 601 e 602).

Na carta, os cientistas resgatam o histórico de ataques e perseguições que, sistematicamente, têm sofrido todos os pesquisadores que desenvolvem experimentos para avaliar a segurança dos transgênicos (e de alguns agrotóxicos) para a saúde e o meio ambiente e tornam públicos resultados considerados inconvenientes para as indústrias de biotecnologia.

Veja a íntegra da Carta Aberta

Citam o exemplo de Ignacio Chapela, que foi fortemente perseguido no meio acadêmico quando era professor na Universidade de Berkeley, nos EUA, e publicou na revista Nature uma pesquisa demonstrando a contaminação de variedades tradicionais de milho

no México (centro de origem da espécie) por transgênicos (Quist e Chapela, 2001).

Mencionam também o caso do bioquímico Arpad Pusztai, que em 1998 foi forçado à aposentadoria pelo Instituto Rowett, um dos mais renomados da Grã-Bretanha, após divulgar efeitos do consumo de batatas transgênicas em ratos de laboratório (Ewen e Pusztai, 1999b). A equipe do pesquisador também foi dissolvida, os documentos e computadores confiscados, e ele foi proibido de falar com a imprensa (em seu livro e documentário “O Mundo Segundo a Monsanto”, a jornalista francesa Marie-Monique Robin descreve com detalhes este e outros casos).

A carta faz referência ainda à perseguição de Andrés Carrasco, Professor de embriologia Molecular na Universidade de Buenos Aires, após a divulgação de pesquisas demonstrando os efeitos do herbicida glifosato (princípio ativo do Roundup) em anfíbios (Paganelli et al., 2010). Carrasco chegou ao extremo de ter sua comitiva espancada durante uma palestra em La Leonesa, na província do Chaco, na Argentina.

Os cientistas também alertam para o fato de que comumente as críticas divulgadas nos meios de comunicação são enganosas ou falsas. Por exemplo, diz a carta, “Tom Sanders, do Kings College, em Londres, foi citado como dizendo: ‘esta cepa de rato é muito propensa a tumores mamários, particularmente quando a ingestão de alimentos não é restrita’ (Hirschler e Kelland, 2012). Mas ele deixou de dizer, ou desconhece, que a maioria dos estudos de alimentação realizados pela indústria, e pela própria Monsanto, usaram [os mesmos] ratos Sprague Dawley (por ex. Hammond et al., 1996, 2004, 2006; MacKenzie et al., 2007). Nestes e em outros estudos da indústria (por ex. Malley et al. 2007), o consumo de ração foi irrestrito.”

Os autores da carta ressaltam que comentários “equivocados” como esse de Sanders costumam ser amplamente difundidos no sentido de desqualificar as pesquisas que evidenciam os riscos dos transgênicos. Veja exemplos nativos no site do CIB.

Os cientistas criticam ainda os protocolos dos experimentos exigidos para a aprovação de transgênicos nos EUA e na Europa, que apresentam pouco ou nenhum potencial para detectar as suas consequências negativas (assim como é o caso da CTNBio no Brasil): “Os transgênicos precisam ser submetidos a poucos experimentos, poucos quesitos são examinados e os testes são conduzidos unicamente pelos requerentes da liberação comercial ou seus agentes. Além do mais, os protocolos normativos atuais são simplistas e baseados em suposições”. Segundo os cientistas, os desenhos experimentais das pesquisas conduzidas pelas empresas de biotecnologia não permitem detectar a maior parte das mudanças na expressão genética dos organismos resultantes do processo de inserção do transgene.

Para os autores da carta, embora os ensaios de alimentação bem conduzidos sejam uma das melhores maneiras para se detectar mudanças não previstas pelo processo de modificação genética, eles não são obrigatórios para a liberação comercial de transgênicos.

De maneira contundente e objetiva, os autores concluem que “quando aqueles com interesse tentam semear dúvida insensata em torno de resultados inconvenientes, ou quando os governos exploram oportunidades políticas escolhendo e colhendo provas

científicas, comprometem a confiança dos cidadãos nas instituições e métodos científicos e também colocam seus próprios cidadãos em risco.”

Os autores da Carta Aberta convidam cientistas e acadêmicos a também assiná-la, o que pode ser feito enviando-se um email para [isneditor@bioscienceresource.org](mailto:isneditor@bioscienceresource.org) com o título “Seralini letter”.

---

### **Monsanto, seus OGM e as pesquisas científicas dos biólogos franceses – Site da CONTAG. 09/10/2012**

À medida que passam os dias se conhecem mais detalhes e reações sobre o que foi apresentado pela mídia francesa como “uma bomba de fragmentação científica, sanitária, política e industrial”: a pesquisa científica de um grupo de biólogos que denuncia a toxicidade das sementes de milho transgênico NK 603 da transnacional Monsanto.

Em resumo, os estudos em questão, desenvolvidos por uma equipe de cientistas da universidade francesa de Caen, chefiada pelo biólogo molecular Gilles Eric Seralini, e publicados na revista especializada Food and Chemical Toxicology descobriram que cerca de 200 ratos de laboratório, alimentados durante dois anos (a vida inteira desses animais) com diferentes doses de milho NK 603 e água misturados com glifosato marca Roundup, o herbicida mais utilizado no mundo, também de propriedade da Monsanto, apresentaram em certos casos tumores do tamanho de uma bola de pingue-pongue.

Comparados com as cobaias de controle alimentadas com milho convencional e não com OGM, os ratos “transgenizados” já apresentavam más-formações no 13o mês da experiência.

Nas fêmeas apareceram tumores mamários que chegaram a até ¼ do seu peso. Nos machos, os órgãos depuradores –rins e fígado- sofreram anomalias severas com uma frequência de 2 a 5 vezes maior que nos roedores não alimentados com OGM.

As fotografias que acompanham o trabalho -publicadas no semanário Le Nouvel Observateur, que revelou estes estudos para o “grande público”- são aterradoras.

O que diferencia experimentalmente este trabalho dos anteriores é ter sido realizado durante toda a vida dos ratos de laboratório, e não apenas durante três ou quatro meses, caso da grande maioria dos estudos que buscavam demonstrar a inocuidade dos OGM.

Os efeitos

Uma primeira clara consequência destes estudos foi a Rússia ter suspenso toda a importação de sementes de milho NK 603, invocando o princípio da precaução.

Uma segunda consequência foi o governo socialista francês dizer que “levava bastante a sério” o relatório e que havia solicitado à Agência Nacional de Segurança Sanitária (ANSES) uma avaliação do trabalho de Seralini e sua equipe. As conclusões dessa nova pesquisa serão conhecidas no dia 20 de outubro.

E uma terceira consequência foi a discussão instalada, não só na França, sobre as relações, por exemplo, entre ciência e empresas e/ou empresas e instituições estatais e/ou científicas de controle e avaliação, e sobre a maneira como se desenvolvem os processos de autorização da comercialização de um produto de consumo em grande escala, neste caso alimentar, mas que poderia ter sido também um medicamento ou outra coisa.

“Se fosse um medicamento, sua comercialização teria sido imediatamente suspensa”, afirmou o jornalista Guillaume Malaurie, do *Le Nouvel Observateur*.

#### Ataque e contra-ataque

Um exército de cientistas, alguns deles autores de estudos que vão em um sentido diametralmente oposto ao de Seralini, bombardearam nestes dez últimos dias a equipe da universidade de Caen.

Criticaram-no, por exemplo, por ter escolhido para sua experiência uma espécie de ratos com tendência a produzir tumores e porque o número de animais integrantes de cada um dos subgrupos, em que foi organizado o trabalho, era demasiado reduzido.

Joel Spiroux, médico e codiretor da pesquisa, respondeu que nesses terrenos não houve diferenças entre sua experiência e a realizada pelos cientistas pagos pela Monsanto: a espécie de animais foi a mesma e a quantidade de cobaias também.

Também criticaram Seralini e sua equipe (no caso, a revista *Nature*) por terem, de fato, mentido ao afirmar que este seria o único trabalho “a longo prazo” sobre as consequências do consumo de OGM por animais.

De acordo com a *Nature*, já existiam pelo menos 24 pesquisas científicas de “longa duração” que provavam a inocuidade dos transgênicos.

Não é assim, disse Spiroux. Por um lado, estes estudos –que efetivamente existiram– eram nutricionais e não toxicológicos e, por outro, não abrangeram em nenhum caso a totalidade da vida dos animais analisados, como feito na pesquisa científica liderada por Seralini, tendo durado uns poucos meses ou, quando muito, um par de anos no caso de porcos que vivem, pelo menos, o dobro disso.

Além disso, observou Spiroux, a maior parte das pesquisas científicas que “absolveram” os OGM foram financiadas ou encomendadas pelas próprias empresas produtoras de transgênicos e auditadas pelos organismos de controle de composição no mínimo duvidosa, ao contar em suas fileiras com integrantes de universidades ou laboratórios beneficiados com contribuições, convênios, acordos de cooperação com essas mesmas companhias.

Tudo isto pra quê?

O que o *Le Nouvel Observateur* conta sobre as condições de clandestinidade em que Seralini e os seus levaram a cabo seu trabalho é realmente alucinante: desde a forma escondida de conseguir as sementes do milho transgênico em um colégio de Canadá e de transportá-las da mesma forma para a França, até a codificação das comunicações

telefônicas e os e-mails entre os membros da equipe, para manter em segredo as suas conclusões, passando pela difusão de um estudo falso para despistar eventuais “espiões”.

Essa clandestinidade não foi escolhida de graça –afirmou certa vez um jornalista do Le Monde- mas revela o modus operandi habitual de empresas como a Monsanto.

Com relação a esta forma de atuar da maior empresa do mundo no setor da biotecnologia, Chantal Jouanno, a ministra do Meio Ambiente do governo do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, deu o seu testemunho há poucos dias.

Em 2007, pouco depois de Paris ter decretado uma moratória para a entrada de transgênicos em seu território, Jouanno recebeu a “visita” do vice-presidente da transnacional em seu gabinete do Palácio do Eliseu.

“Fiquei estupefata com o tom ameaçador que empregou. Alguém que está confiante do produto que vende, responde a quem o critica e não atua desta maneira”, disse a ex-ministra.

Jean-François Le Grand, ex-senador pela UMP, o partido que levou Sarkozy ao poder na França, participa dos mesmos temores que Jouanno com respeito à metodologia da Monsanto e de empresas similares. “O lobby pró OGM sabe seduzir com presentes especiais para aqueles que querem obter favores, e tem um enorme poder”, disse Le Grand, que já foi presidente da Alta Autoridade sobre os Organismos Geneticamente Modificados. “Não se privam de recorrer a qualquer coisa”.

O político, hoje presidente de uma região francesa, tem uma lembrança negativa dessa experiência: sua postura contrária aos OGM fez com que seus próprios companheiros de partido o ignorassem, não só neste organismo como no Senado.

Precisou renunciar primeiro e romper com a sua formação política depois. Seralini o conhece daquela época. “É um cientista de primeira, que atua com extremo rigor” e que levou a cabo o estudo “que eu queria que os poderes públicos alavancassem”, disse para Le Nouvel Observateur.

Olhos que não veem

O que mais preocupa a Seralini no “affaire OGM”, além das consequências que poderiam recair nos seres humanos ao consumirem, é a ausência de controles estatais eficazes, quando vemos convivência entre o poder político e as empresas do setor.

Não houve forma de conseguir que o organismo público financiasse os trabalhos da equipe de Caen. E não foi por não terem tentado. Os 3,2 milhões de euros para custear a pesquisa, os biólogos conseguiram por sua própria conta.

“Vamos exigir contas de quem deve prestá-las”, disse Corinne Lepage, ex ministra do Meio Ambiente da França, atual primeira vice-presidente da Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar do Parlamento Europeu, e autora de um livro (“La vérité sur les OGM”, La verdade sobre os OGM) lançado em 21 de setembro deste ano.

Lepage integra, há 15 anos, o Criigen (Comitê de Pesquisa e de Informação Independentes sobre Engenharia Genética), organismo ao qual também pertence Seralini e que administra os 3,2 milhões de euros.

“Já não será possível aos organismos públicos, que até agora exibiram uma inoperância gritante para controlar os OGM, prosseguirem agindo desta forma”, disse Joel Spiroux.

A batalha pública, esperada por Seralini e sua equipe, dá sinais de que será dura. Por um lado, deverão continuar se confrontando com os colegas. Por outro lado, terão que fazer frente ao próprio lobby das empresas de sementes, encabeçadas pela Monsanto. E em terceiro lugar, às instituições políticas nacionais e regionais, que serviram de guarda-chuva para as anteriores para proteger as anteriores.

Em Bruxelas, na sede da União Europeia, Seralini já se confrontou fortemente com a diretora da EFSA, a autoridade de segurança alimentar regional, Catherine Geslain-Lanéelle.

A dirigente disse que o organismo que dirige aceita auditar a pesquisa do biólogo, mas através do mesmo comitê que autorizou anteriormente o milho NK 603. “De nenhuma forma aceitaremos uma coisa dessas”, se indignou Seralini.

“A intransigência da diretora da EFSA ilustra a posição extremadamente delicada em que se encontra a UE. Entre o princípio da precaução que rege o direito europeu, as regras do comércio internacional e as pressões dos Estados Unidos, o caminho é estreito”, destaca Nouvel Observateur em um artigo publicado no dia 21 de setembro deste ano.

Neutros?

A difusão do estudo de Seralini em Food and Chemical Toxicology coincidiu com a publicação de um livro (Todos cobaias, do próprio biólogo), a estreia de um documentário homônimo e a edição do trabalho de Lepage. Todos no mesmo dia.

Essa “superexposição midiática” foi outro dos ângulos de ataque escolhidos pelos detratores do cientista francês, ao lhe criticarem uma “militância global contra os OGM” que havia tido uma expressão em sua própria pesquisa. “É um estudo viciado desde o início pela militância de seus autores”, comentou, entre outros, um biólogo espanhol.

Seralini não oculta essa “militância”, assim como não oculta sua oposição ao considerar a ciência como uma disciplina neutra.

“Tenho meus pontos de partida, minhas posições, como também têm os outros, os que me criticam, mas sou extremamente exigente com relação ao rigor dos trabalhos que realizo”, defendeu-se o biólogo, que neste plano encontrou advogados inclusive entre os colegas que criticaram as suas conclusões.

“Não há ciência neutra”, acrescentou, e tampouco houve problemas em admitir que efetivamente existiu uma “operação midiática” para fazer coincidir a difusão em massa de sua pesquisa e seu livro com o documentário e o livro de Lepage.

“Trata-se efetivamente de pesar na opinião pública por ser este um tema impossível de ficar reservado à discussão e ao conhecimento exclusivo dos cenáculos científicos, porque concerne ao conjunto da sociedade.

E, na batalha midiática, os promotores dos OGM levam muitos, mas muitos corpos de vantagem”.

---

**Agronegócio utiliza cada vez mais agrotóxicos por hectare – Site do MST (IHU).  
09/10/2012**

Considerado o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, o mercado brasileiro corresponde “a quase 1/5 (um quinto) do mercado mundial no volume de vendas” de herbicidas, algo em torno de 19% do mercado internacional. De acordo com Victor Pelaez Alvarez, “entre 2001 e 2010, a produção agrícola das oito principais commodities consumidoras de agrotóxicos aumentou 97%, a área plantada aumentou 30% e a venda de agrotóxicos aumentou 200%”. Esses dados, ressalta, demonstram a intensificação do uso do produto nas lavouras brasileiras, que “estão usando mais agrotóxicos por hectare”.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone à IHU On-Line, Alvarez afirma que o ingresso do Brasil no mercado de agrotóxicos segue uma “lógica comercial”, considerando que treze empresas são responsáveis pela maior parte da produção de pesticidas no mundo. “Há uma troca entre unidades de produção de uma mesma empresa, na medida em que elas têm uma lógica de produzir em grande escala. Algumas plantas podem se especializar na produção de determinados agrotóxicos em nível mundial para reduzir o custo de produção”, esclarece. Segundo ele, no Brasil o comércio é mais “intenso no sentido de exportar agrotóxicos para os países da América Latina, principalmente para a Argentina, onde é destinado 50% das exportações”.

Diante do consumo consciente, que cresce nos países mais desenvolvidos, Alvarez questiona a posição brasileira de investir massivamente na expansão agrícola baseada no uso de agrotóxicos. “Por ser um grande exportador agrícola e exportador para alguns países que têm maior rigor no controle dos produtos, como a União Europeia e os Estados Unidos, o Brasil deveria ter um cuidado maior em termos de harmonização, visto que ele tem autorizado uma série de agrotóxicos que são proibidos nesses países”, aponta.

Victor Pelaez Alvarez é graduado em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, mestre em Política Científica e Tecnológica pela mesma universidade, e doutor em Sciences Economiques pela Université de Montpellier I. É professor associado da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Confira a entrevista:

A partir das pesquisas do observatório, o que é possível apontar sobre o mercado internacional de agrotóxicos? Qual é a participação do Brasil nesse mercado?

Desde 2008, estima-se que o Brasil seja o maior mercado mundial de agrotóxicos, ultrapassando os Estados Unidos. Em 2010, o mercado brasileiro correspondia a quase



1/5 (um quinto) do mercado mundial no volume de vendas. Então, o Brasil tem 19% e os Estados Unidos tem 17% desse mercado.

Outro aspecto importante é o desempenho. Enquanto as vendas mundiais, entre 2000 e 2010, crescem em torno de 90%, as vendas brasileiras crescem 190%. Em termos de importações mundiais, o Brasil também está entre os seis maiores importadores mundiais de agrotóxicos e, nos anos 2000, o crescimento brasileiro foi o maior de todos. O Brasil cresceu cerca de cinco vezes, algo em torno de 487% das importações brasileiras de agrotóxicos. Eu estou considerando somente os produtos formulados, utilizados na agricultura.

Depois do Brasil, o consumo de agrotóxicos é mais intenso na Alemanha e no Canadá. Esses dois países consomem cerca de 114% dos agrotóxicos.

Por que há interesse no mercado brasileiro? Por quais razões o uso de agrotóxicos triplicou na última década?

Entre 2001 e 2010, a produção agrícola das oito principais commodities consumidoras de agrotóxicos aumentou 97%, a área plantada aumentou 30% e a venda de agrotóxicos aumentou 200%. Então, houve uma intensificação do uso. Enquanto a área plantada aumenta 30%, as vendas de agrotóxicos aumentam 200%. É possível ver que há uma intensificação do uso de agrotóxicos e isso é muito preocupante, porque estão usando mais agrotóxicos por hectare. Isso acontece por vários motivos, entre eles está o fato de o agricultor estar mais capitalizado e, portanto, capaz de comprar e investir mais em insumos.

O outro aspecto diz respeito ao uso continuado de agrotóxicos, principalmente de um único deles, que é o glifosato. O uso contínuo causa dependência, e é preciso usar uma quantidade sempre maior de agrotóxicos na lavoura. Além disso, é necessário utilizar agrotóxicos diferentes do glifosato, e agrotóxicos que são mais tóxicos.

Então, há uma inversão, ou seja, um retrocesso tecnológico, porque todo o discurso para vender a soja transgênica resistente ao glifosato é de que ela iria reduzir o consumo de agrotóxicos, iria proporcionar o uso mais racional de um agrotóxico menos tóxico, mas na medida em que aumenta a resistência, é necessário combinar o glifosato com outros herbicidas mais tóxicos. O Paraquat [1] é outro produto que está sendo utilizado no Rio Grande do Sul. É um produto classe 1, em termos de grau de toxicologia, pois é extremamente danoso.

De quais países o Brasil importa e para quais exporta agrotóxicos? O que suas pesquisas demonstram sobre a regularização desses produtos?

O Brasil foi um grande importador de agrotóxicos. É importante saber que treze empresas multinacionais controlam cerca de 90% do mercado mundial. Essas empresas estão subsidiadas no mundo inteiro, e as importações e exportações que acontecem estão ligadas a um comércio entre empresas e filiais de empresas multinacionais, localizadas em várias regiões do mundo. Não é necessariamente o Brasil como país que está importando ou exportando agrotóxicos. Ele está ligado a essa lógica de comércio entre empresas multinacionais.

O fato de o Brasil exportar agrotóxicos significa que algumas multinacionais aqui instaladas exportam para outras empresas. Por exemplo, a filial da Monsanto exporta para outra filial na Bélgica ou nos Estados Unidos. Há uma troca entre unidades de produção de uma mesma empresa, na medida em que elas têm uma lógica de produzir em grande escala. Algumas plantas podem se especializar na produção de determinados agrotóxicos em nível mundial para reduzir o custo de produção. No caso do Brasil, o comércio é mais intenso no sentido de exportar agrotóxicos para os países da América Latina, principalmente para a Argentina, onde são destinados 50% das exportações. Há um intenso comércio entre os países vizinhos. A Bélgica e os Estados Unidos são grandes países de destino das exportações brasileiras. Na realidade, esses são países de destino porque algumas multinacionais especificamente fazem esse comércio de matriz e filial. Da mesma forma, o Brasil também é um grande importador dos Estados Unidos. Essa é a lógica comercial.

Como compreender a posição do governo brasileiro, de aceitar o uso de agrotóxicos que são proibidos em outros países? O que isso demonstra sobre a política brasileira em relação à saúde e à agricultura? Nesse sentido, como vê a atuação da CTNBio e da Anvisa?

Essa é uma boa pergunta. Por ser um grande exportador agrícola e exportador para alguns países que têm maior rigor no controle dos produtos, como a União Europeia e os Estados Unidos, o Brasil deveria ter um cuidado maior em termos de harmonização, visto que ele tem autorizado uma série de agrotóxicos que são proibidos nesses países, inclusive alguns na China. A China é mais cuidadosa no sentido de harmonizar sua legislação com países da União Europeia, e o Brasil, nesse sentido, acaba ficando atrasado nesse processo. Por ser o maior mercado mundial em crescimento, o país também sofre a pressão das empresas que tentam vender produtos que já não podem ser vendidos em outros países. E aí, obviamente, a venda depende do grau de rigor da legislação brasileira.

Como a legislação brasileira diz que o registro de um produto agrotóxico tem um prazo indeterminado, diferentemente, por exemplo, de países pertencentes à União Europeia, que têm prazos de dez anos, o ônus da prova para retirar um produto do mercado é do órgão regulador. Diante desse esforço da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa de rever quatorze ingredientes ativos que hoje teriam um risco potencial à saúde humana, as empresas utilizam-se de artifícios legais e pedem a cassação do processo de revisão dos agrotóxicos na Justiça. Todos esses pedidos de liminares foram atendidos inicialmente pelos juízes e depois revertidos. Aí a estratégia é para ganhar tempo, mas isso gera um grande desgaste para uma agência reguladora, que tem pessoal, recursos humanos e financeiros escassos.

Na medida em que a regulação no Brasil é feita por três órgãos, o Ministério da Agricultura (que avalia a eficácia agrônômica), o Ministério do Ambiente (que avalia os impactos ambientais) e a Anvisa, do Ministério da Saúde (que avalia o impacto à saúde humana), acaba prevalecendo uma lógica de mercado de curto prazo, que tem o efeito bumerangue, porque o Brasil acaba exportando alimentos com resíduos de agrotóxicos para mercados em que tais produtos são proibidos.

O exemplo mais claro disso foi a exportação do suco de laranja para os Estados Unidos com o resíduo de um fungicida, o Carbendazim [2] que é proibido lá. Bom, isso fez com

que os produtores de suco de laranja tivessem um prejuízo de milhões de dólares. Então, veja que, de um lado, a agricultura está ligada ao mercado e, de outro, à saúde, como se fossem variáveis distintas. Trata-se de um falso dilema.

Para os mercados exigentes, cada vez mais a variável saúde é uma variável de mercado, que garante acesso a ele e dá credibilidade àquele que toma cuidado com a qualidade de seus produtos. O Brasil, ao não ter esse cuidado, ao se submeter à lógica das empresas, se submete a uma minoria e entra em conflito com o próprio desinteresse da agricultura nacional. A maneira de se colocar o problema é totalmente equivocada, no sentido de que haveria uma dicotomia entre saúde e agricultura, ou saúde e mercado.

Pelo contrário, os dois devem andar juntos e isso faz parte, ou deveria fazer parte, de um país com grande biodiversidade, preocupado em garantir padrões de qualidade em termos ambientais e à saúde humana. Enfim, essa preocupação com a qualidade dos alimentos faz parte de qualquer lógica de produção moderna, avançada etc. O Brasil é ainda bastante atrasado nessa discussão, na problematização dessas questões, na incorporação dessa temática na agenda de discussão das políticas públicas. O governo se submete à bancada ruralista, que está longe de perceber a realidade dos mercados consumidores dos países ricos.

Uma das justificativas para o aumento do uso de agrotóxico é a expansão da agricultura no país. Como vê essa justificativa? É possível produzir, na escala brasileira, sem o uso dos pesticidas?

Tudo isso é um processo. Veja que a chamada Revolução Verde, que começa depois da Segunda Guerra Mundial, expande um modelo de produção com o uso intensificado de produtos químicos, de sementes etc., levou algumas décadas para se consolidar. Da mesma forma, hoje é possível se produzir em grande escala, sim, com o uso racional dos insumos, principalmente dos agrotóxicos e fertilizantes químicos.

O fato é que os agrotóxicos são incentivados, são isentos de IPI, tem redução de até 60% do ICMS. Portanto, toda lógica econômica é voltada para a redução do preço no intuito de incentivar a produção e o consumo destes produtos. Durante muito tempo o sistema de créditos no Brasil só concedia créditos para o agricultor que usasse agrotóxicos, quer dizer, havia um incentivo ao consumo desses produtos. Falta ao Brasil uma política de racionalizar o uso desses artigos.

Se você produzir em pequenas propriedades, por exemplo, por sistemas agroecológicos ou que usam uma quantidade muito menor de agrotóxicos, a soma disso dará a escala em nível regional e nacional. Novamente, trata-se da forma como se coloca o problema, como se pensa uma política agrícola integrada e preocupada com as questões ambientais.

---

### **Ações de prevenção e controle da obesidade em pauta na plenária do Consea – Site do MDS. 09/10/2012**

*Ministra Tereza Campello e secretária nacional Maya Takagi participam do debate, que terá como tema central o plano intersectorial para promoção de modos de vida e alimentação adequada e saudável*

Brasília, 9 – A adoção de medidas para promover hábitos mais saudáveis e, em especial, para redução dos índices de sobrepeso e obesidade na população brasileira será o tema central da VI reunião ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) nesta quarta-feira (10), a partir das 9h. A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, participa da abertura do evento.

Durante o debate, a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, apresentará o Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, que reúne ações divididas em seis eixos: disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis; ações de educação, comunicação e informação; promoção de modos de vida saudáveis; vigilância alimentar e nutricional; atenção integral à saúde e regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos.

Segundo dados de 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem hoje 74 milhões de pessoas, de diferentes faixas etárias, com excesso de peso. Embora a maior parte delas sejam adultos, os dados revelam que 5,6 milhões são crianças entre 5 e 9 anos, e outros 6,8 milhões são adolescentes com idades entre 10 e 19 anos.

---

#### **Representantes de cinco países visitam PAA de Brazlândia nesta quarta (10) – Site do MDS. 09/10/2012**

*Delegações do Haiti, República do Congo, Bangladesh, Nigéria e Itália vão ver de perto a produção e distribuição de alimentos*

**Brasília, 9** – Trinta e cinco pessoas, entre ministros e técnicos do Haiti, República do Congo, Bangladesh, Nigéria e Itália, vão a campo nesta quarta-feira (10) para conhecer as propriedades de agricultores familiares que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Brazlândia, no Distrito Federal. Na região, próxima a Brasília, a principal produção é de morango e hortaliças, que têm compra garantida pelo PAA, beneficiando tanto os produtores quanto entidades de assistência social parceiras.

Com participação da coordenadora-geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Carmem Bocchi, e de outros técnicos do ministério, as delegações estrangeiras acompanharão todo o processo do PAA, do plantio à entrega dos alimentos em galpão específico para abastecimento e seleção. Ao final, visitarão uma entidade beneficiada com os alimentos. Na Escola Classe Inca 07, o cardápio saudável se adequa aos alimentos recebidos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e atende às necessidades nutricionais dos alunos enquanto estão na escola.

Composta por participantes do V Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento, que vai até quinta-feira (11), a delegação participa de troca de experiências, assiste a apresentações sobre programas e ações brasileiros e faz visitas de campo. Essas visitas são organizadas pela Emater-DF.

---

## **Pressão dos alimentos. Alberto Tamer – O Estado de São Paulo. 14/10/2012**

A nova redução da Selic anunciada esta semana pelo Banco Central, agora a menor taxa real da história, apenas 1,66% descontada a inflação, confirma que a meta, a prioridade, é crescer. O Brasil rejeita o imobilismo que domina a economia mundial, registrado nas análises do Fundo Monetário Internacional, divulgadas em Tóquio. Não se trata apenas de política monetária isolada, de liberar recursos do compulsório, injetar liquidez no sistema, mas de medidas complementares da equipe econômica para oferecer mais estímulos à demanda interna, à produção, investimentos e agora, também às exportações.

Algumas medidas avançam mais rapidamente, outras ainda não, mas o objetivo é transmitir ao setor privado a confiança no futuro, diálogo entre empresários, governos e autoridades monetárias que não existe lá fora.

Mas, pode-se argumentar, temos o que eles não têm, espaço monetário e fiscal para agir, como juros altos que podem ser reduzidos, endividamento baixo do governo - menos da metade dos EUA e da Europa - um sistema financeiro saudável, não foi envolvido pela crise de 2008, o potencial do mercado interno... Sim, mas tudo isso não surgiu do nada. Foi construído no governo Fernando Henrique, com o real e o ajuste fiscal, reforçado no governo posterior e intensificado agora no atual.

A ameaça da inflação. Esse é um desafio que o Brasil tem e eles não. Até onde o governo poderá continuar estimulando a demanda interna sem mais pressão sobre os preços? Não haveria uma contradição entre a Selic de 7,25% declinante, e IPCA pressionado? O Banco Central não teria sido imprudente ao reduzir pela décima vez a taxa de juros?

A resposta está em outra pergunta: o que realmente está pressionando os preços? Foi um consumo estimulado pelo crédito e a renda? Com o câmbio atual, não estaríamos importando a pressão dos preços das commodities agrícolas? Ou, mais, até quando podemos conviver com inflação de 5%? Os preços dos alimentos não estão em forte alta no mercado mundial?

Não assusta. Em sua última análise de mercado, no relatório de 4 de outubro, a FAO diz que os preços aumentaram muito, com queda da safra americana, mas foram compensadas em parte pelos estoques e a produção em outros países. Ao contrário do que ocorreu no passado, grandes produtores, como Brasil, Rússia, Argentina, não anunciaram redução das exportações para atender seus mercados.

"Entre agosto e setembro o índice de preços dos cereais aumentou 1%, é 7% acima do mesmo período do ano passado, mas mesmo assim, 4% abaixo do pique registrado em abril de 2008," diz o boletim. A queda mais acentuada, de 4,2%, foi no preço do açúcar, segundo a FAO, devido à produção do Brasil.

Motivos. A organização não chega a apontar claramente as causas desse comportamento dos preços dos alimentos, mas a OCDE e o próprio FMI mostram que se deve a alguns fatores como desaceleração econômica nos países de maior consumo, a menor importação para aumentar estoques, como na China e no Japão, e acima de tudo, a

necessidade de não forçar a alta dos preços porque precisam gerar receitas que não encontram em seus mercados.

Com base nesses dados e outras análises de mercado, Thiago Curado, da Tendências Consultoria, concorda que os preços de alimentos têm configurado a principal pressão inflacionária nos últimos dois meses, "mas o repasse ao consumidor final deve se atenuar a partir de outubro". A partir de agora, a expectativa é de acomodação dos preços desses produtos. Para 2013, a expectativa é que haja forte queda de preço dessas commodities, com a normalização das condições de oferta, principalmente no Brasil.

O que pode pesar. Enquanto a produção industrial não reage com as novas medidas de estímulo, continua havendo o recurso das importações ainda beneficiadas pelo câmbio. Não será por esse caminho, portanto, que a economia deixará de crescer com inflação administrada em torno de 5%. E se for mais? E se o real valorizado e importações mais baratas deixarem de ajudar na formação dos preços? É sem dúvida um problema que merece atenção, a equipe econômica deve estar preparada, como alerta o FMI, mas o desafio é outro. É crescer 4% nos próximos trimestres com base em investimentos, no mercado interno, enquanto a economia mundial, fragilizada pela inércia, define.

Afinal, o Brasil convive com inflação média de 5% há 10 anos...

---

### **Debate sobre agrotóxicos marca o Dia Mundial da Alimentação em Goiás – Site do MST. 15/10/2012**

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Goiás (Consea-GO), o Conselho Municipal de Goiânia e o Fórum Goiano sobre Agrotóxicos promoverão na terça-feira, 16 de outubro, um Seminário sobre o Dia Mundial da Alimentação.

Serão realizadas duas palestras: “Impactos do Agrotóxico na Saúde e Meio Ambiente”, que terá como palestrante o professor Wanderlei Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); e “O Papel das Cooperativas da Agricultura Familiar na Produção de Alimentos”, cujo palestrante será Mauro Pereira dos Santos.

O evento acontece no auditório da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seagro, Rua 256, nº 52, quadra 117, Setor Leste Universitário, Goiânia (GO).

No dia também haverá, no pátio da Secretaria, uma feira de alimentos orgânicos, de produtos processados de frutos e sementes do Cerrado e de artesanato.

Deverão marcar presença autoridades federais, estaduais e municipais, além de conselheiros estaduais e municipais, profissionais e estudantes de áreas afins, agricultores, representantes de vários segmentos do setor de todo o estado de Goiás e o público em geral.

O Dia Mundial da Alimentação é celebrado em 16 de outubro, na perspectiva de um chamamento aos países para a adoção de políticas, programas e ações para eliminar a fome no mundo e assegurar a segurança alimentar dos povos. “Cooperativas Agrícolas

Alimentar o Mundo” é o tema definido pela FAO para 2012, em reconhecimento ao papel que elas desempenham na segurança alimentar e nutricional dos países.

---

### **Pepe Vargas enfatiza necessidade de ligação entre sustentabilidade e inclusão social – Site do MDA. 15/10/2012**

A pobreza como principal causa da insegurança alimentar. Foi desta forma que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, iniciou sua participação na mesa redonda sobre Segurança Alimentar e Mudanças Climáticas, na tarde desta segunda-feira (15), em Roma, na Itália. O ministro está participando de reuniões e painéis promovidos pelo Comitê de Segurança Alimentar (CSA), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), como chefe da delegação brasileira até esta terça-feira (16).

Na mesa redonda realizada na tarde de hoje, o ministro Pepe parabenizou o trabalho do CSA pela escolha do tema de como as mudanças climáticas afetam a segurança alimentar. Segundo o ministro, a relação entre mudanças climáticas, produção agrícola e segurança alimentar representa um grande desafio para a humanidade no século XXI. “O grande desafio é o de garantir alimentos saudáveis para uma população que seguirá crescendo nas próximas décadas, em especial nos países em desenvolvimento, nos quais parcelas expressivas encontram-se em situação de insegurança alimentar e excluídas do acesso a bens e serviços indispensáveis para uma vida digna”, destacou.

O ministro lembrou dos debates realizados durante a Rio+20, em junho deste ano, para endossar a preocupação social atrelada ao desenvolvimento sustentável. “O desenvolvimento deve considerar três dimensões: a social, a ambiental e a econômica. Não há sustentabilidade nos processos de crescimento econômico sem a inclusão produtiva e social dos excluídos”, alertou.

O ministro Pepe Vargas realçou que o Brasil, mesmo sendo grande produtor de alimentos, tem 61% do seu território coberto por florestas, e apontou a agricultura familiar como prioridade da política agrícola brasileira, com acesso a crédito, seguro agrícola, apoio à comercialização, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). “Viabilizamos, ainda, o acesso à terra por meio da Política Nacional de Reforma Agrária e de programas de crédito fundiário. Além disso, a presidenta Dilma Rousseff assinou recentemente Decreto que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e implementamos o programa Agricultura de Baixo Carbono”, recordou.

Ao final da sua explanação, Pepe reforçou a necessidade de se priorizar ações de adaptação à agricultura familiar no contexto das mudanças climáticas. Segundo ele, é preciso sempre respeitar os princípios e normas da Convenção Quadro sobre Mudança do Clima, implementadas de forma conjugada, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional, no quadro do Direito Humano à Alimentação Adequada. “Reafirmamos o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, consagrado pela Convenção Quadro sobre Mudança do Clima. Tal princípio deve ser claro e explicitamente incorporado no texto da minuta, para não deixar dúvidas quanto aos diferentes níveis de responsabilidade dos países desenvolvidos e dos em desenvolvimento”, concluiu.

---

## **Agrotóxicos na berlinda. Sophia Gebrim – Site do MMA. 15/10/2012**

*Consumo de produtos orgânicos cresce 40% em um ano no Brasil. Bom para o homem e para o meio ambiente*

---

A busca por uma alimentação saudável faz com que aumente cada vez mais o consumo de produtos orgânicos no país. Números do Projeto Organics Brasil apontam que o consumo no setor cresceu 40% no último ano. Resultado de uma produção sem uso de agrotóxicos e que respeita os aspectos ambientais, sociais e culturais, os orgânicos ganham espaço na mesa dos brasileiros. Hoje já são frutas, verduras, mel, cereais, cosméticos e tecidos produzidos a partir de matérias-primas sem o uso de produtos químicos.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) apoia a prática, por meio da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo governo federal no último mês de agosto. “Estamos também apoiando a formação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na elaboração de um edital para assistência técnica e extensão rural, a partir de 2013, para atender a 50 mil famílias para a produção de bases agroecológicas”, detalha o coordenador da Gerência de Agroextrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA João D’Angelis.

### **RESÍDUOS**

E destaca, ainda, os benefícios do consumo de orgânicos: “Esse tipo de alimento faz bem para a saúde, para a natureza e para a economia local, o que garante a sustentabilidade da produção”. Segundo D’Angelis, são alarmantes os dados de contaminação de alimentos por resíduos de agrotóxicos. “Estudos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mostram que, em 2010, 75% das amostras de 18 alimentos apresentaram resíduos de agrotóxicos”.

Um dos objetivos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, lançada no último mês de agosto, é ampliar o número atual de 200 mil para 300 mil famílias envolvidas com produção orgânica e em bases agroecológicas até 2014. Além disso, o governo busca incentivar o consumo desses produtos pela população.

A PNAPO pretende, ainda, integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Dessa forma, com essas ações, o Ministério do Meio Ambiente espera reduzir o uso de agrotóxicos e aumentar os índices de conservação da agrobiodiversidade, além de tratar-se de mais um instrumento público que busca construir agenda sustentável para a sociedade brasileira.

### **EM DOMICÍLIO**

Reginaldo Silva, produtor de orgânicos no assentamento Monte Alto (localizado no município de Padre Bernardo, em Goiás), vive da atividade. “Há anos trabalhamos na produção de alimentos puros, sem agrotóxicos, nas quatro chácaras que constituem a



nossa produção”, afirma. Além de participar de feiras específicas de produtos orgânicos, a pequena empresa do produtor, que trabalha com o pai, também faz entregas em domicílio da região de Brasília e entorno.

Questionado quanto à qualidade das frutas e verduras que ele vende, Silva mostra-se bastante firme no conceito de sustentabilidade e bem-estar. “São produtos mais saudáveis, sabemos isso, só de tirar os agrotóxicos e os produtos químicos que são um veneno para a saúde do homem, vemos a diferença”, diz o produtor. Ele acrescenta, ainda, que o consumo vem crescendo visivelmente nos últimos anos, o que fez com que a família aumentasse o número da produção para atender à nova e crescente demanda.

No mês do consumo consciente, o Ministério do Meio Ambiente, que fomenta a prática, destaca alguns pontos para incentivar o consumo de orgânicos. Confira dez motivos para consumir produtos orgânicos (fonte: Portal Ambiente Brasil):

1. Evitam problemas de saúde causados pela ingestão de substâncias químicas tóxicas;
2. São mais nutritivos. Solos ricos e balanceados com adubos naturais produzem alimentos com maior valor nutritivo;
3. São mais saborosos. Sabor e aroma são mais intensos – em sua produção não há agrotóxicos ou produtos químicos que possam alterá-los;
4. Protegem futuras gerações de contaminação química. A agricultura orgânica exclui o uso de fertilizantes, agrotóxicos ou qualquer produto químico e tem como base de seu trabalho a preservação dos recursos naturais;
5. Evitam a erosão do solo. Através das técnicas orgânicas tais como rotação de culturas, plantio consorciado, compostagem, etc., o solo se mantém fértil e permanece produtivo ano após ano;
6. Protegem a qualidade da água. Os agrotóxicos utilizados nas plantações atravessam o solo, alcançam os lençóis d’água e poluem rios e lagos;
7. Restauram a biodiversidade, protegendo a vida animal e vegetal. A agricultura orgânica respeita o equilíbrio da natureza, criando ecossistemas saudáveis;
8. Ajudam os pequenos agricultores. Em sua maioria, a produção orgânica provém de pequenos núcleos familiares que tem na terra a sua única forma de sustento. Mantendo o solo fértil por muitos anos, o cultivo orgânico prende o homem à terra e revitaliza as comunidades rurais;
9. Economizam energia. O cultivo orgânico dispensa os agrotóxicos e adubos químicos, utilizando intensamente a cobertura morta, a incorporação de matéria orgânica ao solo e o trato manual dos canteiros. É o procedimento contrário da agricultura convencional que se apoia no petróleo como insumo de agrotóxicos e fertilizantes e é a base para a intensa mecanização que a caracteriza;
10. O produto orgânico é certificado. A qualidade do produto orgânico é assegurada por um Selo de Certificação emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (Mapa) e garante ao consumidor estar adquirindo produtos mais saudáveis e isentos de qualquer resíduo tóxico.

---

### **Alimentação escolar, agricultura familiar e agroecologia dão exemplo ao mundo – Site do MDS. 15/10/2012**

*Programas como o PAA são visitados por delegações estrangeiras, que se miram nos bons resultados do Brasil no combate à miséria. Elas também estiveram em escola do DF, cuja merenda é reforçada com produtos de agricultores familiares*

**Brasília, 15** – Na Escola Classe Incra 7, em Brazlândia, no Distrito Federal, o consumo de alimentos mais saudáveis já se reflete em sala de aula. Desde 2010, com intervalo de alguns meses em 2011, os alunos contam com o reforço dos alimentos recebidos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O que complementa a alimentação das crianças são frutas e hortaliças frescas produzidas na região. A cidade fica a 45km de Brasília.

“A variedade dos alimentos aumentou, além de serem mais frescos e saborosos. Isso faz a diferença em sala de aula. Criança alimentada aprende melhor”, relata a diretora da instituição, Cristiane Rosa Milani. Ela conta que, quando chegou à escola, em 2007, o cardápio incluía muita comida processada e enlatados. Com a chegada do PAA, tudo mudou.

A escola tem 93 alunos da educação infantil ao quinto ano do ensino fundamental. Lá, eles consomem o café da manhã e o almoço. Duas vezes por semana, permanecem em período integral. Nesses dias, contam com um último lanche à tarde, antes de ir embora. A escola também possui laboratório de informática e este ano passou a ter acesso à internet.

Próximo à comunidade, funciona a Associação dos Produtores de Alexandre Gusmão (Aspag), de onde vêm as frutas e hortaliças enviadas à escola. Cento e trinta produtores são atendidos pelo PAA e mais de 30 aguardam na lista de espera para se associar. Mas nem sempre foi assim. Quando o programa chegou, ainda durante o governo Lula, muitos agricultores resistiam a aderir à associação e participar do programa federal. Eles não acreditavam que a iniciativa daria certo, conta o vice-presidente da Aspag, Fábio Harada.

Hoje eles trabalham para transformar a associação em cooperativa, o que permitirá aos agricultores mais agilidade, inclusive para obter crédito junto a instituições financeiras. “Para valorizar o produtor, é preciso rentabilidade. Quanto mais o Estado investe, maior é o ganho social”, observa Harada. “Essa renda extra é extremamente importante para o pequeno agricultor, porque, entre outras coisas, modifica o perfil das famílias.”

De acordo com o dirigente, antes era difícil um produtor enviar os filhos para a universidade. Poucas famílias conseguiam. Hoje, ele conta, são muitos os que fazem curso superior. “E não só faculdades ligadas à terra, mas também cursos como direito, administração e enfermagem.”

---

**Agroecologia** – A alguns quilômetros da sede da associação, no Assentamento Betinho, mora a agricultora Nailde Maria de Jesus. Uma das associadas da Aspag, ela produz morangos e hortaliças. Há três anos, vende parte de sua produção ao PAA. Antes, Nailde trabalhava em chácaras de outros proprietários. Hoje, a realidade é outra.

Ela tem a própria plantação e consegue preços bem melhores para seus produtos, o que faz toda a diferença para a família. De seus nove filhos, apenas três trabalham com ela na roça. A mais velha faz um curso na área de ciências agrárias e os cinco mais novos estão na escola. Para isso, Nailde conta também com reforço do Bolsa Família.

“Hoje estamos bem melhor. Antes era difícil, vendíamos a preços baixos. Agora dá para cobrir esses preços”, diz. Nailde consegue produzir alimentos mais saudáveis e manter a rentabilidade. Aos poucos, está convertendo em agroecológico o método tradicional de plantio. Atualmente, usa o mínimo de agrotóxicos e barreiras verdes, eficientes para a prevenção de pragas. A lavoura conta com dois tipos de irrigação: tradicional e de gotejamento. Tudo isso ajuda a reduzir o impacto sobre o meio ambiente, e com a produção garantida.

**PAA** – Os programas de transferência de renda e de acesso à alimentação e o aumento do salário mínimo, aliados ao estímulo à agricultura familiar, vêm contribuindo para reduzir o número de pessoas em situação de subnutrição no país. Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) revela que o Brasil reduziu a subnutrição de 14,9% para 6,9% da população brasileira. O exemplo dessa escola de Brazlândia comprova como o PAA ajuda a comunidade a melhorar a realidade local e a qualidade do que é servido às mesas.

O PAA promove o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para as populações em situação de insegurança alimentar, com inclusão social e econômica no campo, pois fortalece a agricultura familiar. O programa contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento do mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, entre eles a alimentação escolar, e permite aos agricultores familiares comercializar seus produtos a preços mais justos.

A coordenadora-geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Carmem Priscila Bocchi, avalia que os dados da FAO mostram como o país está no caminho certo, embora reconheça que ainda há muito a ser feito.

“As políticas sociais no Brasil têm a qualidade de ser integradas. Além do acesso a renda, há garantia de outros processos estruturantes, como o fortalecimento da agricultura familiar, o acesso à água no Semiárido, o PAA. Esse conjunto de políticas que está dando certo confere ao Brasil status de país que consegue resolver os problemas da miséria e da fome”, observa a coordenadora. “Os países vêm aqui para saber o segredo do sucesso do Brasil nesse processo.”

**Visitas** – Carmem Bocchi se refere às visitas de delegações estrangeiras ao país, como à Escola Classe Inkra 7, em Brazlândia, onde estiveram na semana passada representantes do Haiti, Níger, África do Sul, Bangladesh e República do Congo que participavam do V Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento. Promovido pelo MDS com apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações

Exteriores (ABC/MRE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o encontro incluiu visitas de campo organizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF).

A ministra de Assuntos Sociais, da Ação Humanitária e Solidariedade da República do Congo, Emilienne Raoul, que participou das visitas, disse que seu país está engajado na redução da pobreza. "O Brasil é um exemplo para o mundo", observou.

As visitas à escola e à produtora rural foram interessantes para a ministra, que pôde ver de perto como funcionam os programas sociais brasileiros. No entanto, ela ainda tem curiosidade em saber como se dá a formação dos trabalhadores da área social.

"Temos cantinas escolares e um programa de cartões de segurança alimentar, que funciona há cerca de sete meses. Eles se inspiraram no Programa Mundial de Alimentação da ONU e nos programas brasileiros, como o Bolsa Família", conta. "Nossa maior dificuldade para implantar essas políticas são os recursos financeiros e a formação dos trabalhadores sociais."

---

### **Biodiversidade é arma para garantir segurança alimentar. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 15/10/2012**

Preservar a biodiversidade pode ser uma garantia à segurança alimentar global, hoje concentrada em um pequeno número de cultivos. "O que se come no mundo são poucos alimentos, basicamente trigo, arroz, mandioca, milho. Isso coloca a humanidade em grande risco", alerta o biólogo Bráulio Ferreira de Souza Dias. "Se ocorrer uma doença em uma dessas culturas será um caos", prossegue. "É preciso conservar a biodiversidade para uso futuro e para criar soluções a possíveis problemas."

*Bráulio Dias: "Todos os setores da economia perderão se a biodiversidade continuar a desaparecer no mundo"*

É disso que trata o encontro internacional que ocorre até sexta-feira em Hyderabad, na Índia. O brasileiro Bráulio Dias, ex-secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, é desde janeiro o secretário-executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU. A CDB, como é conhecida, é o acordo internacional que busca garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade no mundo.

A exemplo de sua versão mais famosa, a Convenção sobre Mudança Climática, os países que assinaram a CDB também se reúnem regularmente para tentar estancar a vertiginosa perda de espécies no mundo. Delegados de 193 nações estão neste mês na Índia para, entre outras coisas, encontrar fontes de recursos que financiem a preservação. Em meio à crise financeira global, a pauta vive um impasse.

A conferência procura dar continuidade às decisões tomadas no encontro anterior, em 2010, no Japão. Ali se acertou o Protocolo de Nagoya e um conjunto de 20 metas para 2020 - as chamadas Metas de Aichi. Uma delas, por exemplo, mira a proteção de pelo menos 17% dos ecossistemas terrestres e de água doce, e 10% dos ecossistemas

marinhos e costeiros do planeta. A estimativa é que isso custe US\$ 600 bilhões se não existirem políticas que incentivem o uso sustentável dos recursos naturais.

O Protocolo de Nagoya dá as regras para o acesso e a repartição de benefícios da utilização de recursos genéticos da biodiversidade. É uma moldura legal básica que garante a quem preservou algum benefício sobre o uso econômico daqueles recursos naturais. Durante anos o debate opôs países ricos, donos das indústrias farmacêuticas e de cosméticos, a países em desenvolvimento donos de grandes florestas, como o Brasil.

Para entrar em vigor, Nagoya tem que ser ratificado por 50 nações - somente seis o fizeram até agora. No Brasil, a discussão sequer começou no Congresso, mas já há setores sensíveis ao debate. Um estudo recente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), um think tank do agronegócio, traçou um cenário hipotético onde o Brasil pode ter forte prejuízo se tiver que pagar um percentual pela produção de cana, soja e carnes aos países de origem desses produtos.

Dias diz que todos os setores econômicos perdem se a biodiversidade continuar a desaparecer no mundo e lembra que o Protocolo de Nagoya não especifica como será feito o pagamento, apenas reconhece que quem preserva merece ser remunerado. Os países decidirão caso a caso, a remuneração pode ocorrer como uma troca de sementes, de tecnologia, de capacitação e, portanto, qualquer estudo de perdas é uma especulação. A seguir trechos da entrevista:

**Valor:** *O campo pode perder com o Protocolo de Nagoya?*

**Bráulio Dias:** Há um contrassenso aí: quem diz que não quer pagar pela conservação da semente original é o mesmo que está disposto a pagar pelos royalties dos transgênicos? A origem das propriedades genéticas para os novos cultivares é a natureza, as companhias não fabricam genes. Elas apenas identificam o que tem nas espécies e que faz com que resistam, por exemplo, a pragas ou à seca. Isso não é fabricado em laboratório. Em laboratórios corta-se algo de um lugar e coloca-se em outro. Não interessa à agricultura conservar a variedade original e mantê-la para uso futuro? Por que estão dispostos a pagar royalties de coisas que podem fazer melhorias de sementes e não pagar pela fonte original? Há uma inconsistência nesse tipo de posicionamento.

**Valor:** *Representantes do setor agrícola dizem que o campo não se beneficia da negociação que ocorreu. É verdade?*

**Dias:** O setor agrícola tem que entender que a negociação envolveu todos os países-membros da Convenção da Biodiversidade, ou seja, 192 nações mais a União Europeia, um debate que durou seis anos e foi aprovado por unanimidade. É uma ilusão do setor agrícola achar que pode ficar fora dessas regras. Veja este exemplo: um país decide não ratificar o Protocolo em função do acesso aos benefícios. Mas digamos que precise ter acesso aos recursos genéticos de outro país para resolver problemas de uma doença nova em uma colheita. O consultado irá falar "está bem, mas quero que pague pelo critério de repartição de benefício". O país que pediu ajuda não é obrigado a pagar, mas também não terá acesso ao que precisa.

*Quem não quer pagar pela conservação da semente original é o mesmo que se dispõe a pagar royalties por transgênicos?*

**Valor:** *Já existe alguma regra que diga como quem ganha dinheiro com o uso econômico da biodiversidade pagará quem preservou?*

**Dias:** No caso da repartição de benefícios os valores serão negociados bilateralmente. O Protocolo de Nagoya não define o valor a ser pago, não diz isso em nenhum lugar. O valor será negociado caso a caso. E um país não precisa necessariamente pagar em dinheiro, pode oferecer uma troca, por exemplo. Eu preciso de uma variedade de soja e ofereço, em troca, uma variedade de mandioca ou de caju, ou tecnologia. Não estamos falando só de dinheiro. Como isso será feito, será determinado pelas partes.

**Valor:** *Quais setores da economia são impactados por Nagoya?*

**Dias:** O princípio da repartição de benefícios foi acertado em 1992, na Rio92. O problema é que não foi implementado por falta de legislações nacionais, de clareza dos países de como interpretar essa cláusula. Em 2002 se aprovou uma resolução pedindo à CDB que negociasse o Protocolo. Foi decisão de todos os países e demorou muitos anos. O setor farmacêutico dos países ricos, por exemplo, tinha uma interpretação limitada dessa regra e até há pouco achava que não tinha nada a ver com repartição de benefícios. Agora, com o Protocolo de Nagoya, ficou claro que a indústria farmacêutica, que gera bilhões e desenvolve fármacos a partir de espécies de países tropicais, está dentro da regra.

**Valor:** *Como o Brasil se coloca nessa equação?*

**Dias:** O Brasil é tanto provedor como usuário de recursos genéticos. Não se faz nada na agricultura sem essa fonte. Em saúde também não se faz nada, em biotecnologia, na economia. Esses setores perderão muito se a biodiversidade continuar desaparecendo no mundo. A CDB garante que os países provedores de recursos naturais também se beneficiem do uso da biodiversidade. Se não se beneficiarem, quebra-se a lógica da conservação.

**Valor:** *Porque conservar a biodiversidade é estratégico?*

**Dias:** A natureza é um imenso banco de germoplasma, com muitas variedades de sementes. Mas a especialização crescente da agricultura criou um problema, concentrando a eficiência em um número menor de cultivos. O que se come hoje no mundo todo são poucos alimentos, basicamente trigo, arroz, mandioca, milho. Isso parece bom sob certas lógicas de eficiência, mas coloca a humanidade em grande risco. Se ocorrer uma doença em uma dessas culturas vai ser um caos em termos de segurança alimentar. É preciso conservar a biodiversidade para uso futuro e para criar soluções a possíveis problemas.

**Valor:** *Que tipo de problemas?*

**Dias:** A adaptação das culturas às mudanças do clima, por exemplo. Estudiosos desses impactos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), liderados pelo pesquisador Eduardo Assad, traçaram cenários futuros para a agricultura brasileira. Os resultados dos estudos são assustadores. Poucas culturas não serão muito impactadas, a cana-de-açúcar é uma delas. Mas o café, por exemplo, será afetado.

**Valor:** *Quando o Protocolo de Nagoya entrará em vigor?*

**Dias:** Precisa ter 50 ratificações de países. Esse é um processo interno complexo que pode exigir consultas à sociedade, um marco legal, o estudo de impactos. Leva um certo tempo. Mas já há seis países que o ratificaram - Jordânia, Gabão, Ruanda, Seychelles, México e Laos. Índia, Tailândia, Etiópia e a União Europeia dizem estar em fase final de estudos. Dos Estados Unidos não temos nenhuma sinalização, é o único país que está fora da CDB. Isso não quer dizer que os EUA não acompanhem de perto todas essas discussões.

*A discussão por recursos para preservar a biodiversidade é difícil porque o mundo enfrenta hoje uma crise financeira séria*

**Valor:** *E a situação no Brasil?*

**Dias:** O Brasil é um dos poucos países que têm legislação nacional, assim como a Austrália, a Índia, a África do Sul. É uma medida provisória de 2002. Mas faz parte da primeira geração de legislações nacionais, muito burocráticas e que não tinham por meta criar estímulos para a pesquisa, mas evitar a pirataria. Em junho, a presidente Dilma [Rousseff] enviou uma mensagem solicitando ao Congresso que discuta o assunto e ratifique o Protocolo. É bom lembrar que no processo de ratificação de acordos internacionais não se pode discutir modificação. Ou o país ratifica ou não. Nagoya remete para a legislação nacional uma série de questões e é ela quem vai decidir. Cabe a cada país cuidar de operacionalizar como vai ser.

**Valor:** *Na Índia haverá alguma discussão sobre o Protocolo?*

**Dias:** Não.

**Valor:** *Está em pauta a discussão de financiamento para as metas de conservação até 2020. Mas os países ricos estão sem dinheiro...*

**Dias:** Essa é uma discussão difícil, porque o mundo enfrenta situação de crise financeira. Na Índia há vários pontos na agenda. Um deles é a discussão sobre a mobilização de recursos financeiros para a implementação das metas de Aichi. Outro são os planos estratégicos 2011-2020, que irão incluir, por exemplo, a incorporação dos valores da biodiversidade nas contas nacionais e nos planos de desenvolvimento e de combate à pobreza.

**Valor:** *Estão sendo estudados novos mecanismos de financiamento para garantir a preservação?*

**Dias:** A ideia é tentar aproveitar mecanismos que já existem, como o GEF, o fundo global ambiental do Banco Mundial. Mas a ideia é ir muito além do GEF, inclusive com novos mecanismos de mercado.

**Valor:** *Na CDB vale o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, ou seja, cabe aos ricos a maior parte da conta?*

**Dias:** Sim, vale. Mas todos os países têm responsabilidade e podem fazer algum tipo de mobilização de recursos.

**Valor:** *Como está a proteção da biodiversidade nos oceanos, tema muito discutido durante a Rio+20?*

**Dias:** A biodiversidade marinha é uma agenda importante. O secretário-geral [da ONU] Ban Ki-Moon lançou recentemente uma iniciativa, a Oceans Compact, com foco na questão dos oceanos e que envolve todas as agências da ONU. Tem três objetivos: proteger as populações que dependem dos oceanos para sobreviver, conservar a biodiversidade marinha e ampliar o conhecimento sobre o melhor manejo dos recursos do mar. A CDB tem um plano de trabalho, desde 1995, que engloba questões que preocupam muito, como a pressão sobre os estoques de peixes. Já aprovamos metas para ampliar as áreas de proteção marinha.

**Valor:** *Críticos dizem que a CBD toma decisões, mas é fraca na implementação. O que acha disso?*

**Dias:** É verdade. Na minha gestão quero dar prioridade total à implementação. Os países já avançaram bastante em criar uma agenda de biodiversidade, já fizemos esforços muito grandes na parte normativa. Agora precisamos trocar experiências, apoio financeiro e capacitação. É hora de agir.

**Valor:** *Como é a atuação dos empresários nessa agenda?*

**Dias:** Há um forte engajamento do setor privado. Em Tóquio existe uma plataforma que reúne 500 empresas em uma iniciativa de biodiversidade e negócios. No Brasil também há iniciativas do gênero começando.

---

### **Venda de terras em larga escala pode agravar insegurança alimentar. Luana Lourenço - Site do MST (Agência Brasil). 16/10/2012**

A venda de terras de comunidades tradicionais em larga escala pode agravar a insegurança alimentar, principalmente com a concentração da posse por grupos estrangeiros. O alerta está no relatório Situação da Terra, divulgado hoje (16), Dia Mundial da Alimentação, pela organização não governamental (ONG) ActionAid.

No levantamento, a organização analisa o avanço das grandes aquisições de terra em 24 países da América Latina, África e Ásia, inclusive no Brasil, e aponta os riscos desse mercado para as comunidades tradicionais, principalmente as mulheres, considerado o grupo mais vulnerável.

Com a concentração da terra na mão de estrangeiros, a produção agrícola passa a ser focada na exportação e a produção local fica marginalizada, comprometendo a sobrevivência das comunidades e os preços dos alimentos no mercado interno.

“Em geral, as grandes aquisições envolvem transferência de direitos do uso da terra das comunidades para os investidores, colocando grandes áreas – e a água – nas mãos de poucos, em detrimento dos pequenos produtores”, diz o texto.



O fenômeno do comércio de terras em larga escala tem avançado nos últimos anos estimulado, segundo o relatório, pelo aumento do preço dos alimentos e pela expansão da produção de biocombustíveis, que elevam a demanda por áreas agricultáveis. “Até 2008, girava em torno de 4 milhões de hectares de terra por ano. Só entre outubro de 2008 e agosto de 2009, movimentou 45 milhões de hectares, tomou uma proporção muito grande”, compara o coordenador executivo da ActionAid Brasil, Adriano Campolina.

O documento cita casos como o de uma comunidade no Quênia, em que uma multinacional comprou uma área de 2,3 mil hectares para a produção de arroz, deixando sem terra e com menos acesso à água os pequenos agricultores que viviam na área. Também destaca a situação da Guatemala, onde 8 mil hectares por ano vêm sendo convertidos em plantações de palma para produção de biocombustível.

“Geralmente, os países que têm fragilidade institucional maior são mais propensos a sofrer as consequências dessa apropriação, dessa tomada de terras. Mais de 45% das transações recentes ocorrem na África”, explica Campolina.

No Brasil, a má distribuição das terras é apontada como um problema histórico, marca da colonização. Segundo dados da ActionAid, 56% da terra agricultável do país estão nas mãos de 3,5% dos proprietários rurais. Os 40% mais pobres têm apenas 1% dessas terras.

De acordo com o estudo, a estrangeirização de terras no Brasil ainda é um fenômeno relativamente recente, mas já há pelo menos 4 milhões de hectares em mãos de grupos não nacionais, a maior parte empresas ligadas à produção de soja e de cana-de-açúcar para a fabricação de etanol. Entre 2002 e 2008, foram aplicados cerca de US\$ 47 bilhões de investimento externo direto no agronegócio brasileiro, informa a pesquisa.

A desatualização da legislação nacional sobre a venda de terras para estrangeiros e falhas no cumprimento da lei são, segundo Campolina, os maiores gargalos para avaliar a real situação no país.

“A maior deficiência é fazer com que a lei seja cumprida. É necessário um sistema de registro mais rigoroso, hoje em dia é autodeclaratório. E há uma defasagem no tempo, muitos cartórios não informam há mais de dez anos os registros de terras por estrangeiros. É preciso melhorar a capacidade de regulamentar essa possível estrangeirização da terra”, explicou o coordenador.

A pesquisa reconhece os resultados de programas sociais como o Bolsa Família e iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar, mas aponta a necessidade de efetiva implementação de políticas para proteger populações mais vulneráveis à exploração fundiária. Entre as recomendações, estão o aumento da criação de assentamentos da reforma agrária, o reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas e a ampliação da regulação de compra de terras por estrangeiros, para aumentar o controle desse comércio.

A implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, regulamentada em agosto, e a redução drástica no uso de agrotóxicos na agricultura nacional também estão entre as sugestões do documento para o caso brasileiro.

Entre as recomendações em âmbito global está a reformulação do sistema mundial de produção e distribuição de alimentos, para que o foco seja a pequena agricultura. A organização também defende a criação de mecanismos de controle e transparência em contratos internacionais de compra e venda e terras e de garantias de consulta e compensações para as comunidades atingidas pelas desapropriações.

---

### **Dia Mundial da Alimentação: brasileiros têm muito a comemorar – Site do MDA. 16/10/2012**

Nos últimos três anos, cerca de dois milhões de pessoas saíram de situação de subnutrição no Brasil e poderão comemorar o Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, com uma refeição saudável e de qualidade. Em 2009, o País tinha aproximadamente 15 milhões de pessoas subnutridas, número que diminuiu para 13 milhões este ano, ou seja, uma queda de mais de 13%. Ao todo, são dez milhões a menos de pessoas em situação de insegurança alimentar que no início dos anos 90.

O Brasil, ao lado do Peru, teve os melhores índices de redução da subnutrição nos últimos anos na América Latina. A proporção de brasileiros subnutridos caiu de 14,9% (1990/1992) para 6,9% (2010/2012). Os dados são do informe O Estado da Segurança Alimentar no Mundo (Sofi 2012), publicado este ano em parceria pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) e Programa Alimentar Mundial (PAM).

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, que está participando desde a manhã de segunda de reuniões e painéis de debates promovidos pela FAO, em Roma, o Brasil vem consolidando cada vez as políticas de inclusão social e produtiva. “Para nós segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”, defende.

O ministro lembra que, em fevereiro de 2009, a afirmação deste conjunto de princípios passou a constar na legislação brasileira com a promulgação de Emenda Constitucional que insere a alimentação entre os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal.

Entre as ações que permitiram que o Brasil melhorasse os índices de desequilíbrio alimentar, destaca-se o Fome Zero. O programa do governo federal visa assegurar o direito humano à alimentação adequada para toda a população e trabalha quatro eixos principais: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é um dos responsáveis pelo sucesso dessa ação. Ao coordenar políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os seguros de renda, além de incentivar a organização produtiva e a comercialização, o ministério fortalece o setor da agricultura familiar, que atualmente responde pela maior parte dos alimentos produzidos no país.

No Brasil, existem cerca de 4,3 milhões de famílias produzindo no meio rural que se encaixam no perfil atendido pelo MDA – ou seja, praticam atividades em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas. Segundo o último Censo Agropecuário, de 2006, estes são responsáveis pela produção nacional de 88% da mandioca, 68% do feijão, 56% do leite, entre outros.

## Histórico

Há 27 anos, o Dia Mundial da Alimentação é celebrado em 16 de outubro, com objetivo de comemorar a criação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Nesta data, mais de 180 países promovem atividades de conscientização e combate à fome.

Hoje, aproximadamente 800 milhões de pessoas, em todo o mundo, vivem em situação de insegurança alimentar, ou seja, não têm acesso à alimentação saudável, de qualidade em quantidade suficiente e de modo permanente.

Em 2012, Ano Internacional do Cooperativismo, o FAO escolheu o tema Cooperativas Agrícolas que Alimentam o Mundo para as comemorações da data. Desta forma, visa enfatizar a importância das organizações produtivas para erradicação da fome e garantia da segurança alimentar e nutricional da população.

---

## **Ministro discursa na FAO e aponta agricultura familiar como estratégica – Site do MDA. 16/10/2012**

A participação da sociedade civil na elaboração do Marco Estratégico Global para a Segurança Alimentar e Nutricional e as políticas do governo brasileiro de apoio à agricultura familiar. Esses foram alguns dos pontos abordados pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, durante a plenária de aprovação do documento, na tarde desta terça-feira (16), em Roma, capital da Itália. (Leia o discurso na íntegra).

O Brasil coordenou o Grupo de Trabalho que produziu a versão inicial do documento aprovado no segundo dia da participação da delegação brasileira na 39ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O ministro elogiou o esforço de todos os países, das organizações internacionais, da sociedade civil e do setor privado na construção de amplo consenso sobre o documento Marco Estratégico Global para a Segurança Alimentar e Nutrição. “O Comitê de Segurança Alimentar Mundial é uma experiência vitoriosa, pois permite o diálogo e que sejam escutados todos os atores deste processo. A participação da sociedade civil no CSA é uma experiência que deveria se tornar praxe nos demais fóruns internacionais”, defendeu.

Pepe Vargas salientou que o Brasil tem priorizado a chamada “abordagem de via dupla”, ou seja, combinado ações emergenciais com ações estruturantes de médio prazo incorporadas na agenda do governo desde 2003, durante mandato do presidente Lula e

com continuidade no governo da presidenta Dilma Rousseff. “Com isso, reduzimos sensivelmente a pobreza em nosso país”, enfatizou.

O ministro lembrou que, desde então, o governo brasileiro valoriza o trabalho entre os diversos órgãos envolvidos por meio da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecendo a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

### **Agricultura familiar como prioridade**

Em seu discurso pela aprovação do Marco Estratégico Global para a Segurança Alimentar e Nutricional, o ministro recordou que, no Brasil, a agricultura familiar dispõe de lei (nº 11.326), com instituições e políticas públicas específicas, visando fortalecer ainda mais o setor que representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros e produz a maioria dos alimentos consumidos no País. Pepe também citou a incorporação da abordagem de gênero, visando garantir às mulheres o acesso à terra e aos meios produtivos. No Brasil, a agricultura familiar conta com políticas públicas de crédito, assistência técnica, política de preços mínimos, seguro agrícola e compras públicas. “Não negamos o papel do mercado, mas defendemos a ação ativa do Estado na garantia de políticas públicas aos produtores, com o objetivo de reduzir as assimetrias dele decorrentes”, afirmou.

O ministro atribuiu às políticas específicas para a agricultura familiar, entre outras ações de cunhos sociais e estruturantes, o fato de o Brasil ter sido menos afetado pela crise financeira e alimentar nos anos de 2008 e 2009. Pepe também destacou que o Brasil vem sentindo menos os impactos da crise atual, que tratou como um prolongamento da anterior, agravada pela dívida soberana de muitos países. “A razão disso é que o Brasil passou a valorizar a produção da sua agricultura familiar, investiu nas suas redes de proteção social e fortaleceu seu mercado interno, por meio de políticas econômicas anti-cíclicas, que promovem distribuição de renda, inclusão social e crescimento econômico”, explicou.

Pepe também abordou o diálogo sobre políticas e cooperação técnica no âmbito do Mercosul que criou a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf). “Graças a essa instância de coordenação regional, todos os países parte do Mercosul contam com instituições e políticas públicas específicas para a agricultura familiar”, assinalou.

O ministro citou ainda o Marco Estratégico de Cooperação Técnica em Agricultura Familiar da FAO para a América Latina e o Caribe, que, segundo ele, pretende fortalecer a cooperação técnica entre os países da região para aprimorar políticas e instituições específicas para a agricultura familiar.

Ao final, Pepe defendeu que o comércio internacional não resolve inteiramente o tema de segurança alimentar e que há um papel fundamental a ser desenvolvido por outras ações. O ministro afirmou que soberania alimentar significa que um país pode estar na condição de escolher seu modelo de produção e consumo e construir suas políticas agrícolas da mesma forma que os países desenvolvidos o fizeram. “Acreditamos que os países em desenvolvimento tenham o mesmo direito de percorrer essa trajetória, com

caminhos próprios de cada realidade nacional, e a cooperação internacional deve ajudar muito nesse sentido.”

Pepe reiterou que o Brasil continuará a fortalecer as atividades internacionais, no sentido da cooperação técnica, de cooperação com os países do hemisfério sul e nos fóruns regionais e internacionais, junto com a sociedade civil. “Acreditamos na capacidade dos povos construir uma comunidade internacional inclusiva, plural, democrática e multilateral”, finalizou.

---

### **Teor de sódio varia mais de dez vezes entre marcas de alimentos. Johanna Nublat – Folha de São Paulo. 16/10/2012**

*Dado é de estudo da Anvisa; erro levou agência a retificar dados*

Uma marca de queijo minas frescal pode ter 14,4 vezes a quantidade de sódio do seu concorrente. Disparidades como essa também existem entre marcas de queijo parmesão e de ricota fresca.

É o que indica um monitoramento feito pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) com 26 produtos à venda entre 2010 e 2011.

O estudo aponta índices altos de sódio nos alimentos processados, que podem elevar a dieta do brasileiro a acima do máximo recomendado de 5 g de sal por dia. Estima-se que o consumo médio no país seja de 12 g por dia de sal.

Ontem, a agência chegou a informar que 200 ml de bebidas lácteas, como achocolatados prontos, tinham 93% do sódio que uma pessoa deve ingerir no dia.

Questionada pela Folha sobre a discrepância com rótulos disponíveis no mercado, a agência confirmou o dado e disse que, possivelmente, os rótulos estavam errados. No fim do dia, a Anvisa disse que havia errado e divulgado um número equivalente a dez vezes o real.

Assim, um copo da bebida à base de leite com sabor artificial tem 10% do máximo de sódio recomendado.

Os derivados do leite, assim como os embutidos, são os próximos produtos que devem entrar nos acordos do governo com a indústria para a redução voluntária do sódio.

A indústria se comprometeu a reduzir, a partir deste ano e nos próximos, percentuais de sódio em pães, bolos, maionese, macarrão instantâneo, entre outros.

O monitoramento divulgado mostra que, já em 2010 e 2011, a média de sódio em salgadinhos de milho e batata palha estava abaixo da meta fixada para o fim de 2012.

A Anvisa pretende avaliar em 2013 o cumprimento das metas. Para a agência, a disparidade entre as marcas (não reveladas no estudo) indica que a indústria tem tecnologia para produzir um alimento mais saudável.

---

## **No Dia Mundial da Alimentação, FAO destaca esforço do Brasil no combate à fome – Site do MDS. 16/10/2012**

*Responsável pela coordenação do plano de superação da extrema pobreza, o MDS tem papel importante na política de segurança alimentar e nutricional, desenvolvendo ações como o PAA. No último triênio, o país reduziu em 2 milhões o número de subnutridos*

Brasília, 16 – Nesta terça-feira (16), Dia Mundial da Alimentação, o Brasil é um dos destaques no contexto internacional pelos resultados alcançados no combate à fome nos últimos anos. No esforço do governo federal para superar a extrema pobreza, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem papel importante, sendo responsável pela coordenação do Plano Brasil Sem Miséria, cuja estratégia se organiza em três eixos: garantia de renda – por meio do Programa Bolsa Família e benefícios complementares como o Brasil Carinhoso –, acesso a serviços e inclusão produtiva.

Os avanços alcançados pelo Brasil no combate à fome foram citados no relatório O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2012, divulgado na semana passada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA). No último triênio, informa o documento, o país reduziu em 2 milhões o número de pessoas subnutridas, que caiu de 15 milhões (2007/2009) para 13 milhões (2010-2012), uma redução de 13%.

“A FAO reconhece esse avanço do Brasil. Somos um dos países que mais avançaram (no combate à fome). O grande recado é que temos um segundo desafio: não basta comer, tem de comer bem, com alimento saudável e o mais natural possível”, diz a ministra Tereza Campello, do MDS. “O grande desafio é orientar as nossas crianças. O Brasil é um dos países onde o padrão alimentar é muito razoável. Temos de mantê-lo ou melhorá-lo.”

Cooperativas – Neste ano, o tema da FAO para o Dia Mundial da Alimentação é “Cooperativas agrícolas alimentam o mundo”. “É um tema muito bem-vindo para o governo brasileiro, porque trabalha a organização da agricultura, especialmente da agricultura familiar, e temos inúmeros exemplos de cooperativas e de associações muito bem-sucedidas”, assinala a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Maya Takagi.

De acordo com ela, uma das modalidades de compra do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é diretamente de cooperativas. “Essa forma de comercialização fortalece a organização e trabalha a importância do associativismo. É muito mais fácil comprar uma produção pulverizada por intermédio de uma cooperativa, que faz o recebimento, a padronização e a logística. Elas têm um papel fundamental no incentivo ao cooperativismo e ao associativismo.”

Apenas no ano passado, as diversas modalidades de compras do PAA beneficiaram 162,2 mil agricultores familiares, que forneceram alimentos ao programa. Além de garantir comida às populações vulneráveis, o PAA gera renda para a agricultura familiar.

Maya destaca ainda que, nos últimos anos, o Brasil avançou com a Política de Segurança Alimentar, com a consolidação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). No final de 2011, acrescentou, o país lançou o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que congrega ações de 19 ministérios.

---

**Sem políticas de proteção social, não há garantia de segurança alimentar, diz secretária do MDS em reunião da ONU em Roma – Site do MDS. 16/10/2012**

*Em reunião de comitê mundial que trata do tema alimentação, Maya Takagi defende que transferência de renda e sistemas públicos de saúde e socioassistencial são fundamentais para diminuir a fome no mundo*

Brasília, 16 – A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, afirmou nesta terça-feira (16), em Roma, que não é possível garantir segurança alimentar sem um sistema de proteção social amplo, universal e ativo. Ela participa, até sexta-feira (19), da 39ª reunião do Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CFS, em inglês). Maya também apresentou aos representantes de mais de 150 países que participam do encontro as ações e políticas brasileiras na área e o Plano Brasil Sem Miséria.

O fortalecimento das políticas de proteção social para melhorar a situação de segurança alimentar e nutricional das populações tem sido o foco dos debates na reunião. Segundo a secretária, o Brasil tem dado importantes contribuições para os três temas de discussão do CFS. Ao apresentar a experiência brasileira no encontro, Maya enfatizou a importância de o Brasil ter o Sistema Único de Saúde (Sus), o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e, agora, estar implantando o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

“Nós colocamos também a importância de ter uma política de transferência de renda, que numa medida só conseguiu retirar da extrema pobreza 2,8 milhões de crianças no Brasil”, destacou a secretária. “Defendemos um conceito de que proteção social não é gasto, é investimento. É um investimento que você faz na sociedade e que melhora no curto prazo a condição de vida da população. E, ao mesmo tempo, promove o desenvolvimento local por meio do consumo e protege, inclusive, de crises econômicas.”

Pequenos agricultores – A necessidade de criar políticas e ações que protejam os pequenos produtores rurais dos efeitos de mudanças climáticas também está entre os temas debatidos na reunião do CFS. “É importante aprofundar esse debate nos demais fóruns internacionais, sobre o tema da adaptação, além da mitigação dos efeitos dessas mudanças”, disse Maya. Neste ano, a forte estiagem na região Nordeste resultou em medidas emergenciais do MDS para compensar as perdas dos produtores locais.

O terceiro tema em pauta é a criação de um marco estratégico mundial de segurança alimentar, que pretende ser uma referência para todos os países em termos de conceitos e de políticas públicas. “Fizemos uma defesa do processo de consulta que foi feito à

sociedade de todos os países. Defendemos esse processo e os conceitos que estão por trás do marco estratégico internacional”, assinalou Maya Takagi.

Na manhã desta terça-feira (16), os participantes da reunião celebraram o Dia Mundial da Alimentação. Além de comemorar os avanços obtidos desde a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em relação à diminuição da fome e da pobreza no mundo, eles também reafirmaram o compromisso de reduzir à metade o número de famintos no mundo até 2015.

Acesse o boletim de rádio: Brasil está superando a extrema pobreza

---

### **Ciência dos alimentos. Xico Graziano – O Estado de São Paulo. 16/10/2012**

Forte polêmica esquentou o mundo da biotecnologia. Pesquisadores de várias partes do mundo contestaram experimento, realizado na França, relacionando os alimentos transgênicos com câncer. Foram além. Denunciaram logro no trabalho.

A pesquisa testou o efeito em ratos de laboratório de ração contendo milho geneticamente modificado, tolerante ao herbicida Roundup (milho RR). No experimento, porém, descobriram-se grosseiros erros metodológicos. Cientistas brasileiros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), norte-americanos das Universidades da Califórnia e da Flórida, ingleses do King's College, de Londres, combateram os resultados, apontando falhas inaceitáveis. Com os mesmos dados poderia ter sido provado o contrário, ou seja, que o milho transgênico reduziu, e não aumentou, o risco de câncer nos bichinhos.

A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) publicou análise desqualificando a pesquisa conduzida por Giles-Eric Séralini, conhecido ativista contrário ao uso da engenharia genética na agricultura. A posição apriorística dele construiu uma conclusão equivocada. Picaretagem científica.

Vem de longe a discussão sobre a cor ideológica da ciência. Nas ciências sociais, sabidamente, existe enorme dificuldade de os cientistas se isentarem de suas posições políticas nos estudos que realizam. A visão de mundo afeta, inevitavelmente, suas formulações teóricas, induzindo ao viés. Por essa razão existem tantas polêmicas na sociologia e na economia.

Nas ciências exatas, por outro lado, praticamente inexistente relação entre conhecimento e ideologia. Na física ou na química, os fenômenos analisados são quantificáveis na exatidão. Mede-se a velocidade da luz, detalham-se as estruturas moleculares. Na matemática, dois mais dois são quatro, e acabou.

Já nas ciências naturais, como a biologia e a agronomia, que estudam os seres vivos e seu ambiente, os fenômenos, além de complexos, variam em sua manifestação. Sua mensuração é difícil, estimada, nunca precisa. Podem-se observar tendências, leis gerais a guiar os processos vitais, mas cada um deles pode reagir distintamente aos estímulos do meio onde vivem. Existem incertezas, imprecisões.



Como diz o caboclo, aqui é que o bicho pega. Mesmo quando não são politicamente engajados, os pesquisadores raciocinam segundo seus princípios culturais e éticos. Isso, obviamente, cria distinções dentro dos laboratórios. Sabendo ser impossível a isenção ideológica, as normas científicas exigem que sejam conhecidos, e divulgados com clareza, os pressupostos básicos e a metodologia dos estudos, estabelecendo uma espécie de lealdade na busca da verdade.

O rigor do método científico separa o bom conhecimento do fajuto. Este surge da empulhação, da fabricação de resultados segundo objetivos não confessáveis. Aqui parece enquadrar-se essa pesquisa sobre o milho transgênico RR e o câncer. Nem a estirpe nem a idade dos ratinhos alimentados em laboratório se conheciam, e sabe-se que, naturalmente, ratos mais idosos tendem a contrair mais câncer do que os jovens.

Neste 16 de outubro se passa o Dia Mundial da Alimentação. Estudiosos da questão da fome concordam que o desafio da segurança alimentar não se vencerá facilmente até 2050, quando se estima que a população mundial venha, com 9 bilhões de pessoas, a se estabilizar. Três processos básicos determinarão o sucesso nessa difícil empreitada contra as restrições alimentares dos povos: expansão das áreas de produção; desenvolvimento tecnológico, elevando a produtividade na agropecuária; e surgimento de novas alternativas de comida.

A engenharia genética cumprirá papel imprescindível rumo à segurança alimentar. Após 15 anos, desde que deixaram os laboratórios e seguiram para o campo, as variedades transgênicas, manifestadas em dezenas de espécies vegetais, já ocupam 160 milhões de hectares, plantadas por 16,7 milhões de agricultores, em 29 países. Recebidas inicialmente com temor, nunca se avaliou tanto uma tecnologia. Mesmo procurando chifre em cabeça de cavalo, jamais se provou qualquer dano à saúde humana em decorrência de alimento geneticamente modificado. Nenhum caso.

Novas gerações de organismos geneticamente modificados surgem dos laboratórios mundiais. As primeiras transgenias forneceram resistência das plantas a herbicida, depois às lagartas, daí não pararam mais de evoluir. A engenharia genética está inventando plantas resistentes à seca, tolerantes à salinização dos solos, suportáveis a solos mais pobres. Surgem grãos mais ricos em proteínas e vitaminas, frutas mais duráveis ao armazenamento. Nos animais, acaba de ser anunciada, na Nova Zelândia, uma vaca transgênica capaz de produzir leite sem a proteína beta-lactoglobulina, responsável por causar alergia em até 3% das crianças no primeiro ano de vida. Incríveis fronteiras da ciência dos alimentos.

Normas internacionais proíbem produtores orgânicos de cultivar plantas transgênicas. Cada vez mais se comprova, porém, com biossegurança, o seu benefício na sustentabilidade dos sistemas produtivos. Superplantas transgênicas, resistentes às pragas e doenças, eliminarão o uso dos agrotóxicos na lavoura. Afora o preconceito ecológico, nenhuma razão agrônômica opõe o orgânico ao transgênico. Inimigos hoje, poderão andar de mãos dadas amanhã.

Conhecimento científico não rima com ideologia nem com intolerância. Ele se move, estimulado pelo dinamismo civilizatório, pelo desafio do desconhecido. Transilvânia, em latim, significa "além da floresta". Na Romênia, acredita-se que lá viveu o

assustador Conde Drácula, o mais famoso dos vampiros. Mera crença. Nada que ver com transgênico. Pura ciência.

---

**“A pulverização aérea é o método de aplicação mais perverso que existe”, afirma deputado. José Coutinho Júnior – Site do MST. 17/10/2012**

A pulverização aérea de agrotóxicos causa polêmica: ao passo que os grandes latifundiários defendem essa forma de aplicação, movimentos sociais e organizações ambientais apontam para os riscos graves que ela causa nas pessoas e no meio ambiente. Em julho deste ano, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) publicou decisão no Diário Oficial restringindo a aplicação de mais de 50 agrotóxicos que continham os componentes midacloprido, clotianidina, fipronil e tiametoxam.

A decisão do Instituto, no entanto, foi revogada para a Safra 2012/2013 no dia 03 de outubro, sob a alegação de que os produtores precisavam de tempo para se adaptar à suspensão dos produtos. Segundo a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), ao questionarem a proibição de julho, se fosse mantido o veto total, os agricultores perderiam mais de R\$ 5,92 bilhões.

Para o deputado Padre João (PT), “há um poder econômico perverso por trás de tudo isso. O interesse financeiro prevalece em relação ao interesse da saúde, a qualidade de vida do trabalhador e das comunidades rurais diretamente atingidas”.

Em entrevista à Página do MST, Padre João comenta a decisão do Ibama, os perigos da pulverização aérea e aponta alternativas ao modelo predatório de agricultura que temos hoje.

**Confira a entrevista:**

**O que levou o Ibama a suspender a pulverização aérea em julho?**

O método mais polêmico da aplicação de agrotóxicos é a pulverização aérea. A tese dos empresários, que defendem de fato a pulverização, é de que ela otimiza a aplicação e é mais segura, pois não expõe os trabalhadores a uma aplicação direta.

Essa é uma tese falsa, e o que levou o Ibama a ter uma postura de proibir foi a deriva (percentual de agrotóxicos que, após a pulverização não atinge a lavoura devido aos ventos, podendo contaminar rios, outras fazendas e até cidades). Há uma quantidade grande de processos na Justiça de produtores vizinhos de quem utiliza a pulverização aérea, nos quais relatam que as suas lavouras inteiras foram afetadas.

Cheguei a visitar propriedades no Noroeste e Goiás, de vizinhos que perderam toda sua coleta, pois houve a deriva de agrotóxicos pulverizados da soja, matando toda a produção e também os peixes das lagoas próximas.

Além do problema da deriva, que é muito sério, hoje eu levanto um problema maior. Há um estudo na Universidade Federal do Mato Grosso, do qual o professor Vanderlei

Pignatti faz parte, que prova a evaporação do veneno após a pulverização. Com esse estudo, temos ainda mais motivos para impedir a pulverização aérea.

### **O que esse estudo diz em relação a evaporação de agrotóxicos?**

Ele prova que a chuva é contaminada por veneno. Se pensarmos na questão das cisternas no semiárido, que colhem as águas das chuvas, temos um problema grave. No norte de Minas, por exemplo, há a pulverização dos bananeais, na qual o avião voa bem alto devido a altura das bananeiras, sendo que a regulamentação diz que a pulverização igualmente alta.

A deriva nesses casos é grande, e as placas vão coletar água da chuva com veneno, devido à evaporação. Vemos que o que seria a salvação das pessoas será a morte delas. Um programa interessante que começou por demandas dos movimentos sociais e que o governo abraçou, agora corre esse risco sério.

### **A evaporação dos venenos também ocorre com aplicação normal de agrotóxicos, ou apenas na pulverização aérea?**

Todo tipo de aplicação tem evaporação. A aplicação rasteira, por ser mais baixa, tem um percentual de evaporação mais baixo. Quando é mais alto, o percentual é maior. E no caso dos aviões, há inclusive uma evaporação imediata, além da deriva. A chuva contaminada evapora também, o que forma um ciclo, porque parte da chuva infiltra o solo, atingindo rios, e outra parte evapora novamente. É uma situação perversa e crítica.

### **Que fatores levaram a revogação da proibição pelo Ibama?**

Eu vejo que há um poder econômico perverso por trás de tudo isso. O interesse financeiro prevalece em relação ao interesse da saúde, a qualidade de vida do trabalhador e das comunidades rurais diretamente atingidas.

Há deputados que fazem o lobby dos agrotóxicos abertamente. É lamentável a postura de deputados que se colocam na defesa da saúde, mas que nos bastidores operam, até de forma escusa, além do lobby, para garantir a permanência de produtos no mercado quando há pedidos públicos para que eles sejam retirados e se façam novas análises.

### **Por que a legislação sobre pulverização aérea é tão vaga?**

É justamente por esse lobby. Temos que avançar na proibição total da pulverização aérea. Há projetos de leis meu colocando restrições, mas está longe do ideal, que é proibir. Tanto pela deriva quanto pelo problema da evaporação.

### **Dados da Embrapa indicam que apenas 32% dos agrotóxicos pulverizados atingem as plantas, e o resto se perde na deriva. Há realmente benefícios econômicos para o agricultor que se utiliza da pulverização aérea?**

Eu não tenho dúvidas de que o custo da produção dos alimentos aumenta devido à pulverização. O modelo de agricultura que adotamos é tão perverso que ficamos refém da pulverização, mas os produtores reforçam a lógica de que ela é necessária.

Se investirmos em formas de recuperação da vitalidade do solo, em três ou quatro anos teríamos um custo de produção bem inferior do que o tradicional, por meio da produção agroecológica e orgânica. O custo financeiro que vemos hoje é alto, assim como o custo para a saúde das pessoas. E o pior é que este modelo é o que recebe mais incentivos. Para mim está claro que ele não vale a pena, mas o lobby das multinacionais é muito grande

### **E o que teria que ser feito?**

Temos que libertar o agricultor do domínio das transnacionais, garantindo bancos de sementes, autonomia e assistência técnica, com subsídios para avançar na produção. É preciso ter um investimento maior para recuperar a vitalidade do solo. Há mais de 3 bilhões de microorganismos mortos onde se usou agrotóxicos.

O solo perde sua riqueza onde se usa veneno. Mas essas políticas exigem investimentos, e esse investimento diminuiria o custo da produção. É fácil dizer que o produto agroecológico é caro quando não se investe nele; no entanto, ele não tem um custo de produção alto quando há políticas e assistências adequadas. A produção por hectare pode ser bem maior e obter um menor custo.

### **Como ocorre o processo de fiscalização das pulverizações?**

Ele não existe. Os aeroportos nas fazendas que são legalizados simplesmente emitem um boletim muito precário em relação à velocidade do vento, com dados sobre a umidade relativa do ar, a temperatura e o horário da pulverização.

Todos esses fatores podem amenizar o percentual da deriva em relação ao vento, mas isso é emitido por quem pulveriza; não há fiscalizações surpresas para averiguar se o que está no boletim é verdade. Eles montam um relatório que não pode ser fiscalizado. Sem contar as aeronaves clandestinas, que pulverizam à revelia, com pilotos que não tem preparo.

### **Uma das principais bandeiras da campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida é o fim da pulverização. A pressão da campanha e da sociedade civil causou algum impacto nessa questão?**

A campanha tem criado uma consciência coletiva no campo e na cidade. Eu não tenho dúvida de que ela está pautando esse debate. Se olharmos as agendas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o agrotóxico se tornou pauta na agenda. Está se criando um ambiente mais favorável no governo para termos leis mais austeras contra os agrotóxicos. Embora eu acredite que temos de atingir mais a população urbana, que deve ter condições de obter alimentos saudáveis e livres de venenos a custos mais baixos.

### **O fim da pulverização seria um começo para banir os agrotóxicos no Brasil?**

Para mim seria uma conquista do povo, pois acabaríamos com o método de aplicação mais perverso que existe, que contamina água, nascentes, vias; há inclusive um testemunho de um diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dizendo que seu veículo recebeu uma duchada de veneno de uma aeronave em

Tocantins. Eles não respeitam os limites colocados na legislação. Não tenho dúvida que seria um grande começo para se proibir o uso de agrotóxicos no Brasil.

### **O Brasil é campeão no uso de agrotóxicos, e a quantidade de veneno utilizada só aumenta. Como reverter esse quadro?**

Além da participação popular, o movimento social tem o papel importante de organizar mais para o crescimento da produção agroecológica como direito do consumidor, e é dever do Estado garantir que esse alimento seja produzido. Outro ponto é a consciência do governo. A Política Nacional de Agroecologia já é uma conquista dos movimentos e da sociedade para garantir a vitalidade do solo.

A luta agora é viabilizar a produção agroecológica por meio da agricultura familiar, porque percebemos que os grandes empresários já começam a entrar neste ramo. Não podemos deixar essa luta histórica cair no colo dos poderosos. A maneira de superar de fato os agrotóxicos é avançar na política agroecológica orgânica.

---

### **Movimentos lançam manifesto para restringir transgênicos – Site do MST. 17/10/2012**

*Leia o manifesto Camponês enviado pelos movimentos sociais que compõem a Via Campesina do Brasil, que apoia a continuidade da restrição de pesquisas, introdução intencional e comercialização de organismos e produtos advindos de tecnologia sintética, assim como das atividades de geoengenharia.*

### **Manifesto Camponês Pela Moratória ao uso a Biologia Sintética e da Geoengenharia e Pela Vida - COP 11/CDB**

O MPA é parte da Via Campesina, articulação que no Brasil agrupa 11 organizações, desde os pequenos agricultores camponeses, assentados de reforma agrária, mulheres camponesas, jovens rurais às comunidades tradicionais quilombolas e de pescadores artesanais e organizações ligadas à luta pela terra e de trabalho junto a povos indígenas, e outras comunidades locais de diferentes identidades camponesas.

Estas organizações atuam de modo a afirmar as suas identidades no desenvolvimento de capacidades produtivas preservando a biodiversidade e os demais recursos naturais e na garantia do exercício dos direitos dos camponeses e das camponesas.

Entre os principais temas substantivos, a 11ª Conferência das Partes da CDB tem sua importância para nós por tratar de pontos específicos que nos são muito caros, em especial: a implementação dos Protocolos de Cartagena e de Kuala Lumpur sobre Biossegurança e o de Nagoya; os artigos 8 (j) e 10 (c) da CDB; a manutenção da Biodiversidade Agrícola e Florestal; as Metas de Aichi; a moratória ao uso da geoengenharia e da biologia sintética; bem como ao uso de mecanismos financeiros (TEEB e REDD), entre outros que afetam direta ou indiretamente a vida camponesa, o livre uso da biodiversidade e recursos naturais por parte dos agricultores camponeses e a garantia da vida humana na terra.

Para tanto, enviamos nossas recomendações ao governo brasileiro, de modo a contribuir no processo de discussão interna da posição nacional sobre esses temas específicos. Parece-nos hoje, que apesar de todo o esforço, estas são muito pouco consideradas, prevalecendo os interesses dos setores empresariais (internacionais) e das grandes corporações da indústria química, biotecnológica e de commodities ambientais.

Deste modo, apoiamos e reiteramos as propostas abaixo relacionadas à biodiversidade agrícola e florestal e à manutenção da moratória ao uso da biologia sintética e da geoengenharia, discutidas desde há anos, especialmente quando do aprofundamento técnico-científico em debate coletivo junto a nossos pares nos processos de preparação para as conferências da CDB ( COP 8, COP 9, COP 10 e COP 11). Nós camponeses e populações tradicionais, somos os primeiros a serem afetados pelos impactos do avanço predatório da "ciência" inconseqüente e dos mecanismos de mercado contra a natureza.

Brasília, outubro de 2012.

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA Brasil

Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP

Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Comissão Pastoral da Pesca – CPP

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Pastoral da Juventude Rural – PJR

Via Campesina Brasil

## **ANEXO 1**

Prezados membros do Itamaraty:

Diante das posições preocupantes do Brasil nos temas de engenharia sintética e geoengenharia, além da preocupação com REDD+ e a ausência de quaisquer decisões sobre Diversidade florestal (que vão muito além de REDD) e diversidade agrícola, que inclusive foi incorporada em uma das metas de Aichi, encaminhamos proposições da sociedade civil para os grupos de contato sobre tais assuntos. Recomendamos fortemente que os negociadores observem estas propostas da sociedade civil. Segue o conjunto de recomendações sobre:

*Biologia sintética:* apoiamos decisão equilibrada, ou seja, pesquisas. Opção 2 com poucas alterações, preocupação com repartição de benefícios.

*Questões emergentes:* não concordamos com a supressão. Não foi tomada decisão pela eliminação do tema, já que na COP 10 houve decisão sobre questões emergentes, as duas reuniões do SBSTTA continuaram a analisar e até agora nos documentos esta sobre colchetes. Concordamos com a manutenção, já que novas e emergentes questões como as novas tecnologias desenvolvidas principalmente pelas 10 maiores companhias que detém a patente e produção mundial de químicos, sementes, fármacos - novos ramos industriais que não detemos - precisam ser avaliadas, regulamentadas nos marcos da biodiversidade.

*Geoengenharia:* Concordamos com a manutenção do status quo. Não concordamos em enviar para UNFCCC, com argumento de que engloba REDD+. IPCC tem o mandato de definir geoengenharia com relação a mitigação de GEE; mas não pode avançar no escopo da CDB, avaliação para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. SBSTTA pode considerar o conceito ali desenvolvido, mas não revisar os trabalhos do IPCC. Não há coerência legal nisso. Apoiamos que Brasil proponha nota excluindo REDD+ do conceito de geoenharia.

#### **Salvaguardas de REDD+ - concordamos com a posição brasileira.**

*Diversidade agrícola e Diversidade florestal* - necessário produzir recomendação nesta COP11 para que Secretariado e SBSTTA cumpram com o que as partes requereram na COP10.

Abaixo os apontamentos e em anexo, as modificações no texto em inglês do Draft.

Atenciosamente

Terra de Direitos.

## **ANEXO 2**

### **PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES:**

A) DECISÃO BIOLOGIA SINTÉTICA ITEM 6.2 (P. 48 do texto em inglês):  
PARAGRAFO 3

Option 1 - Supressão.

#### **JUSTIFICATIVA SUPRESSÃO**

Isto não foi decidido, há debate entre os países sobre a Decisão IX/29, 'e por isso que a COP10 tomou nova decisão sobre questões emergentes (X/13), e continuaram a ser analisadas pelas reuniões do SUBSTTA (15 e 16) e que continuam sob parênteses no Draft. Por que o Brasil não quer lidar com isto? Novas tecnologias desenvolvidas pelos novos ramos industriais dos países desenvolvidos (nanotecnologia, sintética,

geoengenharia e outros) devem ser avaliadas e regulamentadas no que se refere a biodiversidade. O SUBSSTA precisa estar aberto a analisar.

## **Apoiamos opção 2**

Opción 2 (p. 53 do texto em espanhol)

[3. Observando, sobre la base del enfoque de precaución, y consciente de la necesidad de considerar los efectos positivos y negativos que pueden tener los productos y organismos derivados de la biología sintética en la conservación y utilización sostenible de la diversidad biológica, pide al Secretario Ejecutivo que:

a) Compile y sintetice la información pertinente disponible, basada en todos los sistemas de conocimientos, y las ponencias de las Partes, otros gobiernos, organizaciones internacionales pertinentes, comunidades indígenas y locales y otros interesados directos, a fin de considerar si existen:

i) Posibles efectos de [técnicas,] organismos y productos de la biología sintética en la diversidad biológica, sobre a repartição dos benefícios gerados a partir do acesso à diversidade biológica e conhecimento tradicionais associados, incluidas consideraciones sociales, económicas y culturales que sean pertinentes para los objetivos del Convenio;

ii) Posibles deficiencias y superposiciones con las disposiciones aplicables del Convenio y sus Protocolos y otros acuerdos pertinentes;

### **- Justificativa para apoio.**

São necessários estudos sobre biotecnologia sintética. É completamente irresponsável denominar de “cost-effective” (melhor custo benefício) a tecnologia que não tem quaisquer análise de riscos e, ao contrário, apresenta problemas no processo de fermentação, possíveis escapes para o ambiente, além dos impactos econômicos para o Brasil, que fica refém da propriedade intelectual e de uma cadeia produtiva cuja tecnologia e conhecimento estão concentrados em poucas empresas do Norte global (Monsanto, Bunge, Syngenta, etc). Com certeza não apoiamos esta posição sem equilíbrio de interesses do Brasil em não aceitar realização de avaliações e estudos e impactos na biodiversidade e socioeconômicos, como no mundo do trabalho etc...

- Inserimos repartição de benefícios no item a i) do parágrafo 3:

### **Justificativa.**

1. tirar brackets - a biologia sintética consiste nos desenvolvimentos técnicos e seus produtos);

2. a biologia sintética significa reprogramação celular sobre um tecido ou célula. Se feitas em laboratório, não tem que repartir benefícios, mesmo que o desenvolvimento tecnológico novo seja fruto do acesso a nossa biodiversidade e conhecimento tradicional associado. Nenhum produto da biotecnologia teria de repartir benefícios e estaria fora do escopo do Protocolo Nagoya.



## PARAGRAFO 4

[4. Insta a las Partes en el Convenio sobre la Diversidad Biológica, de conformidad con el enfoque de precaución, que es fundamental cuando se tratan cuestiones científicas y tecnológicas nuevas e incipientes, a garantizar que no se libere al medio ambiente ni se apruebe para uso comercial ningún componente genético sintético u organismo vivo modificado producido por la biología sintética hasta tanto no haya una base científica adecuada que justifique dichas actividades y se preste debida consideración a los riesgos asociados para la diversidad biológica, incluidos también los riesgos socioeconómicos y los riesgos para el medio ambiente, la salud humana, la seguridad alimentaria, los medios de vida, la cultura y los conocimientos, innovaciones y prácticas tradicionales;]

### Justificativa

Apoiamos este parágrafo 4 por inteiro. Se facilitar a negociação, apoiamos retirar a menção ao comércio e outras alterações que os negociadores acharem necessárias, para que se mantenham restrições à introdução deliberada no meio ambiente sem qualquer pesquisa.

## B) TEMA 11. BIODIVERSIDADE E MUDANCAS CLIMÁTICAS E TEMAS CONEXOS (p. 100 inglês)

*Item 11.1. SALVAGUARDAS PARA REDD+ (Advice on the application of relevant safeguards for biodiversity with regard to reducing emissions from deforestation and forest degradation and the role of conservation, sustainable management of forests and enhancement of forest carbon stocks in developing countries)*

**REDD+** - CONCORDAMOS COM POSIÇÃO DO BRASIL QUE O MANDATO PARA DEFINIÇÃO DO CONCEITO E A UNFCCC. NÃO FAZ SENTIDO DISCUTIR SALVAGUARDAS DE ALGO QUE NÃO FOI CONCEITUADO, SOBRE O QUE NÃO SE SABE. Defendemos que REDD+ não deve constar dos documentos da CDB.

## C) DECISÃO GEOENGENHARIA. ITEM 11.2 (p. 106 inglês e 119 no espanhol)

APOIAMOS MANTER O STATUS QUO, OU SEJA, DECISÃO DA COP 10 pela aplicação do Princípio da precaução sobre pesquisa, já que um teste sobre isso e em grandíssima escala, como bombardeamento de nuvens com ácido para chover, fertilização de oceanos para profílerar algas para capturar gás carbônico etc.

**- Se tiver negociação de uma nova decisão sugerimos:**

## PARAGRAFO 3

*- Opção 2 - conceito de geoengenharia mais objetivo.*

[3. Hace hincapié en que la prioridad es abordar el cambio climático antropógeno por medio de reducciones en las emisiones de gases de efecto invernadero generadas por actividades humanas, junto con adaptación a aquellos efectos del cambio climático que son inevitables;]

## **PARAGRAFO 4, B**

4. Notes that climate-related geoengineering may be defined as:

(b) Deliberate technological intervention in the planetary environment of a nature and scale intended to counteract anthropogenic climate change and/or its impacts (UNEP/CBD/SBSTTA/16/10); NAO SE APLICA A REDD

- Inserir o termo "tecnológica" para evitar que classifiquem (os negociadores) outras atividades de grande escala como cultivos orgânicos, agroecológicos etc. como geoengenharia.

**- APOIAMOS NOTA RETIRANDO QUE REED NÃO ENTRA NO CONCEITO DE GEOENGENHARIA.**

## **PARAFRAFO**

**7**

7. Reconoce/ Nota que el IPCC, como organismo encargado de brindar evaluaciones exhaustivas de la evidencia científica y técnica en cuestiones relacionadas con el cambio climático y sus efectos, considerará en su quinto Informe de evaluación distintas opciones de geoingeniería, su base científica e incertidumbres asociadas, los posibles efectos en sistemas artificiales y naturales, riesgos, lagunas en materia de investigación y la idoneidad de los mecanismos de gobernanza existentes, y [pide al OSACTT que cuando se emita el Informe de síntesis en septiembre de 2014 lo examine e informe a la Conferencia de las Partes sobre posibles implicaciones para el Convenio sobre la Diversidad Biológica];que poder ser avaliado em futuras decisões sobre geoengenharia.

### **Justificativa**

Tomar nota ao invés de reconhecer que e o IPCC quem vai definir o que geoengenharia. Isto porque, quem está encarregado disto dentro do IPCC (painel de especialistas da convenção do clima) são os próprios geoengenheiros que desenvolvem.

Excluir a requerer ao SBSTTA que revise o trabalho do IPCC. O mandato do SBTTA `e coletar conhecimentos, experiências e decisões disponíveis e avaliar, segundo a diversidade biológica, conceitos produzidos por outras convenções que tem outros objetivos. Geogenharia para redução das emissões, o mandato `é da UNFCCC, mas avaliação para a diversidade biológica e ecossistemas de atividades como fertilização de oceanos, vulcões artificiais, bombardeamento de nuvens, `e com certeza da CDB. Sugerimos que o conceito do IPCC: "pode ser avaliado em futuras decisões sobre geoengenharia"

## **PARAGRAFO 12**

*Opção 2:* [12.Señala que se carece de un marco integral, de base científica, mundial, transparente y eficaz, para la geoingeniería relacionada con el clima y reconoce que la necesidad de tal marco es especialmente apremiante para los conceptos de geoingeniería que pueden posiblemente tener efectos transfronterizos adversos importantes, y para aquellos aplicados en áreas fuera de la jurisdicción nacional y en la atmósfera;]

*Opção 2:* realizar pesquisa apenas em laboratório e não no ambiente, já que os testes são de escala planetária, podem afetar biodiversidade de forma irreversível.

#### **PARAGRAFO 14**

14. Pide asimismo al Secretario Ejecutivo que, en colaboración con organizaciones pertinentes:

a) [Invite al IPCC a incluir una consideración a fondo de la diversidad biológica cuando aborde el tema de la geoingeniería en su quinto Informe de evaluación];  
Excluir b

O IPCC não tem mandato para avaliar impactos na biodiversidade. Não podemos esvaziar a convenção de seu mandato.

#### **PARAGRAFO 15**

Pede ao secretário executivo:

- a) Un examen general de opiniones adicionales de las comunidades indígenas y locales, depois de consultas apropiadas [y otros interesados directos] sobre los posibles efectos de la geoingeniería en la diversidad biológica y los efectos sociales, económicos y culturales relacionados, teniendo en cuenta consideraciones de género, partiendo de la exposición general de las opiniones y experiencias de las comunidades indígenas y locales (UNEP/CBD/SBSTTA/16/INF/30).
- b) Inserir consulta previa das comunidades locais e indígenas.

#### **D) DECISAO SOBRE DIVERSIDADE FLORESTAL E AGRICOLA**

ema 13.2. Diversidad biológica de los bosques  
Tema 13.5. Diversidad biológica agrícola  
La Conferencia de las Partes considerará este asunto en el marco del tema 5.2 del programa.

Não aceitamos o envio do tema de florestas e agrobiodiversidade para outras convenções (tema 5.2).

Na UNFCCC florestas são sumidouros ou estoque de carbono, na Convenção sobre madeireiros, e matéria prima para extração de madeira. Na Convenção para florestas, o enfoque é outro, já que diversidade biológica florestal deve analisar outros e complexos aspectos relacionados a diversidade florestal.

O mesmo para agrobiodiversidade, já que o patrimônio genético cultivado e domesticado in situ e on farm pelas comunidades locais e indígenas e agricultores, compõe a diversidade biológica agrícola, que depende da diversidade florestal e do uso sustentável. A cooperação e as exaustivas tarefas requerentes.

Requeremos que haja duas decisões sobre diversidade agrícola e florestal nesta COP11, que identifiquem a necessidade de avanço nos termos das decisões tomadas na COP10, que requererem inúmeras atividades para o Secretariado (como consta em: Decisão X/34, parágrafo 5 de "a" a "m" e Decisão X/36, parágrafo 5 i, iii, iii), a fim de serem remetidas e analisadas pelo SBSTAA, para produzir recomendações para a COP12.

---

### **Sustentabilidade à Mesa é lançado em Fortaleza – Site do MDA. 17/10/2012**

O projeto Sustentabilidade à Mesa, que promove a alimentação saudável e saborosa nos hotéis brasileiros, chega nesta quinta-feira (18) a Fortaleza, capital do Ceará. A iniciativa do SESI, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) já foi apresentada a empresários e agricultores em Belém (PA) e Salvador (BA) em setembro.

"Essa iniciativa conjunta do MDA com a ABIH e o SESI é importante porque permite o diálogo do ministério e dos empreendimentos da agricultura familiar com o setor hoteleiro", diz o diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, Arnaldo de Campos.

No lançamento, a partir das 16h na sede do Sebrae, são esperados 80 empresários do ramo hoteleiro e de bares e restaurantes. Eles serão convidados a inscreverem auxiliares e chefes de cozinha de seus estabelecimentos no curso de educação alimentar do programa Cozinha Brasil. O programa do SESI, criado em 2004, ensina a comunidade e os trabalhadores da indústria a ter uma alimentação mais adequada por meio do aproveitamento integral dos alimentos.

Segundo a assessora técnica do SESI, Angela Peres, o projeto Sustentabilidade à Mesa tem como um dos objetivos a melhoria na qualidade da alimentação nos hotéis, obtida pela oferta de produtos oriundos da agricultura familiar e num contexto de responsabilidade social, ambiental e de combate ao desperdício para um desenvolvimento turístico sustentável.

Na avaliação do presidente do Conselho Nacional do SESI, o Sustentabilidade à Mesa, além de um bom negócio para o País, é, também, um diferencial para os clientes. "Qualquer hóspede vai se sentir mais confortável em um hotel que respeita o meio ambiente, tem ações de responsabilidade social e, ainda por cima, oferece um serviço de alimentação de qualidade e saudável", afirmou.

#### **Sustentabilidade**

Por isso, além de qualificar profissionais do setor para promoção da alimentação saudável, o projeto também prevê a sensibilização da rede hoteleira para a contratação de jovens vítimas de exploração sexual, capacitados pelo SESI, e para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar.

Arnaldo de Campos assinala que "é possível comprar produtos sustentáveis, qualificando os cardápios; produtos de alta qualidade nutricional, orgânicos e regionais, que são produzidos por agricultores familiares. Esses produtos podem chegar à mesa dos turistas, que valorizam critérios de responsabilidade social, ambiental – característicos da agricultura familiar".

Para o presidente da ABIH, a construção de um turismo ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito deve ser um compromisso dos empresários do setor. “Esse projeto mostra que estamos preocupados com a sustentabilidade no turismo em todos os seus aspectos. O desenvolvimento do País, como um todo, deve estar baseado nesse tripé”, disse.

#### Rede Brasil Rural

No evento em Fortaleza também haverá a apresentação da Rede Brasil Rural ao setor hoteleiro. Por meio da plataforma, desenvolvida pelo MDA para aproximar a produção familiar do mercado consumidor, os produtores da agricultura familiar podem comercializar gratuita e diretamente aos hotéis brasileiros. A ideia é que os potenciais compradores, geralmente gestores da área hoteleira e rede supermercadista, acessem a plataforma, que facilita a compra direta de produtos da própria região onde esses empreendimentos familiares estão localizados, reduzindo custos com transporte e favorecendo o desenvolvimento local.

#### ViraVida

Ao longo de quase quatro anos, mais de 2.500 jovens foram atendidos pelo projeto ViraVida, iniciativa do Conselho Nacional do SESI. Atualmente, o programa é desenvolvido em 16 estados, abrangendo 19 cidades. Em 2012, a meta é atender todas as cidades que sediarão jogos da Copa do Mundo de 2014. O objetivo é oferecer oportunidades, por meio da capacitação profissional, a jovens e adolescentes em situação de exploração sexual. No total, 1.373 alunos concluíram os cursos e 791 estão em processo de formação. Dos formandos, 852 estão inseridos no mercado de trabalho, enquanto o restante participa de processos de seleção e aperfeiçoamento profissional.

#### Cozinha Brasil

No Brasil, cerca de um milhão de pessoas entre trabalhadores da indústria, familiares, merendeiras, crianças e população em geral já participaram de cursos do programa Cozinha Brasil, com orientações sobre alimentação de alto valor nutritivo e baixo custo que contribuem para elevar o nível de saúde e a qualidade de vida. Presente em todo o País, o Cozinha Brasil foi baseado no programa Alimente-se Bem, do Departamento do SESI de São Paulo. A ideia surgiu a partir de estudos que revelavam baixa qualidade nutricional na alimentação dos trabalhadores da indústria.

---

#### **MDA debate mudanças na inspeção sanitária para comercialização de produtos da agricultura – Site do MDA. 17/10/2012**

Há muitos desafios e aprimoramentos a serem feitos na legislação sanitária para que as agroindústrias familiares consigam vender produtos em seus municípios e para todo o território nacional. A conclusão é um consenso entre representantes do governo federal e de movimentos de agricultores familiares. A constatação foi apresentada nesta quarta-feira (17), em audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, que promoveu debate sobre o tema e apresentou novas propostas.

Para debater a Comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar e legislação adequada para pequenas agroindústrias, a audiência na Comissão de

Agricultura, reuniu o secretário nacional da Agricultura Familiar, Valter Bianchini, que representou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; o diretor de Política Agrícola da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sílvio Porto; o coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Valter Israel da Silva; além de representantes dos ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Em um breve resumo sobre a trajetória da agricultura familiar pelo direito de comercializar seus produtos, Bianchini apontou a criação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), em 2006, data a partir da qual o MDA desenvolveu um conjunto de trabalhos para estimular entes federados a aderirem ao sistema. A morosidade do processo, a burocracia, o custo oneroso de registro, bem como outros problemas do sistema de inspeção, levaram a um baixíssimo número de adesões.

Dos 12 serviços de inspeção aderidos ao Suasa (estaduais, regionais e municipais), um universo de 1.487 estabelecimentos foi registrado para adesão, mas apenas 31 estão aderidos ao sistema, segundo dados apresentados por Bianchini na audiência. "Isso evidencia a dificuldade de adesão ao sistema", afirma o secretário do MDA.

Com base nesse cenário, Bianchini apresentou algumas propostas do MDA para encaminhamentos da questão. A primeira delas é a integração das diferentes competências para execução da inspeção em pequenas agroindústrias. A segunda, a adesão automática dos serviços de inspeção dos entes federados. A terceira, a inclusão automática de todos os estabelecimentos registrados/inspecionados pelos serviços de inspeção, que tiveram aprovação do Mapa, no momento da adesão ao Suasa. Outra proposta do ministério está em definir na esfera federal normas técnicas específicas para pequenas agroindústrias. Por fim, a simplificação da legislação fiscal, tributária e previdenciária.

"A questão sanitária está no centro desse debate. A legislação precisa dialogar com essa realidade, para que seja capaz de assegurar o aspecto da inocuidade com uma política pública que seja integradora", reforçou Sílvio Porto, da Conab.

Propostas apresentadas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores estão igualmente ligadas à reformulação da legislação: a necessidade de reconhecimento de três níveis de produção - a caseira, a comunitária (cooperativa) e a industrial -, clareza de exigências para cada uma dessas escalas e normas mais voltadas para procedimentos do que para equipamentos.

A audiência pública foi realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

#### Suasa

O Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), regulamentado em 2006, foi criado como um sistema unificado e coordenado pela União, com participação dos municípios e estados, por meio de adesão. O objetivo inicial do sistema era fazer com que produtos inspecionados por qualquer instância do Suasa pudessem ser comercializados em todo o território nacional.

---

## **Semana Mundial da Alimentação: O cooperativismo e a segurança alimentar – Site do MDA. 17/10/2012**

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) escolheu o tema Cooperativas Agrícolas Alimentam o Mundo para a Semana Mundial da Alimentação 2012. Com isso, a FAO reforça a importância do cooperativismo nas estratégias de combate à fome e promoção da segurança alimentar, além de reforçar 2012 como o Ano Internacional do Cooperativismo.

No Brasil, as cooperativas são responsáveis por 40% do PIB agrícola e 6% do total das exportações do setor. Quando o assunto é segurança alimentar, as organizações de agricultores familiares têm assumido um papel importante ao atuar em mercados que, muitas vezes, são desprezados ou minimizados pelas grandes redes. Com isso, ajudam a desenvolver o País economicamente e a promover a segurança alimentar, fazendo com que o alimento chegue à mesa dos cidadãos.

“Em especial em municípios menos populosos, as cooperativas locais são responsáveis por abastecer o mercado. São estes agricultores que entregam os alimentos nos atacados, feiras e outros locais que nem sempre são economicamente viáveis para corporações”, explica o coordenador-geral de Ações de Apoio a Organizações Associativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Luís Fernando Tividine.

As organizações produtivas de agricultores familiares permitem que estes tenham acesso a informações, ferramentas e serviços. Desta forma, possibilitam o aumento da produção, melhoram as condições de comercialização e geram empregos, melhorando sua qualidade de vida e favorecendo uma segurança alimentar mundial. “Outro ponto importante é a gestão social, que dá uma segurança ao agricultor independentemente do tamanho de sua propriedade, já que todos têm o mesmo poder de decisão”, reforça Tividine.

### **Resultados**

Alcançar a todos é uma das missões dos associados da Cooperativa Nova Aliança dos Produtores de Farinha do Vale do Juruá (Cooperfarinha), em Cruzeiro do Sul (AC). “Além de trabalhar melhor em grupo, a gente consegue levar o alimento a outras pessoas, algumas muito distantes”, conta o presidente da Cooperfarinha, Germano da Silva Gomes.

A organização em cooperativa foi a forma que os produtores de farinha da região encontraram para sair das mãos dos atravessadores e comercializar a preços melhores. A Cooperfarinha tem 70 associados, que, juntos, produzem cerca de 750 quilos de farinha de mandioca por semana. O produto é empacotado e vendido em todo o Brasil, inclusive nas escolas da região por meio do Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae).

Outro exemplo é a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale do Ipanema (Coopanema), em Águas Belas (PE). Criada em 1997 para fortalecer a produção rural e viabilizar a comercialização, hoje tem 290 cooperados. O principal produto é o leite, em torno de 15 mil litros entregues por dia, mas os cooperados também vendem carnes, hortaliças e frutas.

“Percebemos que quanto mais organizados, maior é produção, melhor a qualidade e conseguimos chegar a mais lugares”, assinala o diretor administrativo e financeiro da Cooppanema, José Wellington Alves. Segundo ele, desta forma conseguem um preço mais justo e garantem a comercialização direta da produção.

Mas a cooperativa quer mais. Estão com um projeto de laticínio, que será financiado com verba do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para beneficiar o leite e vender os derivados. Assim, pretendem aumentar o valor agregado do produto e, conseqüentemente, a renda das famílias. Além disso, querem ampliar o acesso às políticas de comercialização, como o Pnae e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

### **Dia Mundial da Alimentação no Brasil**

Nesta quarta-feira (17), o representante da Organização FAO no Brasil, Hélder Muteia, apresenta palestra com o tema Agricultores Cooperativados Alimentam o Mundo e Garantem a Segurança Alimentar e Nutricional. O evento que marca o lançamento simbólico do Observatório Socioambiental de Segurança Alimentar e Nutricional (Obsan) será na Faculdade Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

---

### **Fome cai na América Latina, mas aumenta na África – Valor Econômico. 17/10/2012**

A FAO (agência da ONU para a alimentação e a agricultura) fez um alerta ontem para que a África aumente sua produtividade na produção de alimentos, em meio a um cenário de volatilidade dos preços. No Dia Mundial da Alimentação, a entidade informou que a fome está caindo na Ásia e na América Latina, mas continua aumentando no continente africano, que detém os mais baixos índices de produtividade agrícola do mundo. Para o brasileiro José Graziano, diretor-geral da FAO, a volatilidade de preços deve continuar nos próximos anos, o que exige melhoras na governança global em segurança alimentar. Segundo a FAO, uma em cada oito pessoas no mundo vão dormir com fome. Mas o total de famintos caiu de 1 bilhão para 870 milhões nas últimas duas décadas. Na foto, mulheres vendem legumes e outros alimentos em mercado de rua em Lagos, na Nigéria.

---

### **Vendas de adubos em patamares recordes. Carine Ferreira – Valor Econômico. 17/10/2012**

As entregas de fertilizantes das misturadoras ao consumidor final (produtores e cooperativas) totalizaram 3,425 milhões de toneladas em setembro no país, leve alta de 0,1% sobre o mesmo mês de 2011, de acordo com a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). No acumulado do ano, o volume de vendas voltou a bater recorde.

De janeiro a setembro em relação a igual intervalo do ano passado, as entregas cresceram 4,1%, para 21,219 milhões de toneladas. O crescimento é creditado às boas perspectivas para diversas culturas cujos produtores estão capitalizados, conforme



Carlos Eduardo Florence, diretor-executivo da Associação dos Misturadores de Adubos (Ama-Brasil).

Tradicionalmente, a demanda é maior no segundo semestre para o plantio da safra de verão. Nos próximos meses, a procura pelo insumo deve diminuir diante da sazonalidade e vai depender, na avaliação de Florence, da influência do clima sobre o plantio da soja. Caso faltem chuvas, o cultivo pode ser adiado e atrasar a colheita. Conseqüentemente, pode provocar a diminuição do consumo de adubos para a segunda safra.

Os primeiros meses do segundo semestre (julho a setembro) de 2012 registraram 11,727 milhões de toneladas entregues, contra 11,109 milhões, 5,6% mais que no mesmo período de 2011.

De janeiro a setembro deste ano, as importações de adubos recuaram 1,8% sobre os nove primeiros meses do ano passado, para 14,733 milhões de toneladas. Na mesma comparação, a produção brasileira de fertilizantes registrou queda de 0,8% e somou 7,191 milhões de toneladas.

Os estoques em 30 de junho deste ano somavam 5,611 milhões de toneladas, 1% menos que o volume registrado no mesmo período de 2011, de 5,671 milhões.

Algumas consultorias e bancos estimam entregas recordes em 2012, de 29,3 milhões a 29,5 milhões de toneladas. No ano passado, foram 28,3 milhões.

---

### **MT recebe 39% mais fertilizante em setembro. Mauro Zafalon- Folha de São Paulo. 18/10/2012**

A área recorde de plantio de grãos em Mato Grosso aqueceu o movimento de entrega de fertilizantes no mês passado, quando foram entregues 647 mil toneladas do produto. Esse volume supera em 39% o de igual período do ano passado.

Carlos Eduardo Lustosa Florence, diretor-executivo da Ama Brasil (Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil), diz que só neste ano já foram destinados 4,1 milhões de toneladas de fertilizantes para o Estado, 10% mais do que no mesmo período de 2011.

O Centro-Oeste, principal região produtora de soja do país, já recebeu 7,1 milhões de toneladas de adubo neste ano, 9% mais do que o volume entregue de janeiro a setembro do ano passado.

Só no mês passado, as indústrias entregaram 1,1 milhão de toneladas na região.

Diante de um volume tão grande, Florence diz que pode haver problemas pontuais na entrega, mas que os casos são muito poucos. Naildo Lopes, da Aprosoja, confirma a existência de alguns casos no Estado, mas diz que a maior preocupação dos produtores agora são os preços elevados do frete.

A conjugação de vários fatores -como a greve nos portos, a nova lei referente ao trabalho dos caminhoneiros e a maior área de soja a ser semeada no Estado- levou a essa aceleração dos preços.

Tudo isso foi agravado com a chegada antecipada da chuva, que fez os produtores acelerarem o plantio.

Nas contas de Lopes, o transporte atual do adubo do porto a Mato Grosso chega a R\$ 200 por tonelada, 43% acima dos valores praticados durante a safra. Os caminhões fazem uma operação casada, levando soja para o porto e trazendo fertilizante.

Se o caminhão sair de Mato Grosso apenas para buscar adubo no porto, os gastos sobem para R\$ 240 por tonelada, diz ele.

A entrega nacional de fertilizantes pelas indústrias no mês passado repetiu o recorde de 3,4 milhões de toneladas de setembro de 2011, acumulando 21,2 milhões no ano.

As estimativas do mercado são que a entrega de fertilizantes deste ano deverá superar em 5% os 28,3 milhões de toneladas entregues no ano passado.

Caminho inverso Os indianos, que no século 19 exportaram bovinos para o Brasil, agora se preparam para importar a genética de raças leiteiras do país. O objetivo é levar material genético brasileiro para melhorar a produtividade do rebanho indiano.

No Brasil Representantes da Baif Development Research Foundation, organização que atua em prol do desenvolvimento sustentável da pecuária indiana, estão no Brasil para esse contato.

Em alta As cotações de soja, milho e trigo pararam de cair em Chicago. A alta média de foi de 1% ontem.

Monsanto diz que patente de soja vence só em 2014

A Monsanto suspendeu temporariamente a cobrança de royalties sobre a soja RR1 em todo o território nacional desde segunda-feira. Essa decisão é temporária porque a empresa entende que tem o direito sobre a patente dessa variedade até 2014, mesmo período de vigência nos EUA.

Rodrigo Santos, vice-presidente comercial da empresa, diz que a suspensão em Mato Grosso se deve a uma obediência à decisão da Justiça do Estado e que nos demais Estados há uma questão de isonomia com os demais produtores brasileiros.

Santos diz que a empresa confia -assim como já ocorreu em decisões anteriores- que a Justiça restabeleça a validade da patente até 2014.

Uma liminar da Justiça de Mato Grosso, a pedido da Famato, suspendeu a cobrança de royalties desde o início da segunda semana deste mês.

---

## **Câmara Temática de Insumos Agropecuários se reúne nesta segunda-feira – Site do MAPA. 19/10/2012**

*Aporte de recursos para grupos de suporte científico da FAO e OMS está na pauta*

A Câmara Temática de Insumos Agropecuários realiza sua 63ª reunião ordinária nesta segunda-feira, 22 de outubro, a partir das 10h, na sala de reuniões do CNPA, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Na pauta, os 20 anos do Agrishow, Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, que será realizada em abril de 2013.

O coordenador-geral de Negociação na OMC do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Alexandre Pontes, falará sobre o aporte de recursos para grupos de suporte científico da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Representantes de várias cadeias produtivas que compõe a câmara vão debater a conjuntura dos setores e conhecer o estudo da FIESP sobre desoneração dos alimentos da cesta básica. Ainda durante a reunião, representantes da Agrobio vão relatar os debates da 6ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP6) e da 11ª Reunião das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

### **Palma de Óleo**

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo se reúne na sexta-feira, 26 de outubro, para debater assuntos ligados à regularização fundiária, como o Programa Terra Legal e a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf.

### **Câmara Temática de Insumos Agropecuários**

**Data:** segunda-feira, 22 de outubro de 2012

**Hora:** 10h às 17h

**Local:** Sala de Reuniões do CNPA, térreo do Edifício Sede do Mapa, Brasília/DF

### **Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo**

**Data:** sexta-feira, 26 de outubro de 2012

**Hora:** 9h às 11h30

**Local:** Sala de Reuniões do CNPA, térreo do Edifício Sede do Mapa, Brasília/DF

---

## **Venda de fertilizantes cresceu de janeiro a setembro de 2012 – Site do MAPA. 22/10/2012**

*Aumento no setor é de 4,1% em comparação com o mesmo período de 2011*

A venda de fertilizantes foi de 21,2 milhões de toneladas no acumulado de janeiro a setembro. Esses números representam um aumento de 4,1% em comparação com o mesmo período de 2011. Os dados são da Associação Nacional para Difusão de Adubos, apresentados nesta segunda-feira, 22 de outubro, na 63ª Reunião da Ordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários.

Mato Grosso foi o Estado que concentrou o maior entrega de fertilizantes, atingindo 4 milhões de toneladas. São Paulo ficou em segundo, com 2,8 mi t e Rio Grande do Sul, com 2,4 mi t. A expectativa do setor é fechar o ano com o comércio de 29,5 mi de toneladas entregues ao consumidor final.

### **Defensivos**

A estimativa do mercado de defensivos é de venda de R\$ 5 bilhões no primeiro semestre deste ano. Ou seja, o setor cresceu 45% em relação aos primeiros seis meses de 2011, segundo dados apresentados pela Associação Nacional de Defesa Vegetal. Esses valores foram impulsionados principalmente pelas culturas de soja, cana, milho, algodão e feijão. Dois segmentos de defensivos tiveram aumento maior que 50%. Inseticidas registram venda de R\$ 1,8 bi. Já a venda de herbicidas cresceu 51% e atingiu o valor de R\$1,9 bi.

Na reunião, também foram apresentados os dados do mercado veterinário, que vendeu R\$ 2.2 bi entre janeiro e agosto deste ano, e do mercado de minerais, com R\$ 830 milhões. A última reunião de 2012 da Câmara Temática de Insumos Agropecuários será em 26 de novembro. Nove temas importantes que deverão guiar os debates no próximo ano estarão na pauta, como seguro agrícola, doenças, registro de produtos e logística.

---

### **PAA do bode tem início em Pernambuco – Site da CONAB. 22/10/2012**

A Conab iniciou as aquisições de ovinos e caprinos por meio da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar no âmbito do PAA. A Superintendência Regional de Pernambuco prevê adquirir até dezembro, cerca de 8450 bodes de pequenos criadores do estado. O produto será destinado a escolas, creches, asilos e outras entidades de assistência social.

A ação faz parte de uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Governo do Estado e visa amenizar os efeitos da seca na região, oferecendo uma alternativa de comercialização para agricultores familiares. A Conab compra o animal vivo, envia para o abate e armazenagem em embalagens à vácuo de 10kg, contendo quatro pacotes de 2,5kg, na forma de mix para guisado.

A previsão é que tais aquisições ocorram em outros estados da Região Nordeste. Em Pernambuco foram contemplados criadores do municípios de Parnamirim, Bezerros, Afogados da Ingazeira e Floresta dos Navios. Até o momento tais operações envolveram um valor de R\$ 221 mil.

A logística de transporte dos animais é de responsabilidade do Governo do Estado, por meio do Instituto de Pesquisa Agrônômica de Pernambuco (IPA) e da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro).

---

**Alimentos puxam alta do IPCA-15, mas pressão sobre inflação é generalizada.**  
**Sergio Lamucci, Arícia Martins e Alessandra Saraiva – Valor Econômico.**  
**22/10/2012**

O choque de alimentos respondeu por quase 60% da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - 15 (IPCA-15) de outubro, de 0,65%, mas as pressões mais fortes não se concentraram apenas nesse grupo. O índice de difusão, que mostra quantos itens tiveram alta, ficou em 66%, um pouco abaixo dos 68,77% de setembro, mas ainda assim um número elevado, acima dos 58,33% de outubro do ano passado. Além disso, sete dos nove grupos do IPCA-15 tiveram aceleração da inflação de setembro para outubro, com destaque para habitação e vestuário, além dos alimentos, que avançaram 1,56% no mês.

O comportamento dos núcleos do IPCA-15 também deixa claro que os alimentos não são os únicos a puxar a inflação para cima, uma vez que ela continua em níveis elevados mesmo quando a influência dos itens que mais subiram é excluída ou reduzida. O núcleo calculado pela exclusão de dez alimentos no domicílio e dois combustíveis, por exemplo, passou de uma alta de 0,4% em setembro para 0,55% em outubro. O calculado por dupla ponderação, que diminui o peso dos itens mais voláteis, mas sem excluí-los, subiu 0,56%, uma avanço mais forte que o 0,44% do mês anterior. Em 12 meses, esse núcleo acumula alta de 5,71%.



"Esse movimento indica que a inflação não está concentrada somente em alimentos. A tendência é que a inflação desse setor desacelere até o fim do ano, mas teremos uma troca de pressões, com altas maiores em serviços", projeta a economista Priscila Godoy, da Rosenberg & Associados, tendo em vista a retomada da atividade já em curso, que tende a puxar os preços desse grupo para cima no fim do ano.

Em outubro, houve algum alívio nos preços de serviços (como aluguel, mensalidades escolares, empregado doméstico, conserto de automóvel), uma das principais fontes de pressão para a inflação nos últimos anos. Os serviços subiram 0,43%, um pouco menos que o 0,47% de setembro. O item empregado doméstico foi o grande responsável por esse movimento, ao passar de uma alta de 1,24% para uma queda de 0,17%. O ponto é que isso tende a ser mais um ponto fora da curva do que uma tendência. Com o mercado de trabalho aquecido, parece muito difícil haver novas deflações nesse item.

Também chamou a atenção o fato de o IPCA-15 acumulado em 12 meses ter subido de 5,31% em setembro para 5,56% em outubro. Mesmo num ano em que o país cresce pouco e há o impacto deflacionário das reduções de impostos para veículos e

eletrodomésticos da linha branca, a inflação está bastante acima do centro da meta perseguido pelo Banco Central, de 4,5%.

Com o resultado do IPCA-15, o economista Fabio Romão, da LCA Consultores, revisou de 5,4% para 5,5% sua estimativa para o aumento do IPCA neste ano. Referência para o regime de metas, o IPCA mostra a inflação fechada no mês, enquanto o IPCA-15 mede a variação dos preços entre a segunda quinzena do mês anterior e a primeira do mês de referência. O cenário inflacionário para outubro e novembro foi ligeiramente ajustados para cima, segundo Romão.

"A revisão foi focada principalmente em alimentos, mas os preços de transportes e vestuário também sofreram mudanças", diz ele, para quem o grupo alimentação, que avançou de 1,08% para 1,56% entre o IPCA-15 de setembro e o indicador de outubro, vai manter o mesmo nível pressionado no fechamento do mês.

Contando com essas pressões, o analista revisou de 0,58% para 0,61% a estimativa para a alta do IPCA de outubro. Para novembro, a projeção foi revista de 0,53% para 0,54%, ajustes que levaram à mudança da previsão da LCA para 2012.

Em nota, o economista Elson Teles, do Itaú Unibanco, afirma que o IPCA-15 de outubro ficou acima do esperado, o que sinaliza altas mais acentuadas dos grupos alimentação e transportes ao fim do mês. A projeção para o IPCA de outubro foi elevada de 0,50% para 0,60%. Para o ano, Teles mantém sua estimativa em 5,5%. "O grupo alimentação seguirá pressionando o índice, mas já deve apresentar alguma perda de fôlego em relação ao resultado do IPCA-15."

A segunda prévia do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) de outubro, que subiu 0,15%, mostrou um alívio considerável justamente nos preços agropecuários ao produtor. Esse grupo passou de uma alta de 2,6% no mesmo período de setembro para uma deflação de 0,4% no de outubro.

---

### **Um em cada oito tem fome. José Graziano da Silva – Valor Econômico. 22/10/2012**

Vasculhar a evolução da luta contra a fome é uma das responsabilidades da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Ela requer o mapeamento e o escrutínio dos acertos, erros e omissões - de governos e da cooperação internacional - diante da latejante abrangência de um mal que tem cura, mas mantém sua desconcertante presença no repertório das vulnerabilidades humanas do século XXI.

A fome não é um estoque, mas uma dinâmica histórica. Impulsionada por fragilidades locais e globais, ela sofre agora as determinações profundas da mais abrangente crise registrada no sistema econômico mundial desde 1930.

*Não há escassez de oferta ou deficiência tecnológica que justifique a procissão de 870 milhões de pessoas com fome no atual estágio de desenvolvimento humano. 12,5% da população da Terra sobrevive em condições de subnutrição.*

Os dados condensados na edição de 2012 do Estado da Insegurança Alimentar no Mundo, produzido em conjunto pela FAO, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), permitem dimensionar melhor os contornos, as singularidades e os desdobramentos dessa superposição de adversidades.

Ente outras coisas, constata-se a ampliação do fosso entre os que conseguem avançar em meio ao nevoeiro e a perda de fôlego adicional dos que já ocupavam uma posição caudatária na segurança alimentar.

Avisos alarmantes, ao lado de revisões encorajadoras, convergem nessa travessia para um denominador inquietante: um em cada oito habitantes do planeta ainda passa fome em nosso tempo.

Não há escassez de oferta ou deficiência tecnológica que justifique a procissão de 870 milhões de pessoas com fome no atual estágio de desenvolvimento humano.

É aberrante: 12,5% da população da Terra sobrevive em condições de subnutrição, como se o domínio ancestral das técnicas de semear e colher que pavimentou saltos tecnológicos sucessivos, hoje compatíveis com manipular o núcleo celular e ter um robô a passeio em Marte, não tivesse ocorrido.

O desfrute desigual desse percurso tem na persistência da fome uma pendência dramaticamente coagulada nos países pobres e em desenvolvimento.

E já foi pior: em 1990 eram um bilhão de pessoas com fome, representando 18,6% da população.

Ainda é possível atingir a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de reduzir à metade a proporção da população com fome até 2015, se ampliarmos os esforços e conseguirmos superar a desaceleração que começou por volta de 2006.

A radiografia estampada no informe da FAO adiciona um complicador a esse mundo plano feito de estatísticas médias. Na verdade, ela exhibe uma perversa progressão, com arranques devastadores justamente ali onde gravitam os mais pobres entre os pobres.

Na África subsaariana, o contingente submetido ao torniquete da desnutrição só fez crescer desde 1990: saltou de 170 milhões para 234 milhões, afetando hoje a vida de 23% da sua população.

No norte da África e no Oriente Médio, a fome passou a ameaçar 41 milhões de pessoas contra 22 milhões no início dos anos 90. As duas regiões juntas - África e Oriente Médio - somam 275 milhões de subnutridos em 2012 - 83 milhões a mais que em 1990!

Notícias melhores na América Latina e da Ásia. Nos dois casos, a fome recuou, respectivamente, de 57 milhões para 42 milhões de pessoas, de 13,6% para 7,7% da população regional; e de 739 milhões para 563 milhões, 23,7% para 13,9% da população regional. Somadas, as duas regiões reduziram em mais de 190 milhões o número de subnutridos entre 1990 e 2012.

É nessa intersecção de trajetões e velocidades que age a crise mundial, soprando o vento frio que congela as diferenças, ao contrário de equalizar as conquistas, como seria premente.

Desde 2007, quando implodiu a ordem financeira mundial, os avanços na luta contra a fome praticamente estagnaram. Os novos números divulgados pela FAO encerram ponderações relevantes sobre esse divisor de ambiguidades.

Em primeiro lugar, mostram que no ciclo de crescimento que antecedeu a crise, os avanços da segurança alimentar foram, de fato, mais robustos - e rápidos - do que se calculara anteriormente. E onde o crescimento definha e o investimento agrícola se ausenta, a fome ocupa o vazio.

Em segundo lugar, apontam que a desordem financeira internacional, ao contrário do que se viu em outras crises até mais brandas, desta vez não sustentou uma espiral de fome e preços altos.

Ainda que episódios traumáticos tenham ocorrido no início - e seu refluxo possa ter custado o sacrifício da qualidade pela quantidade da dieta, contribuindo para o aumento da obesidade - a existência de políticas sociais de transferência de renda e o fomento agrícola, principalmente da agricultura familiar, amorteceram significativamente a aterrissagem em muitos países, a partir de 2007.

Se não abriu as comportas da iniquidade, porém, a crise tende a congelar seus níveis intoleráveis. O desempenho modesto que se avizinha em relação aos ODM é o troco dessa fatura.

Seria um equívoco, porém, inferir daí que basta aguardar a retomada do crescimento para se ter uma espécie de cola-tudo, que assumirá a tarefa de recompor mecanicamente o quebra-cabeça da segurança alimentar.

A persistência, quando não o agravamento da fome em algumas regiões pobres, e seu abrandamento em outras, sugere que o diferencial que conta de fato é o papel das políticas públicas na qualificação de um ciclo de expansão.

No campo, por exemplo, para que a geração da riqueza seja um multiplicador de oportunidades e renda, é crucial incentivar o investimento e a produtividade que ampliem a oferta, poupem recursos naturais e incorporem justamente a maior fatia de pobres do planeta, 75% dos quais vivem junto à terra.

Esse é o salto que pode mover o passo seguinte da história. E é em torno dele que a FAO empenha seus esforços.

---

## **Pesticidas matam abelhas e prejudicam polinização – O Estado de São Paulo. 22/10/2012**

Pesticidas estão matando abelhas operárias e prejudicando sua alimentação, conclui estudo na revista Nature que mostra que essas colônias, vitais para a polinização, têm maior probabilidade de sucumbir na presença dessas substâncias.



A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que um terço de todos os alimentos de origem vegetal dependem da polinização das abelhas. Cientistas têm se preocupado com a queda do número de abelhas em tempos recentes, principalmente na América do Norte e na Europa.

Pesquisadores britânicos expuseram, por quatro semanas, colônias formadas por 40 abelhas mamangava - maiores que as abelhas de mel comuns - aos pesticidas neonicotinoide e piretroide.

No grupo exposto, dois terços das abelhas se perderam (morreram ou não retornaram). No grupo controle, apenas um terço se perdeu. Além disso, as abelhas que receberam os pesticidas só conseguiram colher cerca de metade do pólen em comparação com as outras abelhas.

Os achados ressaltam a importância de testes mais amplos, para assegurar que os pesticidas não atinjam também as abelhas. / REUTERS

---

### **Monsanto chega aos implementos agrícolas – Mauro Zafalon. Folha de São Paulo. 23/10/2012**

A Monsanto, uma das líderes mundiais em biotecnologia, entra agora na produção de implementos agrícolas.

A terra arável e a disponibilidade de água estão praticamente definidas e não aumentarão mais, na avaliação de Sam Eathington, vice-presidente mundial de melhoramento de plantas.

Por isso, o importante é o produtor aproveitar ao máximo a utilização da terra disponível e as condições do solo, segundo a Monsanto.

De olho nessas novas exigências da agricultura, a empresa desenvolve um monitor de plantio capaz de avaliar cada palmo da terra e definir o plantio ideal para esses espaços específicos.

Doug Sauder, responsável pelo desenvolvimento de produtos da empresa, diz que por meio de um software é possível determinar o número ideal de sementes a ser colocado em cada metro do terreno. Em uma mesma área, há uma grande variedade de condições do solo.

Esse monitor de plantio, que espelha um mapa da área que está sendo semeada, busca resolver essas diferenças, determinando até a profundidade a que cada semente deve ser colocada nos diversos espaços do mesmo terreno.

Com um início voltado para a indústria química, em que produziu de nylon para fio dental a vidro para carros, a Monsanto retoma novas áreas, após ter se dedicado ao desenvolvimento da biotecnologia nos últimos anos.

Essa nova área de atuação ocorre com a compra da Precision Planting, uma indústria de Illinois (EUA) especializada em tecnologias de plantio. Por meio dessa indústria, a

Monsanto está desenvolvendo os equipamentos que serão acoplados a máquinas da Case IH, da John Deere, da Kinze e da Agco.

A previsão é de esses equipamentos chegar ao mercado dos EUA em 2014. Jak Torreta, diretor de Produto da Agco para a América do Sul, não descarta a chegada desses equipamentos em breve no Brasil.

Menos Os confinamentos norte-americanos tinham 11 milhões de animais no início deste mês, 3% menos do que em igual período do ano passado. Os dados do setor são do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

Desde 1996 A reposição de animais em confinamento foi de apenas 2 milhões de cabeças em setembro, 19% menos do que em igual mês de 2011. Esse total de animais é o menor para os meses de setembro desde que essa série de dados foi iniciada pelo Usda, em 1996.

Preocupação Os dirigentes agrícolas europeus estão preocupados com o futuro da agricultura no continente. Apenas 6% dos produtores rurais têm menos de 35 anos. Já os que têm mais de 65 anos superam dois terços da categoria.

Oferta menor O café fechou com alta de 1,8% ontem na Bolsa de commodities de Nova York. Essa alta ocorre devido à baixa oferta de produto pelos produtores brasileiros. Em Chicago, a soja voltou a subir, sendo negociada acima de US\$ 15 por bushel (27,2 quilos).

Exportação de milho volta a superar 3 mi de toneladas

As exportações de milho já atingem 2,5 milhões de toneladas nos 14 primeiros dias úteis deste mês. Se for mantida essa mesma tendência nos 8 restantes, as exportações vão superar os 3,2 milhões de toneladas de setembro. As exportações deste mês superam em 132% as de outubro de 2011.

Os dados são da Secex, que indicam uma perda de ritmo nas vendas externas no setor de carnes. As exportações de carne suína recuaram 11% neste mês, em volume, em relação ao anterior, enquanto as de bovina caíram 4%. Já a venda de carne de frango está em alta, com evolução de 2% neste mês.

---

### **Conferência do Meio Ambiente aprova recomendações contra os agrotóxicos – Site do MST. 24/10/2012**

A Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) e o Conselho Estadual de Saúde (CES) realizaram a 3ª Conferência Estadual do Meio Ambiente (CEMA) em Salvador (BA), entre os dias 15 e 17 de outubro.

Diversas representações da sociedade civil participaram da atividade, tendo como destaque a discussão em torno dos problemas causados à saúde humana e à natureza pelos agrotóxicos.

Tendo em vista que o Brasil se destaca no consumo abusivo de agrotóxicos, correspondendo por cerca de 20% do consumo mundial dessas substâncias, os participantes delinearão pontos que consideraram importantes para serem discutidos com os órgãos competentes do estado.

Do debate, surgiu a Recomendação sobre Agrotóxicos, elaborada ao final da Roda de Diálogo sobre Agrotóxicos e aprovada na Plenária Final pelos delegados participantes da Conferência.

### **Confira as recomendações:**

#### **Recomendação sobre agrotóxico:**

Para: Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) e Conselho Estadual de Saúde (CES)

Considerando os graves impactos ao ambiente, à saúde humana e à biodiversidade pela abusiva utilização de agrotóxicos, os participantes reunidos nesta Terceira Conferência Estadual de Meio Ambiente, recomendam as seguintes proposições para a formulação de políticas públicas que visem preservar a integridade humana e ambiental do Estado da Bahia:

- Priorizar a implantação de uma Política Estadual de Agroecologia em detrimento ao financiamento público do agronegócio;
  - Banir os agrotóxicos já proibidos em outros países e que apresentam graves riscos à saúde humana e ao ambiente;
  - Proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, tendo em vista a grande e acelerada expansão desta forma de aplicação de venenos, especialmente em áreas de monocultivos, expondo territórios e populações a doses cada vez maiores de contaminantes com produtos tóxicos gerando agravos à saúde humana e à dos ecossistemas;
  - Suspender as isenções de ICMS, PIS/PASESP, COFINS e IPI concedidas aos agrotóxicos e a externalização para a sociedade dos custos impostos pelas medidas de assistências e reparação de danos;
  - Fortalecer e ampliar as políticas de aquisição de alimentos produzidos sem agrotóxicos para a alimentação escolar;
  - Fortalecer e ampliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) no Estado da Bahia, para reparação de danos incluindo alimentos processados, água, carnes, outros alimentos in natura com base em uma estrutura laboratorial de saúde pública regionalizada.
-

## **A fome: desafio ético e político. Leonardo Boff- Site do MST. 25/10/2012**

Por causa da retração econômica provocada pela atual crise financeira, o número de famintos, segundo a FAO, saltou de 860 milhões para um bilhão e duzentos milhões. Tal fato perverso impõe um desafio ético e político. Como atender as necessidades vitais destes milhões e milhões?

Historicamente este desafio sempre foi grande, pois a necessidade de satisfazer demandas por alimento nunca pôde ser plenamente atendida, seja por razões de clima, de fertilidade dos solos ou de desorganização social. À exceção da primeira fase do paleolítico quando havia pouca população e superabundância de meios de vida, sempre houve fome na história. A distribuição dos alimentos foi quase sempre desigual.

O flagelo da fome não constitui, propriamente, um problema técnico. Existem técnicas de produção de extraordinária eficácia. A produção de alimentos é superior ao crescimento da população mundial. Mas eles estão pessimamente distribuídos. 20% da humanidade dispõe para seu desfrute 80% dos meios de vida. 80% da humanidade deve se contentar com apenas 20% deles. Aqui reside a injustiça.

O que ocasiona esta situação perversa é a falta de sensibilidade ética dos seres humanos para com seus coiguais. É como se tivéssemos esquecido totalmente nossas origens ancestrais, aquela da cooperação originária que nos permitiu sermos humanos.

Esse déficit em humanidade resulta de um tipo de sociedade que privilegia o indivíduo sobre a sociedade, valoriza mais a apropriação privada do que a coparticipação solidária, mais a competição do que a cooperação, dá mais centralidade aos valores ligados ao masculino (no homem e na mulher) como a racionalidade, o poder, o uso da força do que os valores ligados ao feminino (também no homem e na mulher) como a sensibilidade aos processos da vida, o cuidado e a disposição à cooperação.

Como se depreende, a ética vigente é egoísta e excludente. Não se coloca a serviço da vida de todos e de seu necessário cuidado. Mas está a serviço dos interesses de indivíduos ou de grupos com exclusão de outros.

Uma desumanidade básica se encontra na raiz do flagelo da fome. Se não vigorar uma ética da solidariedade, do cuidado de uns para com os outros não haverá superação nenhuma.

Importa considerar que o desastre humano da fome é também de ordem política. A política tem a ver com a organização da sociedade, com o exercício do poder e com o bem comum. Já há séculos, no Ocidente, e hoje de forma globalizada, o poder político é refém do poder econômico, articulado na forma capitalista de produção. O ganho não é democratizado em benefício de todos, mas privatizado por aqueles que detém o ter, o poder e o saber; só secundariamente beneficia os demais. Portanto, o poder político não serve ao bem comum. Cria desigualdades que representam real injustiça social e hoje mundial. Em consequência disso, para milhões e milhões de pessoas, sobram apenas migalhas sem poder atender suas necessidades vitais. Ou simplesmente morrem em consequência das doenças da fome, em maior número, inocentes crianças.

Se não houver uma inversão de valores, se não se instaurar uma economia submetida à política e uma política orientada pela ética e uma ética inspirada numa solidariedade básica não haverá possibilidade de solução para a fome e subnutrição mundial. Gritos caninos de milhões de famintos sobem continuamente aos céus sem que respostas eficazes lhes venham de algum lugar e façam calar este clamor.

Por fim, cabe reconhecer que a fome resulta também do desconhecimento da função das mulheres na agricultura. Segundo a avaliação da FAO são elas que produzem grande parte do que é consumido no mundo: de 80% - 98% na África subsaariana, de 50%-80% na Ásia e 30% na Europa central e do leste. Não haverá segurança alimentar sem as mulheres agricultoras, caso não lhes for conferido mais poder de decisão sobre os destinos da vida na Terra. Elas representam 60% da humanidade.

Por sua natureza de mulheres são as mais ligadas à vida e à sua reprodução. É absolutamente inaceitável que, a pretexto de serem mulheres, se lhes neguem os títulos de propriedade de terras e o acesso aos créditos e a outros bens culturais. Seus direitos reprodutivos não são reconhecidos e se lhes impede o acesso aos conhecimentos técnicos concernentes à melhoria da produção alimentar.

Sem estas medidas continua válida a crítica de Gandhi: "a fome é um insulto; ela avilta, desumaniza e destrói o corpo e o espírito... senão a própria alma; é a forma de violência mais assassina que existe".

---

#### **Pepe se reúne com representantes da FAO em Brasília – Site do MDA. 25/10/2012**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, recebeu, na tarde desta quinta-feira (25), o representante regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para a América Latina e Caribe, Raul Benítez. A reunião teve como objetivo discutir a erradicação da fome e fortalecer a agricultura familiar na região.

Benítez ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelo MDA junto aos agricultores familiares e pediu a colaboração brasileira para elaborar um plano de resultados rápidos para redução e erradicação da insegurança alimentar nos países da América Latina e Caribe.

“Trabalhar a agricultura familiar tem um papel estratégico para o desenvolvimento de nossos países e é a forma mais sustentável para combater a insegurança alimentar”, salientou Pepe Vargas. Segundo o ministro, é preciso aumentar o número de países na região que tenham instrumentos e políticas públicas voltados para o setor rural familiar.

---

#### **Pela primeira vez, PAA compra de forma direta pescado no Amazonas – Site do MDS. 25/10/2012**

*Governo federal vai adquirir produção de pescadores artesanais extremamente pobres. Produto in natura será destinado a entidades socioassistenciais*

Brasília, 25 – Para diminuir os prejuízos que acontecem em períodos de alta oferta de pescado, com a consequente desvalorização do produto, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai comprar a produção de pescadores artesanais extremamente pobres do Amazonas. O pescado in natura será destinado a entidades socioassistenciais. Essa é a primeira vez que a compra será feita pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra Direta.

Leia também: Assistência técnica e recursos vão apoiar pescadores extremamente pobres

A ação, chamada de Operação Especial de Pescado, foi autorizada pela Resolução nº 51, publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (25). As compras já podem começar e a decisão vale até 31 de março de 2013.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) será responsável pela aquisição junto aos pescadores, assim como a distribuição para as instituições da região, nos seguintes municípios: Benjamin Constant, Itacoatiara, Iranduba, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Tefé, Parintins, Urucurituba e Urucará. O preço a ser pago pelo pescado in natura, oriundo da pesca artesanal, será de R\$ 1,50/kg.

Entre as espécies que poderão ser comercializadas, estão aracu, branquinha, cubio, curimatã, jaraqui, mapará, pacu e sardinha. Outras espécies consideradas como peixe popular ou miúdo, desde que pescados de forma artesanal e obedecidas as normas que regem a permissão de captura, especialmente quanto ao tamanho mínimo de cada espécie, também podem ser compradas.

---

### **Domínio argentino na venda de soja transgênica no Sul do Brasil. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 25/10/2012**

*Barison, da Abrasem: sementes com genótipos desenvolvidos na Argentina começaram a avançar no Sul há quase dez anos*

É cada vez maior o domínio argentino no negócio de sementes geneticamente modificadas de soja no Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, cerca de 70% desse mercado está nas mãos de companhias que usam germoplasma desenvolvido no país vizinho. Conjunto de genótipos (grupos de genes) de uma espécie, o germoplasma pode ser considerado a fonte de variabilidade genética disponível para o melhoramento das plantas.

Segundo a consultoria Céleres, a área plantada com soja transgênica deve alcançar 23,9 milhões de hectares na safra 2012/13 no país (88,1% da área total que será semeada com o grão) e o Sul responderá por 8,8 milhões. Assim, o cultivo com germoplasma argentino na região deverá atingir 6,2 milhões de hectares.

Segundo a Céleres, o mercado de transgenia no Brasil movimentou US\$ 350 milhões em 2011, dos quais US\$ 162 milhões referiram-se às empresas que comercializam germoplasma. A Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abrasem) não tem um levantamento específico sobre as lavouras de soja, mas informa que o mercado total de sementes no Brasil chega a US\$ 4,5 bilhões/ano.

Narciso Barison Neto, presidente da Abrasem, lembra que as sementes de soja com genótipos desenvolvidos na Argentina começaram a dominar o Sul do Brasil há quase uma década e de forma ilegal, já que as sementes transgênicas ainda eram proibidas por aqui. De lá para cá, só conquistaram mais espaço.

"Em 2003, quando o uso de transgênicos foi liberado no Brasil, os produtores paranaenses e de outras regiões do Sul já conheciam bem o produto argentino. O que ocorreu foi uma consolidação do mercado com essas empresas", diz Barison. Ele ressalta, porém, que apesar de as duas principais companhias que atuam a região terem produtos de origem argentina, contam também com fábricas instaladas no Brasil e desenvolvem produtos no país.



Apenas a Brasmax, companhia brasileira comprada integralmente pela argentina Don Mario, em 2009, tem 60% do mercado sulista de sementes de soja geneticamente modificadas. Outros 10% estão nas mãos da Nidera, sediada nos Países Baixos. A companhia desenvolveu o germoplasma de soja na Argentina, onde atua desde 1988 como trading, e em 2005 comprou a divisão de sementes da Bayer no Brasil.

Essas empresas trabalham com sementes precoces e de "hábito indeterminado", que se tornaram vitais para os sojicultores sulistas. O tipo precoce foi desenvolvido para que a floração da planta seja mais rápida e que em 100 dias, em média, a soja esteja em ponto de colheita, ante os 140 do ciclo tradicional.

Já o "hábito indeterminado" se caracteriza pela continuação do crescimento vegetativo da planta mesmo após o início do florescimento, o que permite maior resistência a intempéries climáticas. Na soja de crescimento determinado (usada tradicionalmente), a planta para de crescer quando nascem as flores.

"A precocidade permite que o ciclo de plantio seja mais rápido e dá espaço para que os agricultores possam plantar o milho safrinha [de inverno], explica Barison.

Robson Mafioletti, engenheiro agrônomo e assessor da Ocepar, entidade que representa as cooperativas do Paraná, acrescenta que as sementes precoces e de hábitos indeterminados são mais resistentes às geadas e ao frio intenso, comuns no Sul. "Os argentinos criaram o tipo de semente ideal para o nosso clima, por isso dominam o mercado".

Em contrapartida, diz Mafioletti, o rendimento dessa soja é entre 3% e 5% menor que a de hábitos mais longos. "Mas essa pequena perda é compensada pelos ganhos com a

safrinha de milho", diz. A produtividade para o Estado do Paraná é calculada entre 50 e 55 sacas por hectare para a produção "normal" e entre 48 e 53 sacas para a soja plantada precocemente, em setembro.

O desenvolvimento de produtos focados em climas mais frios faz com que as empresas de capital argentino não consigam avançar no mais importante Estado produtor de soja do país, Mato Grosso. "Temos a ínfima participação de 2% em toda a área brasileira de Cerrado [inclui Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e áreas de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia], mas o objetivo de conquistar mais espaço em 2013/14. Para isso, estamos investindo na nossa força de vendas e em novos cultivares de soja", diz Santiago Schiappacasse, presidente da Brasmax no Brasil.

A Brasmax trabalha com licenciamento e revende as sementes por meio de empresas multiplicadoras. No Paraná, as principais multiplicadoras são as cooperativas. Schiappacasse explica que, atualmente, a Don Mario tem diferentes linhas de pesquisa em diversos países da América do Sul. "As novas descobertas de cada país complementam os produtos que são vendidos em toda a região".

Segundo a Céleres, a Brasmax tem aproximadamente 25% do mercado nacional de sementes transgênicas de soja. Monsanto e DuPont respondem por 20% cada uma, seguidas por Nidera e TMG, cada uma com cerca de 10%. "As brasileiras Embrapa e Coodetec só não têm uma fatia maior de mercado porque até 2003 eram proibidas de desenvolver soja transgênica e perderam o bonde".

Independentemente da empresa vendedora, a tolerância ao glifosato desenvolvida pela Monsanto está presente em todas essas sementes de soja geneticamente modificadas.

---

### **PAA realiza operação de compra de peixe no Amazonas – Site da CONAB. 26/10/2012**

De outubro/2012 a março/2013 a Conab irá realizar operação especial de aquisição de pescado in natura oriundo da pesca artesanal fluvial no estado do Amazonas.

A operação será executada nos municípios-polo de Lábrea, Tefé, Benjamin Constant, Urucurituba, Urucará, Itacoatiara, Manaquiri, Parintins, Manacapuru, Iranduba.. De acordo com o superintendente regional da Conab no Amazonas, Thomáz Antônio Perez, a aquisição do pescado será feita de acordo com as demandas locais. "Onde houver um excedente do produto a Conab irá intervir para que não haja desperdícios e para garantir uma renda mínima aos pescadores da região", afirma.

O preço fixado na operação é de R\$ 1,50 por quilo de peixe e as espécies passíveis de compra são: jaraqui, branquinha, sardinha, pacu, curimatã, aracu, cubio, mapará e outras consideradas como peixe popular ou miúdo, pescados de forma artesanal, obedecidas as normas que regem a permissão de captura, especialmente quanto ao tamanho mínimo de cada espécie, e as exigências sanitárias. O produto adquirido será doado para entidades e programas de assistência social como o Mesa Brasil (Sesc).



A Conab irá detalhar em cada operação a demanda por consumo do pescado, os limites de compra por beneficiário fornecedor, a priorização do público produtor e consumidor e a logística de distribuição. Os pescadores que quiserem participar da ação devem ser detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Mais informações pelo

telefone (92) 3182-2402.

---

## **MMA e FAO mais próximos. Sophia Gebrim – Site do MMA. 26/10/2012**

*Ministra propõe criação de pequeno grupo de trabalho para desenvolver agenda comum*

A modelagem de um novo formato de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) foi defendida na tarde desta sexta-feira (26/10), pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em Brasília, durante encontro com dirigentes da entidade. Participaram do encontro o representante regional para América Latina e Caribe, Raul Benitez, representante no Brasil, Helder Mutéia, oficial para América Latina e Caribe, Adoniran Perasse, e oficial para o Brasil, Gustavo Chianca.

“Para estreitar cada vez mais o diálogo entre produção de alimentos e preservação ambiental torna-se necessário um novo padrão de cooperações internacionais com a FAO e outras agências também”, disse a ministra. Segundo ela, por meio de troca de experiências de sucesso que deram certo em determinadas regiões, fomento às oficinas, diálogos e negociações, entre outras ações, é possível garantir um novo formato a essas parcerias. “Para modelar um novo formato de cooperação temos que cobrar resultados, com ações mensuráveis, fortalecimento das ações e muita transparência”, acrescentou.

Izabella também citou experiências brasileiras que deram certo e podem ser exportadas para outros países, como o Programa Bolsa Verde. “Concedemos um benefício mensal para as famílias que vivem em Unidades de Conservação continuarem preservando o ambiente onde vivem, transferindo renda, capacitando e assegurando a produção de alimentos e a consequente erradicação da pobreza”, disse a ministra. Para ela, nesse viés, que entra fortemente o papel da FAO, garantindo o equilíbrio desse diálogo entre agricultura, produção de alimentos e proteção das florestas.

## **NOVO CAMINHO**

A importância do fortalecimento e nova modelagem da cooperação com o Brasil também foi destacada pelo representante regional da FAO para América Latina e Caribe, Raul Benitez. “Nós também queremos ressaltar essa agenda com o governo brasileiro, no conceito que vincula o meio ambiente com segurança alimentar”, observou. Da forma que hoje parte da população carente no Brasil está ligada diretamente ao ecossistema onde vive, normalmente tanto populações quanto ecossistemas frágeis, o líder da FAO acredita que o Brasil tem um papel decisivo de repassar esse tema para outros países da América Latina e Caribe. “Nesse caso, a luta contra a fome tem a ver diretamente com a preservação ambiental”, salientou.

Ao término do encontro, a ministra Izabella Teixeira sugeriu a criação de um pequeno

grupo interno de discussão para alinhar as necessidades, projetos e prioridades passíveis de cooperação entre a agência e o Ministério do Meio Ambiente. A ideia é construir uma agenda que seja executada a médio e longo prazo, um novo caminho de cooperação. “Vamos debater em conjunto e pactuar uma nova visão desse importante elo entre produção de alimentos e preservação ambiental”, finalizou.

---

### **Ações do governo reduzem impacto da alta mundial dos preços dos alimentos entre os mais pobres – Site do MDS. 26/10/2012**

*Estudo preliminar apresentado na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional mostra que medidas tomadas pela administração federal atenuam efeitos da crise provocada pela falta de comida*

**Brasília, 26** – A crise alimentar mundial tem sido atenuada no Brasil com as políticas públicas implementadas pelo governo federal, segundo estudo preliminar sobre o impacto das frequentes alterações dos preços internacionais e da inflação de alimentos no país. O trabalho foi apresentado na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Brasília.

O estudo tem como objetivo subsidiar a construção de um sistema de monitoramento dos preços dos alimentos no Brasil e extrair sugestões de políticas públicas que levem em consideração as incertezas do mercado.

Os técnicos da Caisan discutiram os primeiros resultados da análise, realizada pelos pesquisadores Renato Maluf e Juliana Speranza, do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Ceresan), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nessa quinta-feira (25). A versão final deverá ser apresentada até o final de novembro.

O pesquisador Renato Maluf avalia que há desafios importantes no abastecimento alimentar no Brasil e no mundo. Entre os motivos para a alta dos alimentos, estão o pico do preço do petróleo, a especulação financeira no mercado de alimentos, os baixos estoques mundiais e as mudanças climáticas. Além disso, os indicadores internacionais mostram que, após as altas, os preços não voltam aos patamares anteriores.

No Brasil, ressalta o pesquisador, o preço dos alimentos tem crescido numa taxa superior à inflação. O que, no entanto, não tem impedido o acesso. “A política de valorização do salário mínimo, aliada ao reajuste do Bolsa Família e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros, tem garantido o acesso às populações mais vulneráveis, que estão conseguindo absorver os aumentos de preço.”

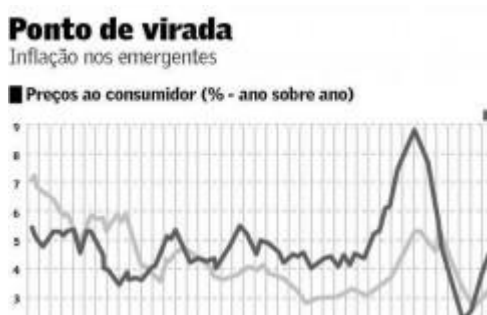
Com o estudos, os pesquisadores buscam uma metodologia para construir um observatório de preços dos alimentos no Brasil, associado ao DataSan, que é um sistema com indicadores sobre produção e disponibilidade de alimentos e nutrição. Os dados serão utilizados ainda para a construção de políticas no país e em blocos regionais, como o Mercosul, e uma agenda de pesquisa voltada para os custos de produção, para a agricultura familiar e as estruturas de mercado.

---

## **Alimento puxará para cima a inflação nos emergentes, diz estudo. Assis Moreira – Valor Econômico. 26/10/2012**

A desaceleração da inflação nas economias emergentes diminuiu de ritmo, e a tendência agora é de alta, segundo o "Emerging Markets Inflation Monitor" elaborado pela consultoria britânica Capital Economics.

A expectativa é de aceleração de preços nos próximos seis meses, principalmente por causa do custo dos alimentos. Mas parece fora de cogitação a repetição do choque de inflação causado pelos preços de alimentos, que ocorreu em 2008 e 2011.



A inflação "cheia" ("headline inflation") nos emergentes ficou na média em 4,3% em setembro, em termos anuais, comparado aos 6,4% de meados de 2011. No entanto, analistas observam que os preços voltaram a subir ligeiramente nos últimos meses.

Em termos regionais, os preços subiram em setembro no Leste Europeu e na América Latina, mas diminuíram nos emergentes da Ásia, Oriente Médio e África. Na Ásia a taxa baixou, apesar de os preços terem subido mais rapidamente na Índia.

Outra constatação é a de que a inflação de alimentos superou a "headline inflation" nos emergentes, sobretudo na América Latina. Em julho e agosto, os preços de grãos e soja subiram em meio a inquietações com a maior seca dos últimos 50 anos nos EUA, mas depois se estabilizaram.

A expectativa é que os preços dos alimentos, na média, possam aumentar de 6,1% atualmente para 8% a 10% ao ano no começo de 2013. Mas a situação é diferente de 2008 e 2011, quando a inflação subiu num cenário de boa expansão econômica global.

Agora, as projeções continuam apontando persistente desaceleração na economia mundial. Além disso, a "core inflation", que exclui preços de alimentos e outros componentes, como petróleo, continua sob controle.

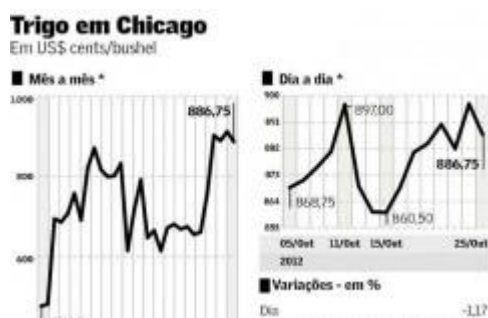
---

## **Ucrânia agita mercado global de trigo. Assis Moreira – Valor Econômico. 26/10/2012**

A Ucrânia confirmou na segunda-feira que vai suspender suas exportações de trigo a partir de 15 de novembro, o que ampliou a pressão "altista" sobre as cotações

internacionais do cereal, mas a FAO, agência da ONU para agricultura e alimentação, minimizou o impacto real dessa restrição sobre os preços globais dos alimentos.

Para justificar a proibição, as autoridades ucranianas argumentaram que a colheita foi duramente afetada por uma estiagem pelo terceiro ano seguido e que não havia outra saída para evitar uma explosão nos preços domésticos de pães e massas e problemas sociais no país.



A Ucrânia é um dos dez maiores exportadores de trigo do mundo. Sua capacidade de exportação, estimada em 4 milhões de toneladas por ano, foi revisada para 5,3 milhões de toneladas nesta safra 2012/13, o que reduziria o abastecimento interno. Desde meados do mês passado, tradings se anteciparam à suspensão e o ritmo de embarques dobrou.

O Egito, maior importador global de trigo, foi o primeiro país a reagir à proibição, considerando que a credibilidade ucraniana no mercado internacional de grãos ficará afetada. A Ucrânia garante que vai respeitar os contratos de entrega já assinados. Já o comissário europeu de Agricultura, Dacian Cioloș, conclamou o país a voltar atrás e evitar medidas que elevem os preços internacionais e causem mais turbulências nos fluxos comerciais.

Para a União Europeia, a proibição vai "acrescentar tensão desnecessária nos mercados agrícolas internacionais, e os que mais vão sofrer são os mais pobres do mundo". A FAO sustenta que a Ucrânia dá uma "mensagem errada" ao mundo com a proibição, mas avalia que a ação não fará grande diferença para o abastecimento global da commodity.

Por um lado, porque Ucrânia não é um exportador tão importante assim; e de outro, porque já era de conhecimento no mercado que o país não teria muito a exportar depois da estiagem, como observou a analista de preços da FAO, Concepcion Calpe.

O braço da ONU está revisando suas projeções sobre a produção de trigo e constatou que a produção de fato não é suficiente para atender ao consumo, mas que os estoques são confortáveis o suficiente para evitar impactos significativos nos mercados - ainda que esses estoques tendam a ficar em níveis ligeiramente inferiores.

O maior problema, diz Concepcion, é que os mercados reagem no curto prazo e a volatilidade de preços cresce. A oferta de trigo atualmente é reduzida por causa da fraca colheita na Rússia, das perspectivas ruins para as próximas produções na Austrália e

pela "transferência" da demanda de milho para trigo nos por causa da pior seca nos Estados Unidos em mais de 50 anos.

O aperto nos estoques de trigo foi confirmado pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), que aponta quedas na produção na Rússia (1 milhão de toneladas), na Austrália (3 milhões) e na União Europeia (800 mil). Na segunda-feira, na bolsa de Chicago, houve alta moderada das cotações por conta da Ucrânia, mas realizações de lucro influenciaram a queda registrada ontem (*ver gráfico*)

---

### **Seminário internacional discute desafios globais e a experiência brasileira no combate à fome – Site do MDS. 29/10/2012**

Secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Maya Takagi, participará dos debates. Evento reunirá especialistas brasileiros e estrangeiros nos dias 29 e 30 em Brasília

Brasília, 29 – A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, participa nesta segunda-feira (29), às 9h, da abertura do seminário internacional “Desafios Globais para o Direito Humano à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”. O encontro, que prossegue até terça-feira (30), será no auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, em Brasília, e terá participação de representantes de 12 países, além de organizações nacionais e internacionais.

O seminário internacional é resultado de parceria entre o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o MDS, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Rede de Ação e Informação "Alimentação primeiro" (Fian, na sigla em inglês) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Maya Takagi falará sobre as ações e políticas públicas brasileiras de combate à fome, que têm alcançado bons resultados na última década e atraído a atenção de vários países. Na terça-feira, a secretária vai participar uma mesa de discussão sobre a construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar.

Segundo o Consea, a participação no seminário será restrita apenas aos convidados, mas haverá credenciamento de imprensa para a cobertura do evento.

---

### **Pesquisa recupera hábitos alimentares de assentados gaúchos – Site do MDA. 31/10/2012**

Tradição, economia e saúde. Agricultoras dos assentamentos Ramada e Nova Ramada II no município Júlio de Castilho, no Rio Grande do Sul, participaram, durante um ano, de uma pesquisa que resgatou a cultura alimentar das famílias. O trabalho foi concluído neste mês, com um evento em que foram servidos diversos pratos e expostas as histórias das 19 famílias envolvidas.

---

A iniciativa foi da Emater do Rio Grande do Sul, que presta assistência técnica aos assentamentos. A extensionista Marisete Rockenbach explica que, primeiro, as agricultoras foram estimuladas a resgatar a história das famílias, montando suas árvores genealógicas. A lembrança da alimentação dos antepassados levou à comparação com os hábitos atuais. Depois, foram feitos levantamentos de custo da produção própria de certos itens e do preço pago para aquisição nos mercados.

A comparação mostrou que a produção própria pode resultar em até 77% de economia nos itens mais consumidos na região. "E é mais saudável", enfatiza Juliana dos Santos, assentada há 20 anos. No lote, ela tem soja, vacas de leite, milho, pastagem. E as "miudezas": mandioca, batata, verduras. "Tenho carne, leite e legumes em casa", conta Juliana, que compra no mercado apenas itens como farinha, arroz e açúcar.

### História

Para além da economia, a pesquisa emocionou as assentadas ao recordar as origens das famílias. "Para mim foi maravilhoso. Lembramos as coisas de antigamente. Tem coisas que ainda fazemos igual", afirma Juliana. Com a sogra Bernadete Bellini, ela preparou um macarrão caseiro com molho de galinha caipira no evento que encerrou a pesquisa, no dia 18, no salão comunitário do assentamento Ramada.

Mais de 30 variedades de pratos preparados e produzidos pelas participantes foram apresentados, como bolo de melado, batata doce assada, nhoque de colher, pão de milho e torta mantuana, entre outros. Também foram expostos painéis com as receitas, os custos de produção e do mercado, pratos típicos das famílias e as árvores genealógicas.

"Foi muito gostoso. Nos reunimos, fizemos as coisas de antigamente", conta Bernadete Bellini, que resgatou a história dos avós e pais – parte da família veio da Alemanha, parte da Itália. A diferença desta geração? "Hoje tem gente que prefere comprar. Nós temos o costume de plantar, plantamos de tudo. É mais gostoso e não tem veneno", diz.

**Coordenador**  
Sergio Leite

#### **Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,  
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,  
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

#### **Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Karina Kato,  
Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

